



de política exterior do brasil

número 56, janeiro, fevereiro, março de 1988

1. visita do presidente sarney à colômbia
2. ministro das minas e hidrocarbonetos da bolívia visita o brasil
3. em Brasília o ministro das relações exteriores de cuba
4. visita do ministro abreu sodré a paris
5. abreu sodré em genebra
6. III reunião ordinária do conselho de cooperação amazônica
7. abreu sodré recebe o alto-comissário das nações^Qunidas para refugiados
8. chanceler paraguaio em Brasília

ministério das relações exteriores



de política exterior do brasil

número 56, janeiro, fevereiro, março de 1988

1. visita do presidente sarney à colômbia
2. ministro das minas e hidrocarbonetos da bolívia visita o brasil
3. em brasília o ministro das relações exteriores de cuba
4. visita do ministro abreu sodré a paris
5. abreu sodré em genebra
6. iii reunião ordinária do conselho de cooperação amazônica
7. abreu sodré recebe o alto-comissário das nações unidas para refugiados
8. chanceler paraguaio em brasília

ministério das relações exteriores

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

número 56. janeiro, fevereiro e março de 1988

ano 13. ISSN 0101 2428

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Roberto de Abreu Sodré

Secretário Geral das Relações Exteriores
Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima

Subsecretário Geral de Administração e de Comunicações
Embaixador Marco Cesar Meira Naslausky

Chefe do Departamento de Comunicações e Documentação
Ministro Luiz Antonio Jardim Gagliardi

Chefe do Centro de Documentação
Conselheiro Carlos Alberto Simas Magalhães

A **Resenha de Política Exterior do Brasil** é uma publicação trimestral do Ministério das Relações Exteriores, editada pelo Centro de Documentação (CDO) do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD).

Redator e Editor responsável: Nora Salome Pereira

Responsável pela Distribuição: Marinete Bernardino Boaventura; Jorge dos Santos

Redação, administração, distribuição e endereço para correspondência:

Centro de Documentação (CDO) – Palácio do Itamaraty, anexo I, prédio administrativo, salas 728/730, 7º andar.

Ministério das Relações Exteriores, Esplanada dos Ministérios, Brasília, DF, Brasil.

CEP 70 170. Telefones: (061) 211-6410 e 211-6474.

Resenha de Política Exterior do Brasil

Ano 1 – nº 1 – junho de 1974 – Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 1974.

v. trimestral

1. Brasil – Relações Exteriores – Periódicos. I. Brasil. Ministério das Relações Exteriores.

327 (081) (05)

R 433

ministro das minas e hidrocarbonetos da bolívia visita o brasil

Discurso pronunciado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, por ocasião da visita do Ministro das Minas e Hidrocarbonetos da Bolívia, Fernando Illanes de la Riva, em 7 de janeiro de 1988.

Excelentíssimo Senhor
Ministro Fernando Illanes de la Riva,

Excelentíssimo Senhor
Secretário-Geral das Relações Exteriores,

Senhores Embaixadores,

Minhas Senhoras, meus Senhores,

É com o pensamento voltado para a amizade histórica entre o Brasil e a Bolívia que tenho a honra de saudar a presença de Vossa Excelência nesta Casa. Sua visita é um testemunho eloqüente da vontade política de cooperação que anima nossos Governos, e, em nome dos interesses comuns que nos aproximam, desejo expressar-lhe a satisfação com que meu Governo estende sua acolhida fraterna a uma elevada autoridade boliviana estreitamente vinculada às iniciativas de cooperação econômica com o Brasil.

A missão que traz Vossa Excelência ao nosso país, Senhor Ministro, não apenas atesta a densidade e as perspectivas sempre auspiciosas do relacionamento bilateral, mas também reflete o espírito de convergência que se faz notar, de forma cada vez mais nítida, nas atitudes e percepções de nossos Governos em face da realidade internacional.

Nações vizinhas e amigas, orgulhosas de sua tradição de convívio harmonioso no seio da comunidade latino-americana, o Brasil e a Bolívia estão unidos tanto por sua vocação democrática quanto por uma autêntica identidade

de de aspirações na luta pelo desenvolvimento econômico e pelo bem-estar social.

Vossa Excelência chega ao Brasil, Ministro Fernando Illanes, em período dos mais significativos na história de nossos dois países. Tanto o Brasil quanto a Bolívia consolidam atualmente seus regimes democráticos, buscam superar a fase de incertezas e dificuldades que vêm enfrentando na construção de seu progresso e marcham corfiantes na trilha da estabilidade política e da paz social.

A crise que temos enfrentado na América Latina, sobretudo no tocante ao endividamento externo, ameaça frustrar nossas perspectivas de crescimento. Mas ela contribui, por outro lado, para fortalecer nossa disposição no sentido da conjugação de esforços entre os países da região, conscientes da gravidade e complexidade dos problemas que os afetam. Meu Governo acompanha atentamente a luta desenvolvida por nossos irmãos bolivianos para o soerguimento e a prosperidade de sua nação e tem dado provas não apenas de solidariedade, mas também de ativa colaboração.

Temos de reconhecer que as dificuldades econômicas com que se defrontam nossos países criam muitas vezes obstáculos difíceis de transpor para tornar realidade alguns projetos mais ambiciosos de cooperação. Mas o diversificado arcabouço jurídico-institucional que rege as iniciativas de colaboração entre o Brasil e a Bolívia é expressivo da nossa intenção de promovermos juntos importantes realizações. Infelizmente, nem sempre podem via-

bilizar-se os objetivos que nos propomos alcançar, seja por escassez de recursos, seja por limitações técnicas, seja ainda pela demora no processo de maturação a que forçosamente devem sujeitar-se alguns projetos e iniciativas.

Conscientes dessa realidade, mas com inalterável vontade política de cooperação, temos hoje a preocupação de imprimir sentido prático e realista às negociações que ambos os Governos vêm empreendendo com vistas ao maior adensamento de nossos vínculos econômicos e comerciais. A cooperação entre o Brasil e a Bolívia só tem a ganhar com essa diretriz, e seus resultados, estou seguro, se farão sempre sentir nos mais diversos campos.

Como sabe Vossa Excelência, o Governo brasileiro tem dedicado particular atenção ao estudo das alternativas de abastecimento de gás ao mercado nacional, levando em conta, sobretudo, o fato de que, desde a conclusão do primeiro acordo brasileiro-boliviano sobre fornecimento desse produto, em 1974, alteraram-se as condições inicialmente cogitadas para atendimento dos principais centros consumidores do país.

Em vista do grande interesse de ambas as partes em retomar as negociações sobre o tema, passou-se a examinar a possibilidade de ser criada uma demanda para o gás natural boliviano na região de Corumbá, próximo à fronteira com o Brasil, de modo a viabilizar a construção de um gasoduto desde a região produtora na Bolívia até a região consumidora brasileira.

Os estudos sobre o assunto prosseguem, e o Governo brasileiro procura detectar maneiras economicamente factíveis de gerar uma demanda de gás natural boliviano em Corumbá. Esta é, sem dúvida, uma tarefa complexa, pois se trata de favorecer a criação de um mercado em uma área cujo potencial de consumo é ainda reduzido. Confiamos, contudo, que esses estudos venham a indicar caminhos que possibilitem a cooperação almejada nesse setor.

Desejo, ao mesmo tempo, enfatizar nosso contentamento pela iniciativa de criação de um Grupo de Trabalho entre a Eletrobrás e a ENDE, com vistas a estudar as possibilidades de fornecimento ao Estado de Rondônia, no Brasil, de energia elétrica a ser gerada pela Bolívia na usina hidrelétrica de Cachuela Esperanza. Trata-se de um objetivo importante no âmbito da cooperação energética entre os dois países, que, quando implementado, contribuirá para o desenvolvimento da região fronteira dos dois países.

Ao agradecer a amável visita de Vossa Excelência, que certamente fortalece o espírito de amizade e diálogo sempre presente nas relações entre nossos países, quero expressar a confiança de meu Governo no futuro de nossa cooperação econômica bilateral e, ao mesmo tempo, nossa disposição de encontrar fórmulas práticas que favoreçam o maior estreitamento dos vínculos entre os dois países.

Nesse espírito, desejo erguer minha taça em um brinde a Vossa Excelência e sua comitiva com os votos de saúde pessoal e de crescente prosperidade para a grande fraterna Nação boliviana.

brasil e fnuap assinam acordo

Discurso pronunciado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, por ocasião da assinatura de Acordo de Cooperação Técnica e Horizontal com o Fundo das Nações Unidas para Atividades de População (FNUAP), no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 7 de janeiro de 1988.

Excelentíssimo Senhor

Representante do Fundo das Nações Unidas para Atividades de População, Doutor Peter Koenz,

É com satisfação que recebo Vossa Excelência nesta cerimônia, no Itamaraty, em que procedemos à assinatura do Acordo de Cooperação Técnica e Horizontal entre o Governo brasileiro e o Fundo das Nações Unidas para Atividades de População.

Desde o término da Segunda Guerra Mundial, quando se começaram a fazer sentir os efeitos do progresso da saúde pública nos países em desenvolvimento, as questões demográficas ocupam posição de relevo na agenda internacional.

O Brasil tem participado ativamente das discussões sobre o assunto nos foros multilaterais, consciente das implicações da problemática populacional para o desenvolvimento econômico e acompanhando a evolução do pensamento internacional em matéria demográfica.

Lembro, a esse respeito, as projeções estatísticas neo-malthusianas que os países industrializados difundiram nas décadas de sessenta e setenta, anunciando a exaustão futura dos recursos naturais em escala mundial em função do crescimento populacional das nações em desenvolvimento. Na medida em que

novos dados indicaram a tendência à queda das taxas de natalidade de algumas dessas nações, visão menos pessimista do problema passou a prevalecer.

Não compartilhando aquela perspectiva apocalíptica que levou à receita do "crescimento zero" como modelo para os países do Terceiro Mundo, o Brasil tem a firme convicção de que as políticas de controle demográfico não podem substituir as políticas de desenvolvimento.

Nesse contexto, a questão populacional deve ser encaminhada mediante ações de alcance efetivo, especialmente nos planos da educação, da saúde, da habitação, da capacitação técnica, sempre de acordo com o princípio de que o planejamento familiar constitui direito fundamental do ser humano, livre de imposições do Governo. A meta do crescimento demográfico deve ser o somatório das ações autônomas e bem informadas dos casais e dos indivíduos.

O Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Fundo das Nações Unidas, inscrevendo-se no quadro da política demográfica do nosso país, consagra a convicção brasileira de que o caminho válido para a solução dos problemas da saúde, da mortalidade infantil, da distribuição demográfica desigual, entre outros, é o da cooperação para o desenvolvimento dentro de uma visão de longo prazo.

Agrada-me especialmente ressaltar que o presente acordo reforça o processo de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, contribuindo para que as atividades do Fundo das Nações Unidas para Atividades de População ampliem as oportunidades de colaboração no sentido Sul-Sul.

Quero testemunhar ao Doutor Peter Koenz, Representante no Brasil do Fundo das Na-

ções Unidas para Atividades de População, o reconhecimento do Brasil pela colaboração que o Fundo vem prestando à implementação de programas de assistência técnica em matéria de população aos países em desenvolvimento, entre os quais o nosso. Espero que essa cooperação se desenvolva e se amplie, conforme a vocação humanitária que inspirou a criação do FNUAP e de acordo com os princípios que orientam a política demográfica brasileira.

em Brasília o ministro das relações exteriores de cuba

Discurso pronunciado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, por ocasião de jantar em homenagem ao Ministro das Relações Exteriores de Cuba, Isidoro Malmierca, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 19 de janeiro de 1988.

Excelentíssimo Senhor
Isidoro Malmierca,
Ministro das Relações Exteriores de Cuba,

Ao propiciar novo contato de alto nível entre as diplomacias brasileira e cubana, esta visita de Vossa Excelência, Senhor Ministro Isidoro Malmierca, marca expressivamente o grau de amadurecimento e o sentido construtivo a que chegaram as relações entre nossos países. Transcorrido menos de um ano desde minha viagem a Havana, onde mantive com Vossa Excelência e outras autoridades de seu Governo entendimentos destinados a impulsionar nossa cooperação, tenho hoje a grande honra de recebê-lo no Itamaraty e oferecer-lhe, como à Senhora de Malmierca e sua comitiva, todo o calor da hospitalidade brasileira.

Voltamos a nos reunir para dar continuidade a um processo de reaproximação que se desenvolve com realismo e segurança. Temos, de parte a parte, nítida consciência da importância de nosso diálogo. Em pouco tempo, fortalecemos nosso conhecimento recíproco e plantamos as sementes de um relacionamento fundado na lealdade e no respeito mútuo.

O Brasil e Cuba se reencontram com a firme convicção de que, acima de diferenças de concepção política ou econômica, é perfeitamente viável imprimir a seus laços um caráter harmonioso e criativo.

O Brasil, Senhor Ministro, acredita na eficácia do diálogo, da solidariedade e da cooperação como instrumentos de convívio fértil entre as

nações. Consideramos, da mesma forma, que o fiel acatamento aos princípios da igualdade soberana dos Estados, da autodeterminação dos povos, da não-intervenção em assuntos internos, da solução pacífica e negociada dos conflitos, será sempre o alicerce de relações estáveis e cada vez mais promissoras.

É nesse espírito que o Brasil e Cuba procuram hoje construir pontes de entendimento e confiança. Sem atitudes preconcebidas, desejam consolidar uma prática de colaboração compatível com os desafios e as exigências da vida internacional contemporânea. Nossas preocupações estão voltadas para o presente e para o futuro.

Estamos persuadidos de que, em meio a tantas injustiças e incompreensões que caracterizam o mundo de hoje, nossos países têm uma contribuição a dar para que a paz, o saber e os frutos do progresso deixem de ser privilégio apenas de algumas nações e se distribuam com equanimidade por todos os quadrantes da Terra.

Países com diversificados interesses diplomáticos, o Brasil e Cuba estão conscientes de que não se podem dar as costas um ao outro. Os pontos de contato de sua atuação regional e internacional tornam útil, e mesmo obrigatório, que mantenhamos um intercâmbio permanente de opiniões e procuremos ampliar, tanto quanto possível, as faixas de convergência. No mundo cada vez mais interligado em que vivemos, cada nação não pode deixar de sensibilizar-se para as angústias, os anseios e as esperanças da outra.

Brasil e Cuba, países latino-americanos. Encontramos na formação de nossos povos e de nossas culturas elementos naturais de aproximação. Temos o legítimo direito de aspirar a que a América Latina possa crescer livre da insegurança gerada pela confrontação ideológica ou da iniquidade de um sistema econômico que penaliza duramente as nações em desenvolvimento. Como latino-americanos, nossos dois países devem colocar a inteligência e a capacidade de realização de seus povos a serviço dos interesses supremos da região, contribuindo para que ela supere seus desafios e progrida em paz e liberdade.

Verificamos hoje no cenário latino-americano uma profunda transformação de mentalidade. Sem abdicar das opções que soberanamente se propuseram seguir, nossos países percebem claramente as vantagens de sua união.

Sob esse prisma, vejo com otimismo e confiança o atual desenvolvimento das relações entre o Brasil e Cuba. Relações que desejamos não apenas amistosas, mas também inspiradas pelo momento histórico que estamos vivendo em toda a América Latina – momento de conscientização de nossas potencialidades e de descoberta de caminhos novos e imaginativos para a afirmação de nossos interesses soberanos.

Foi com a exata percepção desse momento histórico, caro Ministro Malmierca, que, na célebre reunião de Acapulco, o Presidente José Sarney tomou a iniciativa de levantar a questão da reinserção de Cuba no esforço de consolidação da unidade latino-americana e ao seu retorno pleno aos mecanismos institucionais de cooperação regional.

Para o Brasil, no momento em que nos dedicamos, juntamente com outras nações irmãs do continente, a uma séria e profunda reflexão sobre nossos desafios comuns e a forma como enfrentá-los, o exame daquele tema não poderia mais ser adiado. No momento em que empreendemos o caminho gradual e realista da integração econômica, o qual esperamos possa vir a beneficiar o maior número possível

de países da América Latina e do Caribe, não poderíamos ignorar o papel que uma nação com o dinamismo e o potencial de Cuba seria capaz de exercer na ampliação dos níveis de intercâmbio e complementação na região. No momento em que se torna imprescindível o fortalecimento das posições dos países em desenvolvimento, não podemos deixar de aproveitar o capital diplomático que nos proporcionam as coincidências entre nossos Governos quanto aos problemas econômicos internacionais.

No espírito que animou o gesto do Presidente Sarney no encontro de Acapulco, desejo reafirmar, aqui, a esperança do Governo brasileiro de que a presença de Cuba nas iniciativas de interesse para a América Latina e o Caribe contribua para estreitar os laços de unidade e concórdia em toda a região.

O Brasil, Senhor Ministro, é orgulhoso de sua identidade cultural, de sua vocação democrática e de seu destino indissociavelmente ligado ao de seus irmãos latino-americanos e caribenhos. Os povos do continente compartilham muitas conquistas e frustrações em suas experiências históricas, nas quais aprenderam a se conhecer e respeitar. Como aprenderam, também, a se compreender e estimar fraternalmente. Tudo isto despertou em nós a consciência de que nosso rumo deve ser invariavelmente o da tolerância, do diálogo, da colaboração.

Foi com a mesma convicção que o Brasil e Cuba assumiram, a 25 de junho do ano passado, a decisão histórica de reatar suas relações diplomáticas. Estou seguro de que muito poderemos fazer juntos. É grande o potencial de nossa cooperação em diversos setores, e a própria dessemelhança entre os sistemas econômicos pode constituir um fator positivo no quadro do relacionamento bilateral e regional. O Brasil é um mercado atraente para produtos originários de Cuba, assim como já foram ali identificadas por nossos empresários valiosas oportunidades comerciais. Há também amplo espaço para progredirmos em termos de cooperação científica e tecnológica.

Tem sido importante, ademais, no que diz respeito à política multilateral, a coordenação de posições entre o Brasil e Cuba, seja no Grupo dos 77, seja na ONU, no SELA e em outros foros.

Senhor Ministro,

Alegra-me ter a oportunidade de retribuir em território brasileiro a calorosa acolhida que me foi dispensada em Cuba, assim como a todos os que me acompanharam naquela visita de gratas recordações. Guardo bem viva, especialmente, a lembrança de meus contatos com o Presidente Fidel Castro, que não só me honrou com suas generosas atenções, mas também me concedeu o prazer de conversa-

ções extremamente interessantes.

Nesta Casa, recebemos Vossa Excelência e sua comitiva com o apreço e a estima que nutrimos pelo povo cubano, na certeza de que nosso novo encontro redundará em grande benefício para a maior aproximação entre ambas as nações e para a contínua realização dos ideais mais elevados da América Latina.

Ergo minha taça – solicitando a todos os presentes que façam o mesmo – em um brinde à saúde e felicidade do Presidente Fidel Castro, à ventura pessoal de Vossa Excelência e da Senhora de Malmierca, cujos dotes de inteligência e simpatia a todos nos cativam, e à prosperidade da grande e valorosa Nação cubana.

visita do presidente sarney à colômbia

Discurso proferido pelo Presidente José Sarney, por ocasião do banquete oferecido pelo Presidente da Colômbia, Virgílio Barco, em Bogotá, dia 8 de fevereiro de 1988.

Excelentíssimo Senhor
Presidente Virgílio Barco,

Um sentimento que me domina desde a chegada a Bogotá é a emoção do reencontro com a valorosa Pátria colombiana. Na terra batizada com o nome do Descobridor, erguida sobre a herança de Bolívar e Santander, vejo a imagem de força e bravura que simboliza o progresso desta Nação, que sempre acreditou na liberdade, na justiça, e jamais se abateu nas tempestades da História.

Toca-nos profundamente, a mim e a minha comitiva, a alegria de desfrutar nesta acolhida o calor da amizade que une nossos países, aqui reeditada na saudação cordial e fraterna de Vossa Excelência. Comprovo, na generosidade de suas palavras, a atenção e o carinho que o povo e o Governo da Colômbia dispensam a esta visita.

Devo expressar-lhe, por tudo isso, Senhor Presidente, minha profunda gratidão.

Vim à Colômbia em momento de fortes esperanças para toda a América Latina. Verificamos que o esforço de paz na região centro-americana tem sido fecundo e promissor. Brasil e Colômbia sentem-se recompensados de estar contribuindo, ao lado de outras nações irmãs do continente, para aquela ação pacificadora, que visa a manter os povos da área afastados da confrontação ideológica, garantir-lhes a vigência de regimes pluralistas e ajudá-los a superar os obstáculos a seu desenvolvimento.

Há dois meses, estivemos, os Chefes de Estado do Grupo dos Oito, reunidos em Acapulco. Demos então impulso à reflexão sobre nossos problemas comuns e à tarefa de descobrir caminhos imaginativos que nos levam à realização plena de nossos anseios. Aquele memorável encontro confirmou a consistência da vontade política latino-americana no sentido da construção de um futuro com independência e dignidade.

A América Latina demons tra que é capaz de responder aos desafios da hora presente.

Revigorados pela fé democrática, marchamos com segurança em direção ao nosso destino. Revalorizamos nossa identidade. Plantamos as raízes da estabilidade política e do crescimento econômico. Empreendemos, com toda obstinação, a luta que irá redimir nossos povos das angústias e das frustrações que os têm acompanhado ao longo do tempo. Na proximidade do terceiro milênio, vamos abrir as portas da criatividade científica, das conquistas tecnológicas, e assegurar para nossos povos o direito de viver em sociedades prósperas e modernas.

Sabemos que a capacidade de realização de nossos países é continuamente posta à prova em meio às incertezas e incompreensões prevalentes no cenário internacional. Mas em nenhum momento duvidamos de nossas próprias forças, das vantagens da nossa união e solidariedade. É sobre nossa certeza que estamos edificando gradativamente a obra da integração da América Latina.

Países que não têm poupado esforços nesse sentido, o Brasil e a Colômbia honram sua tradição histórica de diálogo e cooperação. Sem esmorecimento, trabalham para o êxito de suas iniciativas conjuntas e para a consolidação de um clima de paz, entendimento e convivência democrática em todo o continente.

Estou seguro de que, nesta minha visita, iremos acrescentar mais dinamismo e eficácia aos nossos vínculos de cooperação. Venho disposto a explorar, junto a Vossa Excelência e seu Governo, as inúmeras oportunidades que se oferecem para alcançarmos esse objetivo. Longe está o tempo em que a geografia constituía empecilho a nossa maior aproximação.

Desejo expressar-lhe, Presidente Virgílio Barco, minha grande satisfação pelas conversações que temos mantido. E junto com a mensagem de amizade que os brasileiros dirigem, por intermédio de seu Presidente, a toda a Nação colombiana, quero transmitir a Vossa Excelência minha convicção de que, através de nossa troca de impressões e experiências, estamos fortalecendo o espírito de unidade entre o Brasil e a Colômbia.

Sou admirador do descortino político, do espírito democrático e da arraigada vocação latino-americanista de Vossa Excelência. Sua atuação à frente da Nação colombiana revela as qualidades do homem de Estado e constitui exemplo da liderança que o torna credor do apoio e da confiança de seu povo.

Os dias que passo nesta cidade são momentos de confraternização brasileiro-colombiana. Mais do que isso, porém, quero que minha visita se transforme no início de uma nova caminhada conjunta, a caminhada definitiva de dois povos vizinhos e amigos, decididos a transformar em atos concretos o ideal de cooperação que os anima.

Peço a todos que levantem comigo suas taças em um brinde à saúde e felicidade do Presidente Virgílio Barco e de sua mulher, ao contínuo êxito de sua ação de Governo, à

prosperidade do nobre povo colombiano e ao estreitamento dos laços entre nossos países.

discurso do presidente José Sarney durante almoço oferecido pelo chanceler londono

Discurso pronunciado pelo Presidente José Sarney no almoço oferecido pelo Chanceler Londono, da Colômbia, no dia 9 de fevereiro de 1988, por ocasião de sua visita àquele país.

Senhor Ministro,

Meus Senhores,

Muito agradeço as generosas e amáveis palavras de Vossa Excelência e, de maneira muito especial, a gentileza de criar esta oportunidade de encontrar-me com expoentes da intelectualidade colombiana.

A admiração que tenho pela cultura colombiana, crescente a cada reencontro com uma de suas manifestações, faz com que esta reunião se constitua em momento inesquecível de minha visita a Bogotá e numa dessas raras recordações que constituem o suave contraponto das densas atividades do homem público.

Jovem, meu primeiro contato com a literatura colombiana foi fantástico. Caiu-me às mãos **La Vorágine**, e José Eustasio Rivera passou a ser um dos autores marcantes na minha formação, no conhecimento da poderosa força temática que entrelaça nossos dois países, a selva, a exploração e os destinos que se rompem.

A beleza da poesia também paira sobre a literatura da Colômbia. Em León de Greiff temos o homem de profundo sentido rítmico e sutil ironia; Jorge Isaacs, o poeta de **Rio Moro** e o romancista romântico do grande marco literário que é **Maria**; Rafael Pombo, o coroado poeta nacional da Colômbia em 1905, viu no mistério da vida o tema de seus versos; Asunción Silva, o Cantor do **Noturno**, voz personalíssima, o elo que ligou as fontes do Romantismo às brumas do Simbolismo; Gaitán Durán, um mito, promessa ceifada aos 38 anos, "um

poeta nato", segundo André Holguín; finalmente Porfirio Barba-Jacob, um dos maiores poetas da Colômbia em todos os tempos, senhor de uma manifestação lírica nova, ao mesmo tempo violenta e doce; Carlos Obregón, o poeta que navegou pelo mar da tragédia e que lembrou a palavra, seu instrumento de trabalho: "toda palabra es un retorno/hacia el silencio del mar profundo que la crea".

Não terminaria tão cedo o rol dos escritores colombianos, se eu tivesse de usar com eles ainda que uma modesta justiça salomônica.

Largo é o firmamento desses astros da criação literária, ampla e alta como a Cordilheira.

Maria, Arturo Cova e Aureliano Buendía são três personagens-tipo da novelística: o clássico do Romantismo, o personagem da selva e da denúncia e a grande figura do realismo fantástico de **Cem anos de solidão**.

A presença de Gabriel García Márquez abre para o mundo as veias de um cenário de fantasia que passa por toda a América Latina. Sua força é a força que emana do homem de nossas Américas, que desce de Sierra Madre, no México, e vai até a Terra do Fogo, passando pela Amazônia e o Sertão brasileiro, pelo Chaco e as Ihanuras da Patagônia.

As raízes comuns e nossas culturas, que se nutrem na história ibérica e, mais remotamente, na rica herança das origens latinas de nossas línguas e do direito que molda, até hoje, tantos instrumentos reguladores de nossa sociedade, o aporte das populações indígenas ou africanas que, em proporções diferentes, contribuíram para nossa formação nacional, são elementos de aproximação entre brasileiros e colombianos.

Olhando para o futuro, sentimos como nosso dever não somente o culto destas tradições comuns mas também o de forjar laços culturais que serão o substrato indispensável a todo o processo de integração política e econômica da América Latina.

Este esforço deve orientar-se, a meu juízo, não apenas no sentido da necessária aproximação

entre as elites intelectuais de nossos países. Almejamos que, para as novas gerações, Maria ou Arturo Cova povoem o imaginário dos jovens brasileiros, assim como Iracema ou Quincas Borba façam parte do universo dos sonhos dos colombianos. Que o mesmo fenômeno se reproduza nas artes e nas ciências e teremos construído um acervo comum de imagens, memórias e anseios, verdadeira pedra angular dos alicerces de paz e de cooperação latino-americanas.

palavras do presidente José Sarney na prefeitura de bogotá

Discurso pronunciado pelo Presidente José Sarney, na cerimônia de entrega das chaves da cidade de Bogotá, no dia 9 de fevereiro de 1988.

Excelentíssimo Senhor,
Alcalde Mayor de Bogotá,

Recebo com muita honra e particular satisfação as chaves de Santa Fé de Bogotá. Este ato abre-me simbolicamente as portas desta bela cidade, que, por sua cultura e suas tradições políticas, bem merece o título de Atenas americana.

Há quatrocentos e cinquenta anos, conquistadores animados de idealismo e ambição estabeleciam na magnífica paisagem deste altiplano andino a cidade que seria chamada a exercer um papel transcendental na história da Colonização da Nova Granada, da independência da Grã-Colômbia e da América.

Quase simultaneamente, iniciavam-se na costa leste do continente sul-americano as povoações que dariam origem às primeiras cidades brasileiras. Lançavam-se então nos Andes, nas costas do Pacífico e do Atlântico, as bases de novas nações, ricas de tradições comuns e dos valores culturais, religiosos e políticos que fazem de nosso continente uma singular e fraterna comunidade.

Associo-me, orgulhosamente, às comemorações dos 450 anos de Bogotá.

Com grande emoção, revejo a cidade em que correu de mãos em mãos a Declaração dos Direitos do Homem, traduzida por Narino e impressa por Espinosa de los Monteros; a cidade cujos próceres foram responsáveis por ações gloriosas e vitais da saga da independência; a cidade em que Bolívar viveu momentos tão importantes de sua vida; a cidade que soube associar tradições fidalgas e vocação democrática; a cidade que é hoje não somente a capital política, mas a metrópole de cinco milhões, centro econômico e cultural de uma grande nação de trinta milhões de habitantes.

Ao agradecer esta honrosa homenagem, peço-lhe, Senhor Alcalde Mayor, que transmita a todos os bogotanos minha saudação e os votos da admiração e fraterna amizade que lhes envia o povo brasileiro, animado, sempre e cada vez mais, do puro ideal de estreitar os laços de cooperação americana e de irmanar as nações do continente na luta pela democracia, pela justiça, pela dignidade do homem.

discurso do presidente José Sarney

Discursos do Presidente José Sarney em 9 de fevereiro de 1988, na cerimônia de assinatura de Atos Bilaterais

Excelentíssimo Senhor
Presidente Virgilio Barco,

Tenho reafirmado constantemente a prioridade latino-americana da política externa do Brasil. Ela responde a uma vocação de amizade e entendimento com nossos vizinhos e se expressa hoje, com toda clareza, na contribuição que estamos prestando para o fortalecimento da cooperação e do diálogo no continente.

A visita que ora faço à Colômbia, as conversações aqui mantidas com Vossa Excelência e os atos firmados nesta solenidade são instrumentos concretos dessa política.

É também na perspectiva da América Latina que a Colômbia se projeta internacionalmente e participa do novo despertar da consciência integracionista de nossos povos. Plenamente

identificada com os anseios e peculiaridades da região, a Colômbia contribuiu significativamente para moldar-lhe a formação cultural, a tradição democrática e o desenvolvimento sócio-econômico.

Honra-me partilhar com Vossa Excelência este momento em que nossos países, conscientes de seu destino comum, ratificam sua vontade política de aproximação. No rumo da unidade, da associação de esforços, da criatividade de suas ações conjuntas, o Brasil e a Colômbia estão persuadidos de que não seguem apenas o caminho correto, mas o caminho necessário.

Vivemos, hoje, uma realidade internacional agravada por restrições e discriminações impostas aos países em desenvolvimento. Seus legítimos reclamos por uma nova ordem econômica, fundada na igualdade e na justiça, enfrentam a insensibilidade e a indiferença das nações industrializadas. Este quadro de dificuldades deve indubitavelmente conduzir ao reforço da nossa cooperação mútua.

Não me refiro apenas ao tema crucial da dívida externa, mas à ampla problemática da inserção da América Latina na economia internacional, que compromete as perspectivas de nosso desenvolvimento. Ali se incluem as questões do protecionismo e outras práticas que enfrentamos no comércio com os países do hemisfério norte, a instabilidade dos preços dos produtos primários, a redução dos fluxos de investimento imprescindíveis ao nosso crescimento, a ameaça de a região vir a ficar marginalizada da atual revolução tecnológica.

Guardadas as características próprias de cada país, a América Latina é palco de situações tormentosas que, somente pela abnegação de nosso trabalho e pela confiança no potencial de nossa colaboração, poderão ser contornadas. Como afirmei na reunião presidencial de Acapulco, estou convencido de que não devemos esperar que venha de fora a ajuda salvadora. Precisamos lutar com nossas próprias forças!

Temos uma imensa dívida social a saldar com nosso próprio povo. Não podemos frustrar o direito de nossos concidadãos a uma vida digna e próspera.

A América Latina só encontrará esperança na rota do crescimento econômico. A todo custo, devemos esconjurar os fantasmas da recessão e do desemprego. Cumpre-nos erguer em nosso continente uma comunidade de nações dispostas, realisticamente, a coordenar ações para que todas possam crescer livre e soberanamente.

Brasil e Colômbia estão conscientes do desafio que representa essa opção e dão os passos necessários para colocá-la em prática. Estamos, com esta visita, aprimorando a estrutura de nosso relacionamento e ampliando as faixas de convergência em função dos problemas que nos são próximos.

Esse empreendimento comum insere-se no quadro da intensa movimentação diplomática que, em todos os níveis, vem contribuindo para revigorar a participação da América Latina no mundo. As relações em nosso continente experimentam fase rica em iniciativas ligadas à paz e ao desenvolvimento. Entre essas iniciativas, inclui-se o "Procedimento para Estabelecer a Paz Firme e Duradoura na América Central", adotado em 7 de agosto último na Guatemala. O Brasil considera que esse instrumento segue merecendo o apoio de toda a comunidade internacional, pois reflete o pensamento, por nós endossado sem reservas, de que a solução para os problemas da América Central só será encontrada no respeito a princípios como os da autodeterminação, da não-ingerência e do pluralismo democrático.

Continuaremos, nesse sentido, através do Grupo de Apoio, a acompanhar e incentivar os esforços de mediação do Grupo de Contadora, fundamentais para o equacionamento regional de toda a questão centro-americana.

A criação, em dezembro de 1986, no Rio de Janeiro, do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política, é outro exemplo do dinamismo e da vontade de cooperação

que hoje caracteriza as relações na América Latina. Há dois meses estivemos reunidos em Acapulco, os Chefes de Estado do Grupo dos Oito, em demonstração clara de que podemos, na América Latina, responder de forma objetiva, madura e coordenada aos desafios comuns enfrentados por nossos países.

Tais esforços naturalmente se somam à revitalização crescente dos foros regionais, cuja importância é vital para o encaminhamento, a articulação e o ordenamento das questões de interesse da América Latina e do Caribe.

Com a reforma de sua Carta, a Organização dos Estados Americanos se apresenta mais bem aparelhada para atender eficazmente à expectativa dos países-membros, em que pese suas dificuldades orçamentárias.

Paralelamente, seria muito árduo compreender a realidade internacional na América Latina e os avanços logrados na malha de relações econômicas e comerciais entre os países da região sem a participação da ALADI, como órgão dedicado à progressiva ampliação das correntes de comércio regional, ou do SELA, como mecanismo de consulta na área econômica.

O Consenso de Cartagena é outro instrumento que, voltado exclusivamente para a complexa e primordial questão da dívida externa, tem-se revelado útil, ao realçar a inegável dimensão política do problema.

Os entendimentos e acordos celebrados para o combate ao tráfico de drogas são igualmente expressivos da nossa disposição de trabalharmos juntos para erradicar este gravíssimo problema.

Consideramos que o adensamento e a revitalização das ações de caráter multilateral na América Latina constituem, em seu conjunto, fato diplomático particularmente auspicioso. Representam uma prova da capacidade de resposta política aos múltiplos problemas, muitos deles inéditos, com os quais hoje nos defrontamos.

Essas iniciativas, Senhor Presidente, estão relacionadas a um movimento maior na América Latina: o do crescimento e da consolidação democrática. Vencidos os percalços do autoritarismo e da instabilidade institucional, pode-se afirmar que a América Latina está atingindo sua maturidade política. Com toda a carga de participação e legitimidade que traz para as relações sociais e para o trato da coisa pública, a democracia integra efetivamente o homem na sociedade. Assegura o respeito aos direitos da pessoa humana e a proteção das liberdades fundamentais.

O fortalecimento das instituições políticas na América Latina é extremamente positivo e contribui para a intensificação do relacionamento entre nossos países. Cumpre-nos preservar e reforçar essa tendência histórica, sobretudo diante de questões, como a dívida externa, que, ao gerar instabilidade econômica, podem ameaçar a consolidação democrática.

Senhor Presidente,

O Brasil e a Colômbia têm dado mostras concretas de sua determinação de fortalecer as bases de seu relacionamento. Vimos ampliando o entrosamento de posições no que respeita à atuação nos foros regionais e sub-regionais, como é o caso do Tratado de Cooperação Amazônica. O Brasil, enquanto sede da Secretaria Pro-Tempore do Conselho de Ministros, criada por aquele Tratado, tem recebido valioso apoio, não só da Colômbia, como dos demais países-membros, para a execução do Plano de Ação que abrange iniciativas nas áreas de saúde, telecomunicações, botânica, hidrologia e transportes. Em março próximo, em Brasília, reunir-se-á pela terceira vez o Conselho de Cooperação Amazônica, mecanismo de que dispõe o Tratado para a necessária avaliação e orientação de suas atividades. Nesse próximo encontro, a Secretaria Pro-Tempore do Tratado passará, conforme previsto, do Brasil para a Colômbia, cujo interesse cada vez maior pela Amazônia é garantia adicional de impulso à nossa cooperação.

Também no âmbito dos foros multilaterais especializados, como a Organização Internacional do Café, os dois países têm contribuído para criar um clima de entendimento produtivo.

O Brasil e a Colômbia praticam, em proveito mútuo, uma política de boa convivência, buscando sempre maior aproximação e maior complementaridade. Nossa vontade de cooperação suplanta todo tipo de barreira!

Há, na verdade, amplo espaço para a intensificação das relações bilaterais, desde a área econômico-comercial, passando pela cooperação técnica, científica e tecnológica, até a cooperação cultural e o turismo. A variedade de acordos ora celebrados é clara mostra da potencialidade e do dinamismo de nosso relacionamento. Estamos concluindo um Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica no Campo das Atividades Espaciais. Firmamos um Acordo sobre Sanidade Animal. Concluímos outro Acordo para a construção de aeroportos na Amazônia. Celebramos um Protocolo para operação de importação, pelo Brasil, de carvão térmico colombiano, bem como para a cooperação técnica na área do carvão siderúrgico; outro ainda para a cooperação técnica e empresarial entre a Petrobrás e a Ecopetrol. Concluímos protocolo para a cooperação no setor dos transportes ferroviários na Colômbia e, finalmente, outro protocolo de cooperação para o desenvolvimento da região de Guainia, dentro de um quadro de cooperação fronteiriça que abrange, ademais, um projeto de desenvolvimento integrado das comunidades vizinhas ao eixo Tabatinga-Apaporis, ora em execução.

Atestam ainda a vitalidade de nossas relações as missões governamentais e empresariais que temos trocado nos últimos anos, na busca de oportunidades de complementação ou de empreendimentos conjuntos.

As condições ora concretizadas nos atos que acabamos de assinar, e naqueles celebrados em anos anteriores, oferecem instrumental bastante significativo para os nossos objetivos.

Há, como vimos, campo vasto de trabalho, com forte apoio em nosso entendimento político. Confio plenamente no futuro de nossa cooperação. Ela será cada vez mais a expressão da amizade entre nossos povos e da consciência dos interesses e desafios comuns que assinalam nosso destino.

discurso do presidente virgílio barco

discurso do Presidente Virgílio Barco, em 9 de fevereiro de 1988, na cerimônia de assinatura de Atos Bilaterais

Para el pueblo y el Gobierno de Colombia, su presencia entre nosotros, Señor Presidente, es motivo de gran satisfacción y complacencia. Es, además, la oportunidad para emprender una renovada acción de concertación política y económica. En momentos en que en América Latina comienza a percibirse y concretarse un nuevo sentido de unidad, de solidaridad, de integración y de autonomía, nuestra acción conjunta y coordinada es cada vez más urgente y tiene mayor trascendencia.

El Brasil, en el ámbito regional, continental y mundial, ha alcanzado una proyección excepcional gracias a una inteligente acción política y a una dinámica ofensiva económica y comercial. América Latina debe reformular sus relaciones con el Brasil así como Usted, Señor Presidente, le ha dado una renovada proyección continental a su país.

Coincidimos en que hoy más que nunca el continente precisa integrarse para crecer y prosperar. Libramos conjuntamente la lucha contra el proteccionismo comercial adoptado por los países industrializados, la parálisis en los precios de las materias primas y las restricciones a nuestro desarrollo científico y tecnológico.

La década de los ochenta llegó para América Latina con grandes esperanzas en el campo político y con graves dificultades en el área económica. A medida que los sistemas democráticos se iban expandiendo por todo el continente, el tratamiento de las políticas económicas, condicionadas por la deuda externa he-

redada de los años setenta, cerraba oportunidades de acción para los gobiernos. La democratización de su país, como la de otras naciones hermanas, ha sido un signo de esperanza en medio de estos años difíciles. Seguramente, por esta razón, su llegada a la Presidencia del Brasil, fue y sigue siendo ampliamente bienvenida.

No es un secreto, Señor Presidente, que la democracia en el continente, al aproximarse el final de la década, está amenazada. Tiene muchos enemigos. Los principales se nutren de las dificultades económicas, agudizadas y crecientes en varios lugares del continente, y de la acción conjugada, en no pocas ocasiones, del narcotráfico. Se requieren acciones conjuntas, debemos aunar nuestros esfuerzos y dar prueba de una gran solidaridad, si queremos que durante los últimos años del presente siglo América Latina pueda seguir profundizando y ampliando la democracia.

El pluralismo político, la participación ciudadana, la tolerancia de las ideas diferentes con la consiguiente libertad de expresión, y el ejercicio amplio de las demás libertades públicas, son el fundamento del progreso equilibrado y de la armonía social. Es cierto que la consolidación de un sistema de gobierno basado en estos principios, no está exenta de dificultades y de costos. Pero los beneficios que de él se derivan, los superan con creces. La democracia es el mejor camino para alcanzar la paz, la libertad y la justicia social.

La deuda externa de no pocos de los Estados Latinoamericanos se ha constituido no solamente en el cuello de botella de sus respectivos desarrollos económicos, sino también en una evidente amenaza contra las democracias, en algunos casos, laboriosa y heroicamente alcanzadas.

El Brasil y Colombia expresaron en la Declaración de Acapulco que para mejorar el nivel de vida de nuestros pueblos y fortalecer los procesos democráticos en el área, es indispensable solucionar el problema de la deuda externa. A pesar de que en estos momentos el caso colombiano posee características

excepcionales dentro del ámbito regional y nuestra economía presenta un panorama de extraordinaria solidez, nos preocupa hondamente el problema y somos solidarios con los demás países hermanos de la América Latina respecto a las medidas y acciones que adopten sobre el particular.

La crisis económica actual fue desencadenada en gran parte por algunos Estados industrializados que decidieron adoptar una política recesiva de aumento de las tasas de interés descargando sobre los países de la región el costo de los ajustes económicos que introdujeron en sus respectivas economías.

Los acontecimientos recientemente ocurridos en los principales mercados de valores del mundo no deben conducir a medidas egoístas que agraven aún más los problemas de las naciones en vías de desarrollo. Un mayor proteccionismo de las economías de los países más industrializados reduciría las posibilidades de crecimiento de los países menos avanzados y haría más difícil y gravoso el pago de la deuda externa. La comunidad internacional tiene que reconocer que los niveles de interdependencia a los cuales hemos llegado, aconsejan la concertación política y armónica. Los más débiles no deben sufrir por medidas unilaterales que tomen los países más poderosos. A largo plazo, ellos también sufrarán perjudicados.

En Colombia estamos creando las condiciones sociales que fortalezcan nuestro sistema democrático y, al mismo tiempo, estamos conduciendo a la nación hacia una nueva etapa de mayor competencia política. Nuestro Plan de Desarrollo, que hemos denominado de Economía Social, permite que la acción del Estado beneficie principalmente a los más pobres y a quienes hasta ahora habían quedado marginados del progreso.

Y como si esto fuera poco, en estos momentos los colombianos estamos dialogando acerca de la posibilidad de convocar un referéndum. Se trata de uno de los debates más trascendentales de nuestra historia política que seguramente conducirá a la apertura de

los nuevos caminos de cambio social y de reforma institucional.

El escenario internacional no debe convertirse en obstáculo insalvable para que los países en vías de desarrollo puedan robustecer y consolidar sus economías y avanzar así libremente en la constitución de sistemas políticos más pluralistas y participativos.

El terrorismo es otro de los obstáculos que buscan impedir el avance del proceso de democratización en el continente. Naciones como las nuestras son hoy víctimas de este flagelo de nuestra era. En nuestra Nación, el terrorismo está vinculado a la acción del narcotráfico.

Como consecuencia del narcotráfico, varios países latinoamericanos hemos sido víctimas de una tremenda injusticia. Mientras libramos una batalla que nos ha costado la vida de grandes hombres y mientras nos empeñamos en conservar el sistema democrático, y, aún más, en mejorarlo, la tolerancia con la circulación de la droga en los países consumidores permite el fortalecimiento de grupos que intentan, por medios criminales, socavar la estabilidad de los gobiernos que actúan dentro de los marcos constitucionales.

El narcotráfico es un problema internacional que debe tratarse multilateralmente. Solamente si desactivamos la inmensa red de la producción, del procesamiento, del transporte, del financiamiento y del consumo, lograremos evitar que sus inmensas utilidades se destinen al financiamiento de organizaciones criminales que atentan contra la estabilidad democrática. Pero ante todo, y esto debe quedar muy claro, solamente en la medida en que logremos reducir el consumo, se podrá cortar de raíz el mal, porque desaparecerá la fuente de las ganancias fabulosas que pueden lograrse mediante esta actividad ilegal e inmoral.

El continente debe unirse en la lucha contra el comercio ilegal de estupefacientes. En la cumbre de presidentes del llamado "Grupo de los 8", realizada en Acapulco, el pasado mes de noviembre, tratamos el tema. En la decla-

ración final señalamos que el éxito en la lucha contra el narcotráfico "no podrá ser alcanzado si no se cuenta con la acción concertada de todos los Estados, especialmente con la de los países industrializados, donde están localizados los mayores centros de consumo".

Cualquier política, por estricta y audaz que sea, en últimas resultará insatisfactoria, si los países consumidores continúan descargando, en países como Colombia, casi toda la responsabilidad en esta lucha que es de toda la comunidad civilizada de naciones. Esta es una de las consideraciones que cada vez adquiere mayor peso en el diseño de estrategias globales y en la toma de decisiones concretas entre nosotros. Por esta razón, mientras no se le de un tratamiento multilateral consistente al problema, la ciudadanía no entenderá que los más altos riesgos y los más grandes costos en esta cruzada, corran por cuenta de una sola de las partes, precisamente, esa es la verdad, la menos dotada en términos de recursos para encabezarla. Ello hace esta tarea aún más desigual y, no nos engañemos, limita sustancialmente las posibilidades de éxito.

Brasil y Colombia han sido socios principales del proyecto más exitoso de estabilización de precios de productos básicos, como lo es el Acuerdo Internacional del Café. Este instrumento de cooperación internacional ha permitido equilibrar los intereses de los 50 países productores y los 24 países consumidores. También ha contribuido al progreso social y económico de muchos países en desarrollo.

El acuerdo se ha venido perfeccionando en forma pragmática durante los últimos 25 años. Ahora nos corresponde proponer la prórroga de este instrumento fundamental para la estabilidad de nuestras economías. El acuerdo actual expira en septiembre de 1989 y por eso tiene sentido plantear su prórroga en la próxima reunión del Consejo Internacional del Café.

A Brasil y a Colombia les ha correspondido impulsar las negociaciones y coordinar a los productores de Asia, África y América Latina. La historia demuestra que el entendimiento

y la coordinación de Brasil y Colombia es esencial para mantener el orden, la disciplina y la estabilidad del mercado mundial del café. Esta coordinación ha sido posible gracias a la existencia de instituciones cafeteras sólidas y a una voluntad política firme como la demostrada tanto por el Instituto Brasileño del Café, como por nuestra Federación.

Es obvio que al mayor productor mundial del grano le corresponde mayor responsabilidad en la coordinación de los productores y en el impulso de las negociaciones. Es cierto que los dos países y, especialmente el Brasil, han avanzado en forma significativa en el proceso de diversificación de sus economías y de su comercio exterior. Sin embargo, el sector cafetero continúa siendo un elemento significativo de sus ingresos de divisas y fundamental como generador de empleo productivo y como multiplicador de la actividad económica. Por eso debemos continuar las políticas de estabilidad y defensa del mercado a nivel internacional

La creación del "Grupo de los 8", en noviembre pasado, es un paso en la dirección correcta. La unidad latinoamericana alrededor de intereses comunes es una condición necesaria. Hemos visto que entre estos ocho países existe una férrea voluntad de concertación. Así lo vimos, hace tres semanas, cuando en el seno de la Organización de los Estados Americanos, esa voluntad sirvió de base para estimular una gran convergencia continental en apoyo de Colombia y de nuestra lucha frente al narcotráfico. Nuestra nación está agradecida con Usted, Señor Presidente, por habernos acompañado en este debate diplomático que dejó tan significativas lecciones.

Ha quedado claro que el "Grupo de los 8" tiene grandes posibilidades para convocar a las demás naciones del hemisferio. Y se ha demostrado que la Organización de Estados Americanos es un escenario que puede servir eficientemente a la causa del tratamiento sereno y acertado de los problemas y de los desacuerdos. Hemos dejado ver que la existencia de posiciones diversas no tiene que conducir al conflicto. Por el contrario, se ha demostrado que éstas pueden ser resueltas satisfactoriamente.

Continuaremos con los esfuerzos encaminados a lograr la pacificación de la América Central. Colombia ha visto con satisfacción y entusiasmo la concertación del Acuerdo de Esquipulas II, así como sus posteriores desarrollos. Aunque puede estar lejana todavía la fecha en que se logre la anhelada paz, la situación se ha distensionado en forma notable. Sin embargo, nuestros esfuerzos y los de los mismos mandatarios centroamericanos serán vanos si los países con vínculos e intereses en la región no prescinden de su apoyo a las fuerzas que pretenden desestabilizar a cualquiera de los gobiernos de la región. Por esta razón, la reciente decisión del Congreso de los Estados Unidos es otro paso más para alcanzar la reconciliación en Centro América.

La situación internacional actual hace indispensable la cooperación entre Naciones con intereses comunes como Brasil y Colombia. Debemos encontrar formas de integración basadas en proyectos concretos y factibles. Hoy Brasil y Colombia avanzan firmemente en el camino de la cooperación, suscribiendo acuerdos en cuya preparación intervinieron con dedicación distinguidos funcionarios de uno y otro Estado. Hemos decidido asociarnos en empresas comunes que benefician no sólo a los habitantes de zonas fronterizas, sino a todos los brasileños y colombianos.

Nuestra voluntad de fortalecer el acercamiento entre nuestros dos países llevó a resultados satisfactorios, al suscribir convenios sobre diversos asuntos de interés común. Para promover el desarrollo en la región amazónica fronteriza, las entidades públicas del sector minero intercambiarán información técnica, geológica y minera. Asimismo, se buscará que la infraestructura que se construya, aunando esfuerzos y recursos, pueda ser aprovechada por ambos países.

También en la Amazonia, hemos concretado un convenio para el mejoramiento de los aeropuertos colombianos y otros para mantener un suministro adecuado de combustible en la zona de Leticia.

Hemos acordado diversos proyectos de cooperación técnica en áreas como la comercialización agrícola por parte de cooperativas; la sanidad animal; la promoción de exportaciones; el aprovechamiento de la información que proporcionan los satélites espaciales; la exploración y la explotación petrolera.

Se constituirá una comisión especial para analizar el desarrollo industrial que puede derivarse de la construcción, dentro de ciertos parámetros, de unidades industriales de refinación; otros grupos de especialistas estudiarán el programa de rehabilitación y ampliación del sistema ferroviario colombiano y otra comisión considerará diversos mecanismos para que el Brasil llegue a consumir cantidades crecientes de carbón colombiano.

Teniendo como objetivo fortalecer el conocimiento mutuo, base fundamental para hacer más estrecha la amistad y la cooperación en los niveles público y privado, se constituirá un programa especial de estudios de especialización en las ciencias administrativas.

A partir de esta reunión histórica, el entendimiento y la cooperación continuarán siendo el común denominador que nos seguirá conduciendo por los caminos de la concordia y del progreso.

declaração conjunta

Declaração Conjunta Brasil-Colômbia, assinada em Bogotá, dia 9 de fevereiro de 1988, pelos Presidentes José Sarney e Virgílio Barco.

A convite do Presidente da República da Colômbia, Virgílio Barco Vargas, o Presidente da República Federativa do Brasil, José Sarney, efetuou visita oficial à Colômbia, nos dias 7, 8 e 9 de fevereiro de 1988.

Durante sua permanência na Colômbia, o Presidente José Sarney foi recebido pelo Presidente Virgílio Barco, com quem manteve conversações cordiais, que versaram sobre a situação internacional e, especialmente, sobre as relações bilaterais, com o propósito de fortalecê-las e de estabelecer o melhor nível de cooperação em todos os campos.

Na ocasião da visita, firmaram-se os seguintes instrumentos:

- Convênio sobre Construção, Ampliação e Financiamento de Obras Aeroportuárias a serem executadas nas Cidades de Letícia, Mitú e Puerto Inírida;
- Memorandum de Entendimento em Matéria de Intercâmbio e Cooperação na Área de Carvão;
- Convênio Complementar ao Tratado de Amizade e Cooperação relativo à Cooperação em Assuntos de Petróleo;
- Convênio Complementar ao Acordo de Cooperação Amazônica sobre Cooperação no Desenvolvimento dos Recursos Minerais na Área de Fronteira;
- Memorandum de Entendimento sobre Cooperação no Setor Ferroviário;
- Memorandum de Entendimento para a Cooperação em Matéria de Promoção Comercial;
- Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica no Campo das Atividades Espaciais;
- Acordo sobre Sanidade Animal para o Intercâmbio de Animais e Produtos de Origem Animal; e,
- Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica sobre Intercâmbio de Experiências em Cooperativismo.

Os dois Presidentes convieram, ao final das conversações, em firmar a seguinte Declaração Conjunta:

1. Os dois Mandatários reiteraram a plena adesão de seus Governos aos propósitos e princípios consagrados nas Carta das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos, particularmente a igualdade soberana dos Estados, o respeito à independência política e à integridade territorial das nações, a autodeterminação dos povos, a não-interferência nos assuntos de outros Estados, a renúncia à ameaça ou ao uso da força, a solução pacífica de controvérsias, e o fiel cumprimento das obrigações emanadas dos Tratados e de outras fontes do Direito Internacional. Manifestaram sua convicção de que os objetivos supremos de paz, justiça, cooperação e desenvolvimento requerem o contínuo reforço e revitalização daqueles foros, tarefa

para a qual acordaram estreitar ainda mais as ações entre seus Governos.

2. Reiteraram seu firme compromisso de utilizar a energia nuclear para fins exclusivamente pacíficos e nesse sentido reafirmaram a necessidade de se garantir o livre acesso de todas as nações à tecnologia, equipamento e materiais nucleares.

3. Como chefes de Estado de dois países que renunciaram inequivocamente à utilização da energia nuclear para fins bélicos, ressaltaram a urgência da adoção de medidas concretas, equitativas e não discriminatórias, em direção à cessação e reversão da corrida armamentista nuclear e à eliminação de todas as armas de destruição em massa.

4. Expressaram sua satisfação com a conclusão do primeiro acordo real de desarmamento da era nuclear e reafirmaram a necessidade de que as negociações entre os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas sejam vinculadas aos esforços empreendidos nos foros multilaterais de desarmamento, tendo sempre presente o legítimo interesse de todos os Estados de participar no processo de tomada de decisões sobre a matéria, que afeta toda a humanidade.

5. Ratificaram seu repúdio a todas as formas de discriminação racial e renovaram sua condenação enfática à persistência, na África do Sul, do regime de **apartheid**, que, por suas sistemáticas e inaceitáveis violações de direitos humanos, repugna à consciência ética dos povos e representa ameaça à paz e à segurança internacionais. Salientaram, nesse contexto, a necessidade inadiável de que se intensifiquem os esforços da comunidade internacional com vistas a pôr fim à ocupação ilegal da Namíbia e a assegurar o direito do povo namibiano à independência, em conformidade com as resoluções relevantes das Nações Unidas.

6. Os dois Presidentes examinaram a situação no Oriente Médio e reiteraram a necessidade de ser alcançada uma solução abrangente.

gente, justa e duradoura para o conflito árabe-israelense, que permita a todos os Estados e povos da região viver em paz dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas. Expressaram sua preocupação com os recentes acontecimentos nos territórios palestinos ocupados e concordaram com a urgência do início de negociações, baseadas nas resoluções pertinentes das Nações Unidas, que levem ao exercício pelo povo palestino de seus direitos inalienáveis à autodeterminação e à independência em seu próprio território. Manifestaram seu apoio à convocação da Conferência Internacional de Paz para o Oriente Médio, sob os auspícios das Nações Unidas, com a participação de todas as partes interessadas, como passo inicial na busca da solução para o conflito.

7. Ressaltaram o endosso da comunidade internacional à resolução da XLI Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas pela qual foi instituída a Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul, e salientaram a importância de que todos os Estados a respeitem como tal e contribuam para a plena implementação dos objetivos da referida Declaração.

8. Reiteraram a importância transcendental que atribuem, no quadro dos esforços em prol da paz e estabilidade na América Central, ao Procedimento para Estabelecer uma Paz Firme e Duradoura, adotado pelos Chefes de Estado dos cinco países da área, na Guatemala, em 07 de agosto de 1987, cujo valor histórico e importância foram ratificados em São José, em 15 de janeiro último. Coincidiram em que os compromissos da Guatemala, cuja concepção e espírito foram reconhecidos como vitais para o êxito da democratização e pacificação da região na Declaração Conjunta de São José, são prova cabal de que os Governos centro-americanos estão perfeitamente habilitados a identificar soluções próprias para a crise que afeta a região; em tal contexto, os dois Presidentes instam os países com vínculos e interesses na região a abster-se de qualquer atitude tendente a obstaculizar o êxito dessa iniciativa de paz genuinamente latino-americana.

9. Reafirmaram seu empenho em seguir apoiando e estimulando a atuação do Grupo de Contadora, cuja ação mediadora, com respaldo político do Grupo de Apoio, se tem revelado de fundamental importância para a busca de uma solução pacífica e negociada para o conflito centro-americano. Felicitaram-se pelo trabalho desenvolvido até agora pela Comissão Internacional de Verificação e Acompanhamento, de que, juntamente com os Governos centro-americanos e com os Secretários-Gerais das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos, são membros os Governos integrantes dos Grupos de Contadora e de Apoio. Tomaram nota, com satisfação, dos progressos alcançados em cada um dos países centro-americanos, com vistas a obter o cumprimento integral dos Acordos.

10. Ambos os Mandatários congratularam-se pelos resultados positivos alcançados durante a histórica Reunião de Cúpula do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política, celebrada em Acapulco, no México, de 27 a 29 de novembro de 1987. Manifestaram sua firme convicção de que os postulados incorporados ao documento "Compromisso de Acapulco para a Paz, o Desenvolvimento e a Democracia" constituem a base para consolidar, em futuro próximo, o processo de unidade latino-americana.

11. Coincidiram, também, que o Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política constitui uma das principais instâncias de um processo mais amplo, de entendimento regional, que tem outra de suas múltiplas dimensões nos ingentes esforços que o Brasil e a Colômbia vêm desenvolvendo em diversos foros regionais especializados, como a Associação Latino-americana de Integração (ALADI) e o Sistema Econômico Latino-americano (SELA). Reconheceram que, como se verifica em outros foros, entre eles o Consenso de Cartagena e os Grupos de Contadora e Apoio, a existência e funcionamento desse mecanismo demonstra cabalmente que os países da América Latina estão hoje em condições de, sem intenções confrontacionistas, buscar, pela via do diálogo e da concertação,

soluções genuinamente regionais para os problemas com que são defrontados.

12. Os dois Mandatários ressaltaram que a Reunião de Presidentes do Grupo dos Oito, a celebrar-se no Uruguai, no segundo semestre do presente ano, marcará a continuidade do processo de concertação política no mais alto nível, para cuja consolidação Brasil e Colômbia contribuíram com seus melhores esforços.

13. Os dois Chefes de Estado, ao reafirmar o seu comprometimento com os ideais de paz, de liberdade e de democracia, propósitos e princípios que inspiram as políticas exteriores de seus respectivos países, expressaram sua satisfação pelo crescente fortalecimento do sistema democrático no continente. Reiteraram sua convicção de que a democracia, por sua natureza pluralista e participativa, é indispensável para o exercício da justiça social e constitui o melhor sistema político para promover a defesa e a garantia dos direitos do homem. Reconheceram, ademais, que a consolidação democrática na América Latina está íntima e diretamente relacionada com o crescimento e a estabilidade econômica na região, hoje seriamente ameaçada pelo problema da dívida externa.

14. Ao considerar que o respeito irrestrito aos direitos inalienáveis da pessoa humana é um componente essencial da democracia, reiteraram a convicção de seus Governos de proteger e garantir amplamente esses direitos, no âmbito de suas jurisdições nacionais, comprometendo-se a unir esforços para a defesa e promoção dos mesmos junto aos foros internacionais competentes.

15. Os dois Chefes de Estado reconheceram a necessidade de estabelecer ordenamento jurídico internacional especial que, atendendo às necessidades dos países em desenvolvimento, regule adequadamente a utilização racional da órbita síncrona geoestacionária.

16. O Presidente do Brasil expressou seu decidido apoio à iniciativa do Presidente da Colômbia de celebrar, em nível regional, uma campanha internacional para erradicar a po-

breza absoluta. Neste sentido, os dois Estadistas se comprometeram a tomar as medidas pertinentes com vista a identificar áreas de interesse comum, trocar informações e experiências e participar ativamente em tudo o que contribua para a criação de emprego, a melhora das condições de vida de seus povos e a elevação do nível dos serviços básicos de saúde, educação, nutrição e habitação, pois eles são meios para obter a recuperação da dignidade humana. Os dois Chefes de Estado deixaram a constância de que o apoio à luta contra esse flagelo, que castiga setores apreciáveis da população de seus respectivos países, por organizações internacionais como as Nações Unidas, a OEA, o SELA e as entidades financeiras de caráter intergovernamental, estimula de maneira decisiva seus Governos a prosseguir com as ações de exortação hemisférica, em que estão empenhados, a qual tem por finalidade obter a cooperação dos países altamente industrializados e de outras agências internacionais, inclusive os mecanismos multilaterais de crédito.

17. Expressaram apreensão pela intensificação do uso indevido e do tráfico ilícito de drogas e substâncias psicotrópicas e reconheceram a importância da cooperação internacional no combate a tais manifestações delituosas. Nesse sentido, reiteraram a disposição de seus Governos de cooperarem intensamente para a prevenção e repressão de tais atividades.

18. Reiteraram o apoio ao Tratado de Cooperação Amazônica, cujas funções, de promover o processo de integração entre os países amazônicos, têm sido plenamente exercidas graças à determinação dos Estados-membros, em que pesem as dificuldades derivadas do longo período de recessão econômica por que passou a maioria desses países na presente década.

19. Manifestaram apoio ao Plano de Ação da Secretaria Pro Tempore do Conselho de Cooperação Amazônica, notando, com satisfação, a celebração do "Seminário sobre Alternativas Tecnológicas para as Telecomunicações na Região Amazônica", o "Encontro Técnico para

Examinar o Plano de Ação em Botânica" e do "Encontro Técnico para Examinar o Plano de Ação em Saúde". O Presidente Barco destacou o frutífero trabalho desenvolvido pela Secretaria Pro Tempore durante a gestão brasileira, plasmado nos êxitos alcançados até o momento.

20. Dentro do espírito e da orientação do próprio Tratado de Cooperação Amazônica, e em concordância com a atitude flexível e realista que tem caracterizado muitas das modalidades de cooperação efetivadas sob sua égide, reiteraram seu apoio às iniciativas sub-regionais que abranjam dois ou mais Estados, em particular àquelas que promovam a cooperação para o desenvolvimento econômico e social das zonas fronteiriças. No mesmo sentido, se comprometeram a buscar os meios para explorar, com imaginação e criatividade, as potencialidades desse instrumento multilateral.

21. Reconheceram, ademais, a necessidade de dedicar ao Tratado de Cooperação Amazônica o papel de fator insubstituível na promoção do conhecimento mútuo entre os países-membros, atribuindo particular importância às áreas de cooperação técnica, científica e tecnológica, que no momento se afiguram suscetíveis de atenção cada vez maior.

22. Ressaltaram a necessidade de dedicar atenção constante à questão ambiental, em especial na Amazônia, levando em consideração a responsabilidade exclusiva que os países amazônicos assumiram na preservação do meio ambiente da região. Assinalaram que a canalização, pelos dois países, de recursos internos e externos para projetos ambientais na Amazônia deve ser compatível com as suas respectivas políticas nacionais.

23. Reiteraram a conveniência de trocar regularmente informações sobre medidas de preservação do meio ambiente aplicadas nos dois países, e a disposição de seus Governos em promover ações coordenadas, nos foros internacionais apropriados, sobre iniciativas de cooperação internacional em questões ambientais.

24. Reafirmaram a importância que atribuem à cultura como fator indispensável ao desenvolvimento integral de seus povos, e único valor capaz de assegurar que esse desenvolvimento se faça no estrito respeito aos mais profundos anseios nacionais, e de permitir, com a aplicação livre da criatividade, a consolidação da identidade cultural regional.

25. Verificaram a existência de importantes coincidências de posições quanto às maneiras mais apropriadas de resolver muitos dos problemas que hoje enfrenta a América Latina, e concordaram em assinalar como imperativa a necessidade de dar um renovado impulso ao processo de integração regional. Nesse sentido, ambos Mandatários atribuíram a mais alta prioridade aos esforços que se desenvolvem no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e ratificaram seu propósito de cooperar ativamente a fim de assegurar uma adequada participação de seus Governos, com critérios flexíveis e realistas, na Rodada de Negociações ora em curso.

26. Reiteraram a importância que seus Governos atribuem ao Sistema Econômico Latino-Americano (SELA) e seus esforços para a coordenação e a cooperação entre os países da América Latina e do Caribe. O Brasil e a Colômbia têm plena convicção de que a cooperação intra-regional é um elemento essencial para acelerar o desenvolvimento econômico e social dos países que participam do Sistema, e que o Mecanismo de Consulta e Coordenação fortalece a posição comum sobre temas econômicos.

27. Os dois Presidentes reiteraram a sua profunda preocupação com os graves desequilíbrios que persistem na economia mundial, os quais contribuem para o aumento progressivo dos desníveis já existentes entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Nesse sentido, ambos Mandatários reafirmaram sua preocupação com o problema da dívida externa, que se constituiu em instrumento recessivo das economias dos dois países, e concordaram em assinalar que os resultados alcançados, até o momento, para superar esse problema são insuficientes, e que toda so-

lução viável deve contemplar, como condição necessária, o crescimento sustentado dos países devedores, tendo em vista que o serviço da dívida deve ajustar-se à capacidade de pagamento de cada país, assim como à necessidade de estabelecer fórmulas de contingência que atenuem o impacto negativo de fatores externos alheios ao controle dos países devedores. Neste contexto, ressaltaram a importância das propostas formuladas no Compromisso de Acapulco e reiteraram sua firme vontade de continuar desenvolvendo seus esforços para obter uma solução definitiva para o problema da dívida externa.

28. Os dois Mandatários demonstraram profunda preocupação pela proliferação, nos países industrializados, de toda classe de medidas protecionistas, a grande maioria contrária aos compromissos internacionais desses países, tais como subsídios, restrições quantitativas, ações de salvaguarda e de processo para a aplicação de direitos compensatórios e **anti-dumping**, represálias comerciais, bem como o recurso desses países a políticas de condicionalidade, acordos supostamente voluntários de restrição às importações e a limitação e descaracterização de seus esquemas de preferências.

29. Instaram aos Governos dos países industrializados para que cumpram os compromissos adotados por eles com relação ao comércio com os países em desenvolvimento, e para que respeitem os acordos concluídos por ocasião do lançamento da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais, especialmente aqueles relacionados com o **statu quo** e com o desmantelamento das medidas protecionistas.

30. Em clara coincidência e entendimento mútuo, concordaram que o relacionamento entre os dois países se encontra em excelente estado. Destacaram haver espaços significativos a serem explorados, com vistas à intensificação das relações dentro de um intuito compartilhado de se buscarem oportunidades, sobretudo na área econômica, de cooperação crescente, tendentes a uma maior integração e complementação. Assinalaram que a recen-

te visita do Chanceler Abreu Sodré à Colômbia, em 12 de junho de 1987, e as diversas missões governamentais e empresariais ocorridas nos últimos doze meses foram extremamente úteis para o processo de integração entre os dois países. Esta visita do Presidente José Sarney, bem como a visita do Presidente Virgílio Barco ao Brasil, em futuro próximo, representam um firme e decidido impulso às relações bilaterais entre os dois países.

31. Reiteraram a relevância do Acordo de Assistência Recíproca para a Prevenção, Controle e Repressão do Uso e Tráfico Ilícito de Substâncias Estupefacientes e Psicotrópicas, concluído entre os dois países, em 12 de março de 1981, e indicaram o firme propósito de continuar intensificando a cooperação nessa área específica, utilizando para tal os mecanismos previstos no âmbito da Comissão Mista criada pelo mesmo instrumento e a Comissão de Coordenação Brasileiro - Colombiana.

32. Em matéria de cooperação fronteiriça, os Chefes de Estado do Brasil e da Colômbia compartilharam um interesse recíproco em promover o desenvolvimento sócio-econômico das regiões fronteiriças, dando ênfase ao melhoramento das condições de vida e serviços, bem como das condições de infra-estrutura necessárias à radicação do homem à terra e ao aproveitamento racional dos recursos econômicos existentes nessas regiões.

33. Nesse sentido, os Presidentes assinalaram, com igual satisfação, a conclusão do Protocolo de cooperação para o desenvolvimento da região fronteiriça, que representa um esforço integrado para o melhor conhecimento dessa região comum às respectivas economias nacionais.

34. Notaram, da mesma forma, o início dos trabalhos, em 31 de julho último, da Comissão Mista Brasileiro - Colombiana de Cooperação Amazônica, no quadro do Acordo de Cooperação Amazônica Brasil - Colômbia, concluída em 12 de março de 1981. Assinalaram, nesse contexto, o início da execução, no âmbito daquela Comissão Mista, do Plano Modelo para

o Desenvolvimento Integrado das Comunidades Vizinhas do Eixo Tabatinga – Apaporis, cujo significado é paradigmático para o estudo e desenvolvimento das regiões fronteiriças na Amazônia.

35. Os dois Presidentes enfatizaram o empenho mútuo em promover a expansão equilibrada e dinâmica dos fluxos comerciais bilaterais, de forma a dar-lhes níveis compatíveis com o amplo potencial dos respectivos mercados, assegurando-se, assim, vantagens recíprocas. Nesse sentido, concordaram em adotar medidas conjuntas, no âmbito da Comissão de Coordenação Brasil-Colômbia, com vistas ao estabelecimento de um Programa de Ação que assegura a promoção de um maior dinamismo do intercâmbio comercial e de um maior grau de integração econômica entre os dois países e, por outro lado, estimule a aplicação de modalidades alternativas de comércio.

36. Os dois Presidentes registraram com interesse a possibilidade de examinar a utilização de mecanismos financeiros de apoio ao intercâmbio comercial recíproco.

37. Os Mandatários congratularam-se pelo intenso diálogo mantido entre os dois países sobre o comércio internacional do café, e pelo entendimento e convergência de posições que dele têm emanado, sublinhando seu firme propósito em continuá-lo no futuro. Reiteraram seu apoio à Organização Internacional do Café, modelo de cooperação econômica internacional na área de produtos de base. Manifestaram sua satisfação pelo êxito das negociações naquela organização, que, mediante a disciplina de oferta de café, contribuiu para reverter a tendência declinante das cotações de café no mercado internacional.

38. Ambos os Presidentes expressaram grande satisfação pelas amplas perspectivas de intercâmbio e cooperação que se apresentam nos campos carbonífero, petrolífero, siderúrgico e ferroviário, derivadas dos instrumentos subscritos nesta ocasião. A propósito, recomendaram a imediata instalação das Comissões e Grupos de Trabalho previstos naqueles

instrumentos, e a aprovação das respectivas normas de funcionamento.

39. Da mesma forma, destacaram a celebração dos Acordos em matéria agropecuária, de sanidade animal e no campo das atividades espaciais.

40. Observando a importância para ambos os países da cooperação técnica em diversas áreas, os dois Mandatários registraram com satisfação os progressos até agora alcançados na aplicação do Acordo Básico de Cooperação Técnica, firmado em 13 de dezembro de 1972, e seus instrumentos complementares. Identificaram a necessidade do pronto estabelecimento do Programa de Cooperação Técnica Brasil-Colômbia, que incluirá áreas de interesse comum.

41. Assinalaram, igualmente, o interesse mútuo na intensificação das relações culturais e de turismo. Nesse sentido, destacaram a importância de pôr em execução os Acordos existentes nesses campos, por constituírem atividades fundamentais para a aproximação e melhor conhecimento entre os dois países.

42. Os Presidentes concordaram quanto à conveniência do estabelecimento, no mais breve prazo possível, e paralelamente aos atuais programas de cooperação na área educacional, de um programa de especialização para nacionais colombianos em instituições de ensino superior brasileiras, em nível de pós-graduação, em Administração Pública e em Administração de Empresas.

43. Os dois Mandatários concordaram em instruir aos respectivos Ministros de Comunicações a coordenação de ações no campo da utilização conjunta dos satélites de telecomunicações e o intercâmbio de informações e materiais nos setores de televisão educativa e comercial.

44. Diante da ampla gama de interesses bilaterais, os dois Mandatários concordaram em que cabe à Comissão de Coordenação Brasil-Colômbia desempenhar função básica na condição e supervisão dos mecanismos de

entendimento e cooperação mútuos. A respeito, consideraram da maior conveniência que a referida Comissão se reúna no final do primeiro semestre do presente ano, ocasião em que se examinarão, entre outras questões, as modalidades de execução dos Acordos concluídos na presente visita.

45. O Presidente Sarney manifestou seu profundo agradecimento pelas amáveis atenções que lhe foram dispensadas durante a sua permanência na Colômbia, e estendeu, cordialmente, convite ao Presidente Virgílio Barco para visitar oficialmente o Brasil, convite que foi aceito com satisfação.

Bogotá, em 9 de fevereiro de 1988

Presidente da República da Colômbia
Virgílio Barco

Presidente da República Federativa do Brasil
José Sarney

memorandos de entendimento

Memorando de Entendimento sobre cooperação em matéria de promoção comercial

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Colômbia,

No intuito de promover maior cooperação entre os órgãos responsáveis pela promoção comercial no exterior,

Desejam manifestar seu mútuo entendimento nos seguintes termos:

1. Estabelecer mecanismos de intercâmbio de informações e experiências sobre a matéria.
2. Executar um Programa de Cooperação e Capacitação em Promoção Comercial no Exterior nos seguintes moldes:

a) realização de estágios de funcionários dos dois países responsáveis pela promoção comercial no exterior, nos órgãos correspondentes de cada país;

b) prestação de assessoria direta por técnicos especializados em promoção comercial no exterior, quando solicitada.

3. Do lado brasileiro, o programa será implementado por intermédio do Departamento de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores, e, do lado colombiano, pelo "Fondo de Promoción de Exportaciones" – PROEXPO (doravante designados "Unidades Executoras").

4. As áreas específicas de interesse prioritário de cooperação identificadas são as seguintes:

a) esboço de um programa de processamento agilizado e sistematização de informações comerciais e de informações sobre mercado para exportações não tradicionais;

b) esboço de um projeto para identificação de investidores no exterior e de captação de investimentos estrangeiros;

c) esboço de projeto para identificação e acompanhamento de projetos no exterior, visando à promoção de serviços de consultoria e engenharia.

5. As despesas que venham a ser efetuadas para a execução do presente Programa poderão ser compartilhadas pelas duas Unidades Executoras, ou então recairão sobre a Unidade beneficiária.

Feito em Bogotá, aos 9 dias do mês de fevereiro de 1988, em dois exemplares originais, em português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil

Roberto de Abreu Sodré

Pelo Governo da República da Colômbia

Julio Londono Paredes

memorando de entendimento sobre intercâmbio e cooperação na área do carvão

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Colômbia,

Desejosos de fortalecer a cooperação entre os dois países no campo do carvão;

Certos de que tal cooperação constituirá um valioso apoio para explorar novas formas de intercâmbio que contribuam para um maior equilíbrio comercial e para dinamizar as relações econômico-comerciais entre os dois países,

Decidem o seguinte:

Artigo I

A Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras - CAEEB adquirirá de Carbones de Colombia S.A. - CARBOCOL, no ano de 1988, um volume de cerca de trezentas mil toneladas de carvão energético, em condições de mercado.

Artigo II

Constituir uma Comissão para estudar as possibilidades de fornecimento de carvão energético colombiano ao Brasil, para a realização de mescla com carvão energético brasileiro para uso industrial, com o objetivo de cobrir eventuais déficits na produção interna brasileira.

Artigo III

A Comissão mencionada no Artigo anterior contribuirá, igualmente, nos estudos que serão realizados no Brasil para expansão do sistema elétrico, considerando a instalação de termelétricas, em áreas setentrionais do Brasil, que utilizem carvão energético colombiano ou mesclas de carvão brasileiro e colombiano.

Artigo IV

A Comissão mencionada no Artigo II realizará também estudos sobre as possibilidades de abrir novos mercados em terceiros países a médio e longo prazo para o carvão energético brasileiro e colombiano, levando em conta as políticas comerciais de cada país.

Artigo V

Os trabalhos da Comissão referida no Artigo II levarão em conta o desenvolvimento da cooperação entre os dois países no setor petrolífero, como forma de aprofundar a cooperação mútua no setor energético como um todo.

Artigo VI

Estimular o uso de carvão energético semicoqueificável colombiano em unidades industriais siderúrgicas brasileiras.

Artigo VII

Criar um Grupo de Trabalho para elaborar os termos de referência de um estudo de pré-viabilidade para a exploração de carvão coqueificável na Colômbia. Tal estudo deverá incluir, entre outros, aspectos relativos a transporte, logística, reservas economicamente recuperáveis, qualidades, financiamento e investimentos.

Artigo VIII

O Grupo de Trabalho mencionado no Artigo anterior buscará identificar, igualmente, fontes de financiamento para a realização dos estudos de pré-viabilidade, com base nos termos de referência elaborados pelo citado Grupo, para posterior execução do projeto.

Artigo IX

À luz do interesse brasileiro de diversificar seus fornecedores de carvão metalúrgico e de

desenvolver a cooperação com a Colômbia no setor siderúrgico, a Siderurgia Brasileira S.A. – SIDERBRAS buscará adquirir a maior quantidade possível do carvão metalúrgico colombiano que cumpra com as especificações e padrões de qualidade requeridos e que possa ser produzido como resultado dos trabalhos do grupo mencionado no Artigo VII, dentro de condições competitivas de mercado.

Artigo X

O presente Memorando de Entendimento entrará em vigor na data de sua assinatura.

Feito em Bogotá, aos 9 dias do mês de fevereiro de 1988, em dois exemplares originais, em português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil

Aureliano Chaves de Mendonça

Pelo Governo da República da Colômbia
Guillermo Perry Rubio

memorando de entendimento sobre cooperação no setor ferroviário

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Colômbia
(doravante denominados "Governos"),

Considerando as possibilidades e necessidades de suas economias nacionais;

Considerando a conveniência recíproca em intensificar a Cooperação Econômica e Técnica e em aprimorar o intercâmbio entre os dois países no setor ferroviário;

Considerando o desejo mútuo de concretizar medidas que permitam alcançar uma com-

plementação econômica que contribua para o aprimoramento das tradicionais relações existentes entre a República Federativa do Brasil e a República da Colômbia; e

Considerando que o Governo da República da Colômbia tem como uma de suas metas principais de Governo um Plano de Reabilitação e Expansão da Malha Ferroviária,

Convém no seguinte:

Artigo I

Os dois Governos buscarão adotar medidas de cooperação para promover a reabilitação do sistema ferroviário colombiano, em acordo com as diretrizes a serem estabelecidas pelo Ministério de Obras Públicas e Transporte do Governo da República da Colômbia.

Artigo II

Os dois Governos envidarão esforços para a implementação de ações conjuntas visando:

1. definição do Programa Detalhado de Reabilitação da Malha Ferroviária, mediante elaboração de um Plano de Ação, no qual se determine os trechos a serem construídos, reconstruídos ou reabilitados;
2. reabilitação da infra-estrutura ferroviária dos trechos prioritários a serem definidos no Plano de Reabilitação da Malha Ferroviária Colombiana;
3. recuperação e fornecimento de equipamentos de tração, manutenção, material rodante, sinalização e telecomunicações;
4. modernização de estruturas administrativas e operativas do sistema ferroviário;
5. identificação e implementação de metodologias para o eficaz manejo de cargas e seu adequado controle.

Artigo III

1. Ambos os Governos constituirão Grupos Técnicos para definir os Termos de Referên-

cia, tendo como objetivo a colaboração entre Governos, quanto aos aspectos institucionais, administrativos e operacionais.

2. Os Grupos Técnicos se incumbirão igualmente de propor um Plano de Ação no qual serão determinados os novos trechos ferroviários prioritários a serem construídos, reconstruídos ou reabilitados.

3. Os Grupos Técnicos serão constituídos por empresas do setor público e privado de ambos os países, e demais grupos assessores que os países considerarem convenientes.

Artigo IV

As atividades previstas no Artigo II do presente Memorando de Entendimento poderão abranger outras modalidades que os Governos queiram acordar.

Artigo V

Dentro do Espírito de cooperação do presente Memorando, ambos os Governos estimularão e patrocinarão a associação de empresas brasileiras e colombianas dos setores públicos e privados para executarem as obras de construção, reconstrução ou reabilitação, indicados no Plano de Ação.

Artigo VI

O Governo brasileiro, considerando as conversações que se vêm realizando entre o consórcio BRASFERROVIAS e entidades colombianas, manifesta sua convicção de que o referido Consórcio, em vista de sua notória espe-

cialização no campo das construções ferroviárias no Brasil, está habilitado a desenvolver projetos dessa natureza na Colômbia.

Artigo VII

A execução dos projetos no território colombiano estará sujeita aos dispositivos legais internos vigentes na Colômbia.

Artigo VIII

O Governo brasileiro, com objetivo de apoiar a realização das referidas obras de reabilitação do sistema ferroviário colombiano, se propõe a conceder facilidades creditícias para o empreendimento, nas condições que vierem a ser definitivamente aprovadas pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil – CA-CEX.

Artigo IX

O presente Memorando de Entendimento entrará em vigor na data de sua assinatura e poderá ser modificado ou ampliado, por via diplomática, por mútuo acordo entre os Governos.

Feito em Bogotá, aos 9 dias do mês de fevereiro de 1988, em dois exemplares originais, em português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente válidos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil

Roberto de Abreu Sodré

Pelo Governo da República da Colômbia

Luis Fernando Jaramillo Correa

visita do ministro abreu sodré a paris

Discurso pronunciado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, por ocasião do almoço oferecido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da França, Embaixador Jean Bernard Raimond, em Paris, em 13 de fevereiro de 1988.

Excelentíssimo Senhor
Ministro Jean Bernard Raimond,

Agradeço sensibilizado as palavras de Vossa Excelência, que interpreto como expressão de sincero interesse pelo Brasil e prova da amizade que se estreita entre nós a cada encontro. Guardo uma lembrança muito positiva de nossa reunião em Brasília, há pouco mais de um ano, quando demos início a este diálogo de tanta relevância para as relações entre nossos países.

Em nome dos integrantes de minha comitiva e no meu próprio, quero manifestar-lhe nosso reconhecimento pelas gentilezas com que fomos distinguidos por Vossa Excelência e seus colaboradores. A admiração que nós, brasileiros, nutrimos pela França – por sua cultura, por sua condição de berço de ideais políticos e humanistas da civilização ocidental, bastião da liberdade e da democracia – também permeia nossos contatos com o Quai d'Orsay. Esta instituição, conduzida de forma exemplar por Vossa Excelência, é respeitada universalmente por sua competência e profissionalismo.

Os assuntos que hoje atraem o interesse prioritário da diplomacia francesa compõem, na verdade, um rol de desafios: a segurança européia; a coordenação dos interesses econômicos e políticos dos doze membros da Comunidade Européia; a crise do sistema monetário internacional e seus reflexos no comércio; a luta contra o terrorismo; os conflitos no

Oriente Médio. São, todos, problemas de intrincada complexidade, em cujo debate tem a voz da França um peso considerável.

Nós, brasileiros, acompanhamos com grande interesse a evolução dessas questões, que também influenciam nossa própria conjuntura. Vemos com otimismo o atual clima de distensão nas relações leste-oeste. Ao lado da satisfação natural que nos proporciona a redução dos riscos nucleares no continente europeu, temos esperança de que a diminuição dos gastos com a fabricação de armamentos poderá liberar recursos para o estímulo ao desenvolvimento econômico, com benefícios seguros para a América Latina.

A persistente crise do sistema financeiro internacional nos afeta diretamente, pois o valor alcançado por nossa dívida externa – sobretudo em decorrência das taxas de juros anormalmente elevadas em vigor desde o final da última década – nos torna extremamente vulneráveis às oscilações dos mercados monetários mundiais. Vemos, assim, com agrado, a crescente coordenação entre os países altamente industrializados para corrigir as distorções que caracterizam o atual sistema financeiro internacional. Esperamos que essa linha de ação venha também a incluir um esforço coletivo para o equacionamento e solução da questão da dívida externa do Terceiro Mundo.

A oportunidade de trocar idéias e opiniões com Vossa Excelência aqui, Senhor Ministro Raimond, é naturalmente de extrema valia pa-

ra a diplomacia brasileira, voltada, entre suas preocupações básicas, para a tarefa de sustentação do esforço de desenvolvimento econômico. ,

Sou otimista quanto à evolução de nossos interesses comuns. Apesar de atravessarem, atualmente, fase de grande prosperidade as economias européias vêm suportando elevadas taxas de desemprego. Embora seja temerário fazer afirmações categóricas sobre as relações de causa e efeito em economia, parece-me plausível supor que para o problema concorre, de algum modo, a estagnação econômica de muitos países do Terceiro Mundo, em particular os da América Latina, pois não nos escapa que os encargos do seu endividamento impedem o incremento de suas encomendas à indústria européia, fornecedora tradicional de bens de capital.

Seria de claro interesse, portanto, em função da interdependência entre as nações, um tratamento global e de maior racionalidade na questão da dívida. Estou certo de que, quando os países em desenvolvimento puderem utilizar plenamente seu potencial econômico, o intercâmbio mundial voltará certamente a elevar-se a patamares significativos e benéficos para toda a comunidade internacional.

Senhor Ministro,

Alegra-me comprovar a evolução positiva e mutuamente enriquecedora que vem tendo o Projeto Brasil-França, iniciativa notável que, por sua concepção e propósitos, constitui instrumento modelar de diálogo entre duas culturas. Nossas exposições, nas quais procuramos mostrar aqui o que temos de representativo nos diversos setores da cultura brasileira, têm tido acolhida muito calorosa por parte do generoso povo francês. Para nós é motivo de justo orgulho, e nos faz sentir recompensados, a dedicação ativa e interessada de ambos os Governos a esse Projeto.

Estou seguro de que o Projeto Brasil-França, ao encerrar-se em 1989, terá cumprido integralmente sua finalidade primordial, que é a de permitir a brasileiros e franceses uma reavaliação recíproca das suas realidades culturais, políticas e econômicas.

Ao expressar minha confiança no estreitamento cada vez maior das relações entre o Brasil e a França, quero convidar todos os presentes a brindarem comigo em honra do Presidente François Mitterrand, do Primeiro-Ministro Jacques Chirac e à saúde de Vossa Excelência, Senhor Ministro, assim como à amizade entre nosso povos.

projeto brasil-frança: exposição “modernidade”

Discurso pronunciado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, por ocasião do encerramento da exposição “Modernidade”, em Paris, em 15 de fevereiro de 1988.

Estamos hoje cumprindo mais uma etapa de um projeto de aproximação cultural cujos resultados já se fazem sentir. O Projeto Brasil-França é uma das expressões mais positivas do relacionamento entre nossos países. Depois de dois anos de trabalho sério e de permanente dedicação, são evidentes os progressos alcançados.

Essa tem sido uma ocasião ímpar para que nós, brasileiros, mostremos toda a diversidade de nossas manifestações culturais. Elas vão desde a força de nossa música popular, até nossa contribuição para o grande movimento da modernidade nas artes plásticas, como na exposição que ora se encerra, passando pela criatividade espontânea de nossa gente, como na exposição sobre arte popular apresentada em Paris há pouco menos de um ano.

O Projeto Brasil-França é uma oportunidade rara, única mesmo, para que nossos dois países possam melhor se conhecerem. É verdade que a cultura brasileira sempre esteve em estreito contato com a cultura francesa. No século passado, artistas e intelectuais brasileiros procuraram na Europa, e especialmente no espírito e na cultura francesa, uma fonte de conhecimento e de formação. Várias de nossas instituições se beneficiaram, e ainda se beneficiam, do exemplo democrático e libertário da Revolução Francesa, cujo segundo centenário comemoraremos dentro de pouco mais de um ano.

A cultura brasileira é um exemplo do caldeamento e da diversidade de influências e tradi-

ções. É já um lugar comum dizer que o Brasil é o resultado da mescla das culturas portuguesa, indígena e africana. Mas, esse é um lugar comum: a realidade não é tão simples.

É bem verdade que as influências não-europeias são particularmente claras em manifestações como a música popular. Entretanto, em outros campos, como é o caso da exposição aqui realizada, a herança europeia está também claramente presente, mas já filtrada por uma espécie de véu tropical que nos é tão característico.

Nossa cultura é uma cultura nova. É justamente a partir da Semana de Arte Moderna de 1922 – e o nome é muito revelador – protagonizada por vários artistas que podemos contemplar nesta exposição, que começa, de maneira mais sistemática, esse processo antropofágico da cultura brasileira. Por antropofagia, Oswald de Andrade, um dos grandes nomes da literatura brasileira da primeira metade do século, entende esse processo de metabolização das diferentes influências culturais sofridas por nosso país e a subsequente geração de um padrão novo, de um modelo próprio em que se podem identificar, transfiguradas, as influências originais.

Os fundamentos dessas idéias de Oswald podem ser encontrados no catálogo da exposição, que transcreve os dois grandes manifestos daquele modernista “à outrance”: os manifestos Pau Brasil e Antropofágico. A propósito dessa postura oswaldiana, permito-me ler aqui trecho de um importante ensaio de Roberto

Schwarz, um dos maiores críticos do Brasil atual: "É o primitivismo local que devolverá à cansada cultura européia o sentido moderno, quer dizer, livre da maceração cristã e do utilitarismo capitalista. Foi profunda, portanto, a reviravolta valorativa operada pelo modernismo: pela primeira vez, o processo no Brasil é considerado e sopesado diretamente no contexto da atualidade mundial, como tendo algo a oferecer no capítulo. Oswald propunha uma postura cultural irreverente e sem sentimento de inferioridade, metaforizado na deglutição do alheio: cópia sim, mas regeneradora".

Essa "antropofagia" ocorre nos dois sentidos. Não só o brasileiro "deglute" a cultura européia, mas também o europeu se alimenta da realidade brasileira. Tal é o caso de Lasar Segall, que, pintor formado na Europa, mergulha em um mundo novo, um mundo tropical, o que lhe permitirá realizar a estupenda síntese que podemos admirar nessa exposição.

Não pretendo estender-me na enumeração de trabalhos e influências. Permito-me somente chamar a atenção para dois grandes artistas dessa mostra, repleta de valores imensos, mas que operam de maneira singular essa união entre o europeu, o erudito e o popular. Refiro-me a Guignard e Volpi. Os dois foram artistas que, como poucos, souberam transmutar a sua formação clássica em uma lin-

guagem pessoal, penetrada pela singeleza da nossa imagística popular. É uma honra para mim ter cedido a uma exposição tão importante como esta um quadro de Volpi pertencente à minha coleção particular.

Não poderia concluir sem referir-me ao primoroso trabalho realizado por todos aqueles direta ou indiretamente envolvidos na preparação da exposição, que nos enche a todos os brasileiros de tanto orgulho e satisfação.

Com grande prazer, posso anunciar que o Projeto Brasil-França prosseguirá neste ano de 1988 com uma exposição de arqueologia brasileira no Grand Palais, uma exposição de "design" industrial brasileiro e a Exposição "Museu do Inconsciente". Todas essas manifestações deverão culminar no segundo semestre de 1989 – bicentenário da Revolução Francesa e, no Brasil, centenário da Proclamação da República – com uma grande exposição de dois mil metros quadrados na **Cité des Sciences et de l'Industrie du Parc de la Villette em Paris**, tendo como tema "100 anos de desenvolvimento brasileiro na indústria e na ciência e tecnologia".

Estou convencido de que este fluxo contínuo de informações e experiências entre nossos países aprofundará ainda mais o conhecimento mútuo e os laços de fraternidade entre os povos do Brasil e da França.

abreu sodré em genebra

Discurso pronunciado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, na Conferência do Desarmamento, em Genebra, em 18 de fevereiro de 1988.

Senhor Presidente,

A minha presença hoje neste recinto corresponde a uma reflexão profunda por parte do Governo brasileiro.

Pareceu-nos oportuno renovar o compromisso permanente do Brasil com o esforço negociador multilateral em busca de uma paz confiável em um mundo mais justo.

Quero, em primeiro lugar, cumprimentá-lo, Senhor Presidente, e dizer-lhe que ao reconhecer suas qualificações para o exercício de seu alto mandato, não subestimamos o peso de seu fardo e seremos sempre voluntários para colaborar para o êxito do esforço comum.

Senhor Presidente,

Nos últimos dias, um número expressivo de colegas meus veio à Conferência do Desarmamento dizer de suas esperanças e preocupações. Ouvimos aqui os Chanceleres da Tchecoslováquia, da Itália, da Indonésia, da República Federal da Alemanha, da Hungria, e acabamos de ouvir os conceitos que nos trouxe meu colega da Finlândia.

Não será por motivo fortuito que uma tal convergência de vozes se deu e se dará nesta sessão da Conferência do Desarmamento.

Acredito que o mesmo chamado que aqui traz o Brasil, também foi ouvido em muitas outras capitais, sugerindo que se está abrindo um novo e mais promissor ciclo para a negociação multilateral das questões de desarmamento.

Diplomacia, Senhor Presidente, é um agudo sentido de oportunidade e a capacidade conseqüente de aproveitar a hora para fazê-la histórica. Vimos todos, acredito, identificando ao longo dos últimos meses elementos e circunstâncias que foram, gradualmente, substituindo descrença por esperança, inércia por desejo de ação.

Não há dúvida de que no vasto e complexo campo das negociações entre as nações sobre o desarmamento – qualquer que seja seu âmbito geográfico ou a natureza de seu tema – abrimos 1988 com expectativas que não tínhamos desde 1978, quando a Primeira Sessão Especial sobre Desarmamento (I SSOD) encerrou seus trabalhos com a adoção de um documento final, exemplar por sua abrangência e por sua permanente relevância.

Não nos cabe agora fazer o inventário de uma década em que, a rigor, tão escassos foram os resultados obtidos. O Brasil acredita que – respeitado o documento final da Primeira Sessão Especial sobre Desarmamento (I SSOD) como o nosso mapa e nosso compasso – devemos olhar para o futuro e divisar meios que assegurem a implementação integral do Programa de Ação acordado em 1978.

Senhor Presidente,

Tivemos, nos últimos meses, sólidos motivos de renovação de esperanças. Os Estados Unidos da América e a União Soviética assinaram um acordo sobre armas nucleares de alcance limitado, com efeitos políticos a tal ponto expressivos, que já existem sinais de que está próxima a assinatura de um acordo sobre redução de armas estratégicas.

O Brasil, como praticamente toda a comunidade internacional, reconheceu a importância histórica do Tratado de Washington e transmitiu às duas superpotências sua expectativa quanto a novos acordos. Nas consultas e contatos que mantivemos com ambas, fizemos sentir nosso reconhecimento e especial interesse em continuar a acompanhar esse processo negociador.

Em todas as ocasiões disse o Brasil a esses mesmos interlocutores que não aceitamos que a posição da comunidade internacional se limite ao aplauso e ao encorajamento dos militarmente mais poderosos em seus entendimentos. Temos interesses que vão muito além do respaldo que sempre daremos aos atos que reduzam os riscos de guerra e a tensão internacional criando maior confiança entre blocos e sistemas.

Senhor Presidente,

É precisamente este o foro – o único foro negociador multilateral sobre questões de desarmamento – em que somos chamados a atuar e onde buscamos fazer com que o progresso das negociações reflita a grande complexidade da vida internacional contemporânea.

Nada mais ilusório do que imaginar, como ocasionalmente se faz, que deve existir um favorecimento do processo negociador fechado entre os dois grandes ou entre os dois blocos militares sobre o processo negociador multilateral.

Os grandes acordos, universais em sua aplicação, duráveis em seus efeitos, admiráveis em sua exemplaridade, deverão surgir da negociação livre entre países que representam a diversidade da nossa realidade internacional e as diferentes perspectivas e expectativa que temos todos na construção de um mundo melhor.

O multilateralismo responsável e solidário ainda é – e creio que sempre será – o território em que poderemos construir um sistema de instrumentos legalmente obrigatórios ou

moralmente incontornáveis, desprovidos de sentido discriminatório.

Assim foi em São Francisco, assim foi com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assim foi como se criaram as grandes Agências Especializadas. Assim se fez em Estocolmo para o Meio Ambiente, em Bucareste para a População, na Jamaica para o Direito do Mar, em Nova York para a Ciência e a Tecnologia. Assim se fará aqui para a proscrição das armas químicas, para a cessação de testes nucleares, para a desmilitarização do espaço, assim se interromperão a acumulação de estoques militares e o refinamento dos sistemas de destruição em massa, assim nascerá aqui um novo mundo de paz e segurança.

Senhor Presidente,

Esse renovado impulso multilateralista encontrou expressão recente nos trabalhos da Conferência sobre o Desarmamento e o Desenvolvimento que se realizou em Nova Iorque, em agosto de 1987, e que produziu importante documento final.

Esse renovado impulso multilateralista presidirá os trabalhos que realizaremos, juntos, em Nova Iorque, em junho próximo, na Terceira Sessão Especial sobre Desarmamento (III SSOD), e para a qual esta Conferência deverá oferecer os mais densos subsídios.

O Brasil irá a essa Assembléia Especial de espírito aberto e confiante de poder dar sua contribuição ao esforço comum

São felizes, em muitos aspectos, as nossas circunstâncias. Estamos cercados de vizinhos que são amigos. O Tratado de Tlatelolco, que assinamos e ratificamos, nos traz compromissos precisamente delimitados e garantias adicionais de segurança. O Brasil está inscrito na região de mais baixo dispêndio militar relativo do mundo e, possivelmente, de mais reduzido grau de tensão e insegurança internacionais e muito se orgulha de contribuir para que assim seja. Vamos velar para que conflitos e interesses estranhos à nossa região não perturbem o bom convívio que soubemos todos os

de lá criar e consolidar. O Atlântico Sul, zona de paz e cooperação, nos aproxima da África.

Senhor Presidente,

Tivemos grande satisfação, em 1986, com a aprovação, por expressiva maioria, pela Quadragésima Primeira Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas, da Resolução 41/11, que declara o Atlântico Sul como Zona de Paz e de Cooperação. Essa satisfação se viu reforçada com a aprovação, em 1987, pela Quadragésima Segunda Sessão da Assembleia-Geral, da resolução 42/16, que reitera a importância da Declaração e que contou com o co-patrocínio de todos os Estados sul-atlânticos. Igualmente gratificante foi a incorporação por esta Conferência, em 1987, ao projeto do Programa Abrangente de Desarmamento de parágrafos específicos sobre a Zona de Paz e de Cooperação.

O significativo apoio da comunidade internacional à Zona de Paz e de Cooperação no Atlântico Sul representa o reconhecimento da identidade específica da área e da vontade política dos Estados sul-atlânticos responsáveis pela iniciativa de agirem solidariamente no sentido de preservarem a paz na região e de promoverem o seu desenvolvimento comum.

Incumbe aos Estados sul-atlânticos a responsabilidade primordial de conduzir e de estimular a consecução dos objetivos dessa importante iniciativa. Cabe, contudo, aos demais Estados a responsabilidade de cooperar no sentido de preservar o Atlântico Sul como zona de paz e de cooperação, condição essencial à plena implementação daqueles objetivos. A preocupação do Governo brasileiro, partilhada pelos outros Governos sul-atlânticos, é a de preservar o Atlântico Sul como zona de paz, livre de confrontos alheios à área, da corrida armamentista e de interesses hegemônicos.

Persistem, infelizmente, graves focos de tensão na região. Refiro-me, em particular, à situação na África Meridional, em que o regime odioso do **apartheid** oprime a grande maioria

do povo sul-africano e em que o mesmo Governo responsável por essa prática ignominiosa insiste na ocupação ilegal da Namíbia e nos ataques armados contra países vizinhos.

O Brasil, juntamente com seus parceiros sul-atlânticos, não poupará esforços para lograr o objetivo de tornar o Atlântico Sul uma verdadeira zona de paz e de cooperação, em proveito do seu próprio desenvolvimento, dos países da área e da comunidade internacional.

Senhor Presidente,

Quando pela primeira vez se traduz no comportamento das superpotências uma aceitação do princípio do desarmamento nuclear, ao invés do de simples controle de armamentos, julgo oportuno estimular este foro a uma reflexão sobre o real alcance e fundamento do princípio da não-proliferação de armas nucleares.

Em 1965, ao lado dos demais membros neutros e não-alinhados do Comitê das Dezoito Nações para o Desarmamento, o Brasil co-patrocinou, na Vigésima Assembleia-Geral das Nações Unidas, a Resolução 2028, delimitando os princípios a serem observados em um futuro Tratado Internacional de Não-Proliferação. Estavam presentes na Resolução 2028, entre outros postulados, a noção de que o tratado que viesse a ser firmado contemplasse um equilíbrio aceitável de obrigações entre as potências nucleares e os Estados não-nucleares e constituísse, ademais, um passo concreto rumo ao desarmamento geral e completo.

Parece-nos repetitivo e tautológico acentuar o forte descompasso entre os princípios projetados em 1965 pela Assembleia-Geral das Nações Unidas e os que vieram a ser adotados pelo Tratado de Não-Proliferação de 1967. O caráter discriminatório do TNP na definição dos direitos e obrigações dos Estados-partes e a ineficácia desse instrumento em conter seja a proliferação vertical das armas nucleares, seja a disseminação geográfica desses arsenais são evidências históricas, que dispõem qualquer esforço probatório.

O que interessa ao Brasil, neste momento, é sugerir se busque resgatar o conceito de Não-Proliferação tal como formulado originalmente, a favor de modelos mais equânimes e menos oligárquicos do que o consagrado pelo TNP, que venham de fato favorecer a cooperação internacional para a utilização pacífica da energia nuclear.

A América Latina tem desempenhado o seu papel nesse esforço, ao fornecer à Comunidade Internacional um padrão legítimo e viável de um regime de não-proliferação, o Tratado de Tlatelolco. Aguarda o Brasil as condições previstas no artigo 28 para a plena entrada em vigor desse instrumento.

Senhor Presidente,

Para as palavras que hoje lhe dirijo busquei inspiração no que aqui disseram antes brasileiros eminentes como os Ministros Santiago Dantas, Affonso Arinos de Mello Franco e João Augusto Araújo Castro, meus predecesores na condução da política externa brasileira e que aqui afirmaram e reafirmaram o compromisso do Brasil com a causa do fortalecimento da paz e da segurança internacionais. As palavras deles hoje registradas em nossas atas continuam a guardar atualidade, o que reflete, por um lado, a sabedoria e clareza dos conceitos expressos como também, por outro, a demora com que fazemos progressos e como é obstinada a resistência dos obstáculos que enfrentamos.

Cumprido assinalar, em particular, que no caso específico da busca do desarmamento, a ciência e a tecnologia, amigas da humanidade em tantas frentes e com tão maravilhosos resultados, são um desafio adicional e, por sua dinâmica, renovam e ampliam os riscos e as ameaças que sobre todos nós pesam. Ao horror da devastação nuclear se vão somando cenários cada vez mais desoladores de destruição e de morte. Uma lógica perversa faz com que a busca da segurança se faça pelo caminho paradoxal da incorporação de tecnologias cada vez mais implacáveis, o que nos abre um cenário imprevisível e infinito, em que o que era ficção científica passa a ser real.

Senhor Presidente,

Vim a Genebra para dizer-lhes que o compromisso do Brasil com o trabalho desta Conferência é permanente e profundo e para dizer-lhes que não desejamos que a oportunidade de realizações concretas, que identificamos, se dissipe sem resultados.

É evidente que o campo negociador que está mais avançado e onde o resultado final já se faz entrever é o da proscricção das armas químicas e a destruição dos estoques existentes desse tipo de armas.

Como parte do Grupo dos 21 o Brasil, juntamente com os países não-alinhados, espera que possamos alcançar ainda em 1988 um projeto de convenção, eficaz e abrangente. Estamos preparados para apoiar, seja na substância, seja no procedimento, quaisquer iniciativas práticas que permitam uma intensificação dos trabalhos e um adensamento de consultas. Não estamos apressados. Apenas nos negamos a perder tempo.

Nesse espírito, apraz-me reafirmar o firme interesse do Governo brasileiro em assegurar o caráter universal e não-discriminatório da Convenção e zelar pela garantia do direito de todos os países à utilização pacífica da indústria e tecnologia químicas.

Há outros pontos da nossa agenda em que são imperceptíveis os progressos. Uma forma de realismo pragmático nos sugeriria deixá-los de lado até hora mais propícia e disposição negociadora mais clara dos superarmados. O Brasil opta por uma outra forma de realismo, recordando sem trégua, que continuamos a viver em um mundo perigoso. Que as tranqüilidades da dissuasão são ilusórias. Que as urgências da construção de uma ordem internacional mais justa ditam um outro compasso e reclamam outras providências para já. Não hesitaremos, na boa causa, em repetir o que já dissemos. Não nos cansaremos de exigir desarmamento verificável, em todos os terrenos, com uma serena insistência. E com a mesma convicção exigiremos ser ouvidos todos e respeitados todos em matéria que a to-

dos afeta. Como possível alvo e como provável vítima todos os seres humanos e os Governos que os representam têm uma voz legítima na luta contra os armamentos e essa voz não pode deixar de ser ouvida e respeitada.

Nesse sentido, o Brasil reitera a importância e a urgência de que todos nesta Conferência do Desarmamento, em particular as potências nucleares, reúnam a vontade política essencial à posta em marcha dos temas cruciais de nossa agenda. Refiro-me, *inter alia*, ao pronto estabelecimento de um Comitê ad-hoc com mandato negociador de um tratado de proscrição abrangente dos testes com armas nucleares, exercício que já estamos satisfatoriamente habilitados a conduzir, sem adiamentos desnecessários, a um bom termo. Reporto-me, também, à conveniência de se dotar o Comitê ad-hoc sobre Prevenção da Corrida

Armamentista no Espaço Exterior de um mandato negociador específico, que nos coloque aptos a prescrever, com a urgência que o momento exige, a utilização exclusivamente pacífica desse meio ambiente.

Esse o espírito das palavras do Presidente José Sarney na Assembléia-Geral das Nações Unidas, em 1985, com as quais encerro minha declaração a esta Conferência do Desarmamento:

“Estamos numa encruzilhada das muitas que marcaram estes 40 anos de existência da ONU. Os povos percebem que as concessões feitas às realidades do poder são uma avenida de uma só mão. Apenas a vontade conjunta da maioria pode recompor, numa atitude nova, o panorama emoliente criado pela confrontação e pelos mecanismos do poder”.

instituto rio-branco reinicia atividades

Discurso de saudação ao Doutor Enrique Iglesias, Presidente do BID, pronunciado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, por ocasião da Aula Inaugural do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, em 15 de março de 1988.

Excelentíssimo Senhor
Ministro Enrique Iglesias,

Excelentíssimo Senhor
Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima,

Senhores Diplomatas,

Meus caros alunos do Instituto Rio Branco,

Senhoras e Senhores,

O nome de Enrique Iglesias está inscrito com todos os méritos na história de luta e afirmação da América Latina. Com todo seu dinamismo e criatividade, com todo o brilho e competência de seu trabalho, ele se entregou à defesa dos interesses mais caros e das legítimas aspirações de nossos povos.

Trata-se, na verdade, de um patrimônio da inteligência latino-americana, homem público uruguaio que conquistou o respeito de amplos segmentos da comunidade internacional.

Toda a América Latina tem-se beneficiado de seus serviços, reconhecimento que lhe é devido, entre outros fatores, pelo significado de sua contribuição para os propósitos da vivificação e do aprimoramento da cooperação internacional para o desenvolvimento.

É, pois, motivo de grande satisfação e orgulho tanto para mim, pessoalmente, quanto para toda esta Casa acolher mais uma vez entre nós, desta feita já na condição de Presidente

eleito do Banco Interamericano de Desenvolvimento, meu prezado amigo Ministro Enrique Iglesias. Vossa Excelência, Senhor Ministro, muito nos honra com sua presença no Itamaraty, atendendo ao convite que lhe fiz para proferir a aula inaugural do Instituto Rio Branco.

Durante os dois últimos anos, período em que me encontro à frente da diplomacia brasileira, vinha tendo o privilégio de manter freqüente diálogo e sucessivos contactos com o Ministro Iglesias. Sempre apreciei – e o digo com grande admiração – suas qualidades intelectuais, seu preparo, seu tino político-diplomático, sua imensa capacidade de trabalho. Foi efetivamente uma oportunidade muito grata e honrosa para mim ter podido compartilhar com ele momentos de particular relevância para a diplomacia de nossos dois países e da América Latina.

Na minha longa vida de parlamentar, aprendi a apreciar os políticos que sabem construir consenso. Que imprimem às práticas negociadoras os ingredientes da racionalidade e da conciliação. São os verdadeiros estadistas, os que permitem que os processos sociais avancem democraticamente. Conheci, em Iglesias, um diplomata com essas virtudes.

O Ministro Iglesias galgou, em sua vida pública, as posições mais destacadas. Seu currículo é exemplar. Com sólida formação acadêmica nas áreas de economia e administração, participou em 1968, ao lado do Professor

Raúl Prebisch, da preparação do memorável estudo sobre a situação da América Latina, encomendado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. Trabalhou em importantes entidades de planejamento e execução econômica de seu país, como Diretor Técnico da "Oficina Nacional de Planejamento" e, posteriormente, como Presidente do Banco Central do Uruguai. Atuou em organismos de desenvolvimento econômico do continente, tendo ocupado o cargo de Secretário-Executivo da Comissão das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Toda essa vasta experiência, inclusive em âmbito internacional, habilitou-o plenamente a assumir as funções de Ministro das Relações Exteriores de seu país.

Não exagero em afirmar que Enrique Iglesias, por força de sua formação, constituiu-se em um dos principais arquitetos do processo de integração que, juntamente com a Argentina, estão corajosamente promovendo o Brasil e o Uruguai, de maneira a permitir a reafirmação político-econômica do continente latino-americano no cenário internacional.

Sua atuação incansável em prol dos interesses de seu país e dos ideais latino-americanos mereceu-lhe, no momento da apresentação de sua candidatura à Presidência do BID, a unanimidade com que o consagramos para aquela função. Esse consenso continental foi a homenagem que prestamos à carreira de Enrique Iglesias, bem como o sinal de nossa confiança no êxito da gestão que irá empreender à frente do Banco.

Se o Governo e o povo uruguaio abrem mão de um grande estadista, ganhamos todos nós, latino-americanos, porque um autêntico e combativo representante dos interesses da região assume as rédeas dessa instituição-chave para o processo de desenvolvimento econômico e social da América Latina.

Ao ressaltar as qualidades do Ministro Iglesias, desejo fazer sentir aos alunos do Instituto Rio Branco, que hoje iniciam suas atividades no curso de preparação à carreira diplomática, a importância, para o exercício de

suas futuras funções, de uma aprimorada capacitação profissional, alicerçada no apego entusiástico às causas da paz, do desenvolvimento, da cooperação entre os povos.

Nesse espírito, convido o Ministro Iglesias a dirigir-se aos alunos do Instituto Rio Branco. Estou certo de que suas palavras, fruto de uma rica vivência dos temas internacionais, servirão como perfeita introdução ao mundo complexo e de desafios permanentes, que é o mundo da diplomacia.

discurso pronunciado pelo doutor enrique iglesias

Discurso pronunciado pelo Doutor Enrique Iglesias, Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, por ocasião da Aula Inaugural do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, em 15 de março de 1988.

Senor Ministro,

Embajador Paulo Tarso,

Señores Embajadores y

Alumnos de esta Academia Diplomática.

Antes de empezar mis comentarios quiero agradecer, en nombre de mi país y en el mio propio, por este recuerdo que acaba de hacer el Ministro Sodr  de esta gran figura ca da que fue Wilson Ferreira Aldunate. No sólamente su figura de coraje, de energía, de idealismo, de lucha política, sentida profundamente desde los tempranos años de su juventud, fueron incuestionablemente una fuerza motriz en la vida nacional a través de muchas décadas, sino que este hombre que hoy desapareció fue, junto con el Presidente Sanguinetti, uno de los grandes arquitectos de la reconstrucción democrática del Uruguay. Desde la oposición asumió la actitud de grandeza de darle al Gobierno el apoyo que éste requerira para devolverle al país su estilo de vida, su moderación, su tolerancia y la comprensión de la necesidad de que, en los momentos históricos que hemos vivido en estos años, la oposición tenia que compartir con el Gobierno las grandes responsabilidades de la reconstruc-

ción democrática. El país le debe mucho a este hombre. Creo que está en la Historia como uno de los grandes caudillos que ayudaron a hacer nuestro país, a darle su personalidad propia, pero fundamentalmente que contribuyeron con una abnegación ejemplar a reconstruir democráticamente nuestro Uruguay. Le agradezco mucho sus palabras y las sentimos profundamente como uruguayos y en lo personal como un gran amigo de este compatriota tristemente desaparecido.

También agradezco las palabras muy generosas que Usted acaba de pronunciar, que son antes que nada el producto de una profunda y muy agradable amistad que hemos construido a lo largo de estos últimos años, y muy agradecido también por esta invitación suya para participar en este acto donde se inauguran los cursos de esta Institución, en una sala que está llena de recuerdos para ustedes, por el nombre que lleva el Instituto que está lleno de recuerdos también para la diplomacia brasileña, que fue este ilustre personaje de vuestra historia, el Barón de Rio Branco, pero que en alguna manera lo compartimos también, desde que su figura es igualmente honrada en mi país por lo que significó, como contribución a las relaciones diplomáticas y a las relaciones humanas entre el Uruguay y el Brasil.

Me siento un poco acomplejado de hablarles a Ustedes en esta Institución que es un modelo de sabiduría diplomática. Siento cierta cortedad en hablar ante quienes, en muchos aspectos, son maestros de la diplomacia latinoamericana y mundial y por tanto, permítanme que mis palabras sean mucho más que una clase, que no tendría condiciones de darles; una serie de reflexiones; reflexiones que están muy cesgadas por mi visión económica de los hechos; yo no puedo olvidarme que toda mi vida estuve trabajando desde la plataforma económica, pero en los últimos años estuve expuesto al ángulo político de la vida de América Latina, visto desde una administración nacional. Esto a mi me ha enriquecido; a mi me ha enriquecido porque he visto funcionar, desde un Gobierno, a la América Latina en un período tan fascinante de su historia como fue y como es el de la reconstrucción

democrática en la mayoría de nuestros países y ver dentro de este contexto político el elemento económico y la coyuntura internacional. Usted decía, Ministro, que mis reflexiones iban a ser sobre los desafíos que hoy experimenta la diplomacia latinoamericana y, vuelvo a repetir, no pretendo dar clases, porque no sería ello acorde con mi experiencia, pero sí, reflexionar en torno a eso. No hay duda alguna de que esta diplomacia hoy se encuentra desafiada por grandes mutaciones que están teniendo lugar en el escenario internacional, grandes mutaciones que están teniendo lugar en América Latina y grandes desafíos que tienen lugar en cada uno de nuestros países. No hay una diplomacia en el vacío, esto pudo haber sido parte de ilusiones pretéritas. La diplomacia es en última instancia un instrumento fundamental de la acción de los estados para insertarse en el medio internacional, en los medios regionales y para servir al propósito de fortalecer la imagen del país y al mismo tiempo darle a este país la consistencia de las relaciones que implican los resultados en el plano bilateral. Por tanto, cuando uno piensa en la diplomacia hoy en América Latina, yo creo que lo primero es reflexionar y tener una idea bien clara del acontecer mundial, de lo que está pasando hoy en el mundo y cuando uno se sumerge en las perspectivas del acontecer mundial tiene que reconocer que estamos en uno de los períodos más turbulentos de la historia del siglo. Es posible que todo observador tenga una deformación subjetiva del momento que le toca vivir. Es posible que esta misma frase haya sido dicha en los 40 o en los años 30, tengo la impresión, la percepción, sin embargo, de que quizás esta cercanía hacia fines del siglo, que siempre provoca en la humanidad una suerte de milenarismo; los fines del siglo tienen un contenido casi místico, pues suelen conmover mucha cosa. Algo aconteció, según cuentan, a fines del siglo pasado y algo parece estar aconteciendo cuando nos acercamos al final del segundo milenio de la era pos cristiana.

Evidentemente que se está diseñando un nuevo mapa político en el mundo. Los acontecimientos recientes en las relaciones entre las grandes superpotencias anuncian una suerte

de acomodación de la cual todos nos felicitamos, pero del cual resultará un mapa político que todavía es difícil visualizar. Es cierto también que se está diseñando un nuevo mapa económico, no solamente porque está surgiendo un oriente con una fuerza extraordinaria, que para muchos marcará, en una forma definitiva, el gran peso económico del siglo que vendrá, sino incluso por algunos hechos totalmente desconocidos, como el caso de Estados Unidos, potencia máxima que se convierte al mismo tiempo en el deudor máximo, marcando una contradicción con todos los imperios preexistentes, porque nunca ha habido una potencia de esta magnitud que al mismo tiempo se convirtiera en uno de los grandes deudores. Obviamente las potencias eran, por el contrario, grandes acreedores del mundo. Así como también aparecen hechos nuevos en ese nuevo mapa económico, derivados del surgimiento de las nuevas potencias industriales – ustedes son una de ellas – que marca una dispersión del poder económico que también supone un desafío de aprender y de comprender hacia donde se orienta esa economía. Quizás lo más importante que habría que reconocer es que estamos en el camino de una economía global. Es decir, una economía signada por una inestimable e inevitable interdependencia de todos con respecto a todos. El caso de la interdependencia de los Estados Unidos, hoy, por los mercados financieros mundiales, es una demostración de hasta que punto la interdependencia es un factor irresistible en la construcción de este nuevo orden mundial. Pero también debo incluir que nos vamos acercando a una universalización de las relaciones diplomáticas. Los cambios recientes en países como la Unión Soviética ó como China parecen anunciar las perspectivas hacia fines del siglo de una economía global en donde los socios de este mundo socialista pareciera acercarse cada vez más a una suerte de integración mayor con la economía internacional. Es decir el acontecer mundial está cambiándonos el mapa político y el mapa económico. Yo diría que también es posible que se altere el mapa militar, pero sobre eso tengo poco que decir, pero intuyo que también allí están dando cambios importantes

que habrá que recoger en ese nuevo diseño hacia el cual nos va llevando el siglo que termina.

Si miramos el problema del punto de vista del sistema económico, nos encontramos con una de las cosas que a mi más me ha impactado en los últimos años, a través de mi experiencia en la CEPAL, y luego rondando por América Latina durante más de dos décadas, he visto un hecho que gana cada vez más fuerza la incapacidad de prever o anticipar los hechos económicos, pero al mismo tiempo una inimaginable capacidad de vencer y absorber las crisis. A mi me tocaron por lo menos tres crisis finales del sistema. El sistema iba a explotar con el petróleo, iba a explotar con el asunto de las monedas, iba a explotar con la crisis de la deuda. Daría la impresión que se ha ido generando una suerte de acomodación en las relaciones internacionales, que hace que sin que nadie pueda anticipar la catástrofe, tampoco pueda asegurar la catástrofe. Es decir, eso que los americanos llaman la "resilience" del sistema, creo que es un hecho que nos acompaña en esa transformación, en donde pareciera ser que la capacidad de evitar el abismo del fenómeno está también incorporada y que quizás sea producto de la propia construcción de la sociedad multilateral que de alguna manera ha creado elementos de defensa para evitar las grandes crisis en el plano económico y en el plano político.

La América Latina está en medio de esa realidad, sufre por una parte **shocks** que provienen de las mutaciones que están teniendo lugar a nivel mundial. Ciertamente la interdependencia es una de ellas. América Latina no puede escapar a la interdependencia, no puede escapar a vincularse con ese mundo donde tiene muy poca capacidad de influir, aún cuando la unidad le asegure una mayor potencialidad para poder tener influencia, pero es una realidad que América Latina vive y se sumerge en ese mundo de creciente interdependencia. Es una región que siente el **shock** tecnológico. Nosotros no hemos tenido la capacidad de aprehender en toda su dimensión hasta que punto las actuales transformaciones tecnológicas están generando, en América La-

tina, cambios de una extraordinaria importancia en lo que fueron las ventajas comparativas tradicionales, en lo que ha sido la dependencia de la región de la producción y la exportación de materias primas, en lo que significa la necesidad de abarcar nuevas transformaciones en las estructuras productivas, como producto del ritmo y la profundidad de las transformaciones tecnológicas. Y tenemos que reconocer también que, junto con el **shock** de la interdependencia y de la tecnología, tenemos el **shock** neo-liberal en la economía. Eso es un fenómeno que se ha extendido en el campo capitalista como se ha extendido en su versión especial en el campo socialista y que marca una nueva concepción del mundo, mucho menos signada como fue otrora por lazos de solidaridad. Nos encontramos con relaciones muchos más signadas por el **good pro quo**, por las relaciones de poder, por las relaciones de ventajas y beneficios recíprocos. Es decir, aquel concepto de solidaridad que nos sirvió para trabajar durante 20 ó 30 años la concepción del nuevo orden económico mundial, hoy se ve reemplazada por un concepto mucho más estrecho de asistencialismo a los países más empobrecidos y en cambio pasamos a una etapa donde la crisis del sistema conmueve las bases mismas del multilateralismo en el que creíamos y fuimos convencidamente trabajando durante más de tres décadas. Esa es la relación de los **shocks** que se experimenta en América Latina cuando se la examina a la luz del acontecer internacional.

Algo similar nos está pasando dentro de nuestros países; nuestros países heredan, en primer término, grandes ambivalencias, comenzando por las ambivalencias del pasado; grandes desequilibrios de tipo económico, con sus economías profundamente inestables en la mayor parte de los casos; grandes ambivalencias de tipo social – una tercera parte de América Latina, a pesar de los grandes logros que se han hecho en materia económica, sigue – sumergida en el desempleo, en la miseria, en la marginación – y junto con esos desequilibrios que nos vienen tradicionalmente del pasado apareció este fenómeno del desarrollo prestado de los años 70 que nos dejó una pe-

sada herencia de 420 mil millones de dólares que forma el síndrome del endeudamiento externo, que sigue estando con nosotros, que ya hemos tratado de administrarlo en distintas maneras y que hemos ido mejorando los términos de su administración, pero que la propia solución del problema marca hasta que punto la prevalencia de relaciones de interdependencia hace difícil resolver el tema con soluciones integrales. Simplemente porque no hay capacidad para generar soluciones fuera de ese mecanismo que nos vincula a todos y dentro del cual no tenemos más remedio que movernos. Muchas veces se nos reclamó, en el pasado, por qué América Latina no emprendía el camino de los clubes de deudores, de las soluciones de carácter global. Todo eso queda como un objetivo muy deseable pero en la práctica la experiencia nos demostró a todos y sigue demostrando que la interdependencia genera reglas del juego que es muy difícil para cualquier país de cualquier dimensión superar o **bypasear**; simplemente estamos todos sometidos a un funcionamiento en donde los pesos y contrapesos hacen imposible a veces buscar soluciones ideales a la mayoría de nuestros problemas. Todos los países se encuentran enfrentados hoy en América Latina frente a tareas que son en primer lugar administrar la crisis, que es básicamente un problema de administrar el endeudamiento externo, un problema de modernizar nuestras economías y un problema de consolidar las instituciones democráticas.

Son los tres frentes sobre los cuales, de una manera u otra, todos nuestros países se encuentran hoy trabajando.

Administrar la crisis es un tema, como he dicho, fundamentalmente de superar el síndrome de la deuda externa. En los años 70, América Latina ahorra 20% y recibía 3 ó 4 puntos de ingresos de capital del exterior y por tanto era capaz de invertir 24%. Hoy por hoy, ahorramos 20% y remitimos 4%; es decir, invertimos 16%. Ese es el gran tema de la crisis actual; es mucho más que una crisis financiera, de administración o de balance de pagos. Es una crisis de incapacidad de inversión. La crisis del corto plazo de América Latina es

la crisis de una región que pasó de invertir el 24% al 16% y con esos porcentajes no es posible impulsar el desarrollo económico en forma dinámica. Ese es el primer tema en el que estamos sumergidos.

El segundo tema es el de la modernidad. Palabra confusa, complicada y sujeta a más de una lectura. Pero no tengo la menor duda de que América Latina tendrá que hacer, en la década de los 90, el gran esfuerzo de la modernización, a todos los niveles; desde las estructuras institucionales hasta las aproximaciones intelectuales a nuestros problemas, hasta las estructuras del Estado y de la empresa privada. El ritmo de la transformación que experimenta el mundo es de tal magnitud que si América Latina no considera en profundidad los desafíos que tiene por delante en la década que vendrá, corre el riesgo de perder el tren de la Historia – por lo menos muchos de nuestros países – y quedar marginada de la transformación que experimentan, a todos niveles, el mundo capitalista y el mundo socialista. Yo no sé como definir esa modernidad o como entenderla en este país. Sé como entenderla en mi país. Yo creo que en mi país, fundamentalmente, ese esfuerzo de modernización pasa por un esfuerzo de eficiencia económica, pasa por un esfuerzo de eficiencia social, pasa por un esfuerzo de apertura externa, pasa por un esfuerzo de creación de la sociedad tecnológica contemporánea, pasa por una revisión en profundidad del Estado y de la empresa privada. Yo conozco los ingredientes del **cocktail** de la modernidad, pero no me atrevería a definirlo para nadie excepto para mi país, porque lo conozco en profundidad. Esa tarea de modernización, creo que es, hoy por hoy, el gran desafío que experimentan nuestras sociedades y como digo, no solamente es una modernización de las estructuras productivas. Es una modernización de las estructuras mentales que comienzan por el reconocimiento de los cambios que se están dando en el mundo y que de alguna manera afectan en forma vigorosa nuestra capacidad de sumarnos al proceso de cambio o simplemente correr detrás de él.

Y esa es una de las grandes lecciones que nos ha dejado la historia contemporánea. Yo digo que estos tres grandes paquetes o mensajes que nos vienen de un mundo internacional cambiante y en profunda mutación, de una América Latina que está colectivamente desafiada por **shocks** tecnológicos, interdependientes y de este nuevo clima neo-liberal que se ha fijado en el mundo; de una realidad nacional en donde el tema central es administrar esa crisis que es en buena medida una crisis de deuda externa y de incapacidad de inversión y de modernizarnos para terminar considerando instituciones democráticas. Ese es el gran paquete que tiene que analizar, a mi juicio, la diplomacia contemporánea.

Yo quisiera dejar con ustedes algunas reflexiones sobre los desafíos que nos generan estos frentes, a nuestra diplomacia, por lo menos en lo que mi modesta apreciación me ha enseñado en estos últimos tres años de compartir con mi Gobierno la responsabilidad de la Cancillería.

Primero, tenemos las experiencias derivadas de las realidades políticas internacionales. El desafío a la diplomacia latinoamericana derivado de las nuevas realidades políticas del Occidente, al cual pertenecemos y del Tercer Mundo, al cual también pertenecemos. Yo creo que esto implica solicitarle a la diplomacia latinoamericana tener alguna expresión política propia. Lo que se ha venido haciendo en el Grupo de los Ocho, de ir generando una capacidad de opinión autónoma, independiente y respetada en América Latina, es un requisito del desafío de la nueva realidad política internacional. Yo creo que es positivo que la América Latina opine y se exprese colectivamente en un grupo que tendrá que ir creciendo con el tiempo, que se exprese colectivamente y con autoridad, respecto a la coyuntura internacional. La región tiene madurez suficiente como para poder ya incidir con su opinión en el proceso de transformación política internacional y en ese contexto creo que tenemos que proponernos, como una realidad fundamental de la diplomacia latinoamericana, el refuerzo y la reformulación del multilateralismo, en una realidad política internacional signada por los acuerdos de las dos grandes super potencias.

Parecería fundamental enfatizar la unidad de la América Latina y al mismo tiempo el refuerzo del multilateralismo. Yo creo que hay una ocasión única para ello. La actitud de la Unión Soviética, por ejemplo, con respecto a ese tema es un hecho que tenemos que analizar con cuidado. Pero me parece que en última instancia el hecho de expresarnos con autoridad propia debe ser acompañado por un esfuerzo muy vigoroso de hacernos presentes en la reformulación y en el replanteo de la acción multilateral en el mundo contemporáneo. Es una forma de balancear la nueva estructura del poder internacional que parece estar diseñando en esta reacomodación política que hoy vive la comunidad internacional. En ese contexto, un desafío que no tenemos resuelto es restablecer un diálogo correcto con los demás países del Tercer Mundo. Tengo la impresión que se nos va a ser cada vez más difícil ese diálogo si no nos premeditamos y pensamos ser seriamente. Las tradicionales relaciones que fueron prevaleciendo en el mundo en los años 60, en los años 70, con la construcción de la UNCTAD, todo ese edificio está siendo hoy jaqueado y es penoso observarlo. Como se ha ido, de alguna manera, erosionando la llamada solidaridad de los países en vía de desarrollo, como consecuencia, y de eso somos un poco responsables nosotros, de no haber meditado en profundidad de los cambios que se están produciendo dentro de ese complejo de países y la necesidad de redefinir las relaciones para que no se nos conviertan ya no en activos sino en pasivos. Algunos de los hechos que yo he podido vivir en los últimos años, las relaciones con África, por ejemplo, me demuestran la necesidad que tenemos de replantearnos como región el esquema de relaciones que corresponde con los nuevos cambios que tienen lugar en los países en vías de desarrollo y es una responsabilidad donde América Latina, como parte de una de las regiones más avanzadas del Tercer Mundo, tiene necesidad de replantearse y reformularse para que esas relaciones con ese grupo de países no se nos convierta en pasivos en lugar de activos.

En segundo lugar, tenemos que la diplomacia latinoamericana es desafiada por las nuevas

relaciones económicas internacionales. Yo mencionaba, al principio de mis palabras, el tema de la interdependencia. Aquí nos encontramos nosotros con dos factores que se han instalado en esa interdependencia. Por un lado el modelo económico que promueven las instituciones del Bretton Woods, que es un auténtico modelo de desarrollo que nos ha sido propuesto a los países del Tercer Mundo y por otra parte el nuevo orden comercial que se está instalando a partir de la Ronda Uruguay y la recomposición de las nuevas relaciones comerciales que ello significa. Son dos de los puntales en los cuales el mundo se ha ido organizando en esas relaciones económicas internacionales. Yo diría que a la diplomacia la desafían en doble sentido. Por una parte, traducir esos fenómenos hacia adentro y entender que uno de los grandes elementos que nos desafían es reconocer las realidades derivadas de esa política en la cual se ha embarcado hoy la comunidad internacional, especialmente la financiera, y ver como logramos flexibilidad suficiente para manejar nuestros propios modelos de desarrollo, en ese esquema que se ha hoy instalado en la realidad internacional. Y en lo que tiene que ver con el GATT, yo creo que sería ocioso reiterar aquí que pienso que estamos frente a uno de los desafíos más significativos del orden económico que vendrá en el próximo siglo. Yo no podría enfatizar suficientemente la importancia que tiene el seguimiento puntual, orgánico y de conciliación de posiciones entre nosotros mismos y otros países para hacer de esa ronda Uruguay un ejercicio que nos permita realmente ganar el espacio que necesitamos para el desarrollo de nuestros países.

Son dos de los puntales que hoy desafían seriamente a nuestros países. Por una parte el nuevo modelo de desarrollo que están impulsando las discusiones del Bretton Woods y por otra parte el nuevo modelo comercial que está impulsando el GATT a partir de este orden económico que hoy prevalece o que va a prevalecer en los años que vendrán.

El tercer desafío es el desafío de carácter regional. Yo diría que América Latina ha dado muchas veces en los últimos años de una mucha

mayor madurez y pragmatismo que dió en el pasado. Es curioso, pero en los años 60 – en los años 70, en que yo empecé a trabajar en CEPAL – siempre el mensaje era que los latinoamericanos éramos unos románticos, ideólogos, que nos faltaba pragmatismo. Hoy en día yo creo que es exactamente el contrario. Nosotros somos los pragmáticos, los ideólogos están del otro lado. Curiosa esa contradicción que se ha dado en el mundo contemporáneo, pero hay algo de verdad en esa afirmación, por lo menos en mi experiencia personal. Yo creo que hay un alto grado de madurez en América Latina o está creciendo esa madurez; y creo que hay, además, una mucha mayor conciencia crítica, que comenzó abandonando algo que nos acompañó muchos años y que nos hizo mucho mal y es de creer que todos los males vienen de afuera. Es un elemento que nos acompañó sistemáticamente y que en el inconciente fuimos aceptando sin entrar a razonarlo claramente. Es cierto que muchos de los problemas vienen del exterior pero no todos, y eso lo hemos ido aceptando y asimilando pacíficamente. Hoy por hoy, todos entendemos que hay una conciencia crítica dentro de América Latina. Implica analizarnos y analizar sobre las posibilidades de hacer cosas a pesar de la coyuntura internacional, porque otros lo están haciendo. Y esto lo hemos ido descargando de nuestras conciencias y generando un punto de apoyo a esa madurez a que hacía referencia. Creo que esto implica en esa realidad nacional, desafia a esta diplomacia latinoamericana. Primero en los mecanismos de consulta, yo creo que las experiencias de los últimos años, la creación de Contadora y el Grupo de Apoyo, implicó una nueva diplomacia mediadora que tiene un alto contenido político y ético. Cualquiera sean los resultados, ahí se realizó un esfuerzo de una enorme importancia, más que nada para evitar que se produjeran cosas, e yo creo que esto es muy importante. Diría que Cartagena fue otro ejemplo de madurez. Pués en Cartagena – lo he dicho en todos los foros posibles – no solamente hemos manejado el tema de la deuda con un gran sentido, con una gran visión global del problema, sino con una enorme responsabilidad. La Historia va a recordar este esfuerzo como un esfuerzo de

una enorme capacidad responsable de América Latina en el manejo de un tema tan delicado y tan explosivo como es el tema de la deuda. Algunos nos critican que hemos sido demasiado moderados, yo creo que no. Creo que la Historia va a decir que en el fondo, de alguna manera, los costos de otras actitudes hubieran sido mucho mayores y los riesgos muchos más grandes de haberlo resumido en otra forma.

Diría que hay otros temas globales que están reclamando esa labor de consulta. El narcotráfico sin duda alguna es un flagelo que América Latina no puede desconocer y que implica de alguna manera una acción política responsable sobre la cual habrá que coordinar posiciones.

Junto con esa respuesta a la diplomacia regional, yo diría los esfuerzos de integración. Y aquí yo no voy a insistir en algo con lo cual me siento tan identificado. Simplemente diría lo siguiente: yo viví todas las etapas de la integración, conocí las etapas románticas de la integración, las etapas idealistas, donde los objetivos iban mucho más allá de las posibilidades. Hoy vivimos una etapa mucho más concreta y pragmática. La integración implica fundamentalmente reconocer que hay que tener impulso político. El caso del impulso político que están poniendo los tres Presidentes de Argentina, Uruguay y Brasil es un hecho de una invaluable contribución a nuestros tres países. Pero hay que tener también ideas concretas y que hagan sentido como tal. No hay integración donde prevalezca sólo la preocupación romántica y no aparezca la otra parte de la preocupación pragmática a los beneficios mutuos. Yo creo que eso es la gran lección de los últimos años y pienso que este esquema integrador va a continuar en la medida en que sepamos conciliar las fuerzas, el impulso político de la parte de cima de nuestras estructuras políticas, pero también la necesidad de ir modelando ideas que hagan sentir de alguna manera nuestra lucha de hacer de la integración un ejercicio con beneficios mutuos. No un ejercicio de aritmética, que fue otro de los grandes elementos que nos trabó durante años; aquí no se trata de

que todos tengamos que recibir beneficios aritméticamente compensados. De lo que se trata es que al final esteamos todos mejor. Porque en la medida en que caigamos en las compensaciones aritméticas caemos también en una de las grandes trabas de los años 60 y 70 que fueron poniéndole coto e incapacidades y resistencias al proceso de avance de la integración.

Por último yo diría, o casi por último, anteúltimo, el tema de las realidades interamericanas, yo creo que ahí hay otro de los desafíos donde también yo he sentido profundamente en los últimos años la necesidad del repensamiento.

Las relaciones interamericanas son fundamentales para nosotros. Formamos parte de toda una región y en este mundo convulsionado, en donde se van generando relaciones especiales, yo creo que nosotros no podemos desconocer que tenemos una relación muy particular dentro del sistema interamericano. Siempre hemos estado sometidos a tensiones y a incompreensiones. Han sido muchos más los momentos de confrontación que los momentos de cooperación. Yo creo que esto hay que repensarlo, porque no es concebible que América Latina esté en estas relaciones interamericanas pasando por períodos de apatía, a períodos de focalismo en puntos críticos o a pensar que todas las relaciones interamericanas hoy en día pueden ser el caso de Nicaragua o el caso de Panamá o como fue el caso de Cuba. Yo creo que es absolutamente imprescindible llegar a fin de siglo con un sistema interamericano que tenga sentido de relación madura y que pase por mecanismos auténticos de cooperación, lo cual significa un auténtico latinoamericanismo. Yo no creo que haya un interamericanismo sano si no se pasa por un latinoamericanismo. No hay contraposición. A veces, en los Estados Unidos, se nos ha entendido mal y todos los esfuerzos de latinoamericanismo se entendieron como que eran elementos aglutinantes "en contra de", cuando en definitiva de lo que se trata es entender que, en una relación con la primera potencia del mundo, la formación de un estado de conciencia y de un estado de unidad lati-

noamericana es una precondition para una negociación positiva y de auténtica cooperación. Bueno, eso tenemos que plantear. Yo creo que nosotros no podemos llegar a fin del siglo sin tener realmente una redefinición importante, y aquí voy a pasar un mensaje para mis nuevas funciones. La definición de la OEA, jugando un papel positivo en esa etapa, y del Banco Interamericano deben ser mirados en ese sentido. Porque necesitamos pilares entre el sistema interamericano, de las Américas como un todo – en el caso nosotros, del Banco Interamericano – con otros países del mundo industrial, para convertirlos en efectivos puentes de comunicación. Estos organismos son contribuciones no sólo económicas, son también políticas. El Banco Interamericano es un organismo que constituye una pieza fundamental al diálogo político entre nuestros países. Porque debe ser, en los años 90, uno de los grandes instrumentos de la modernización de América Latina. Debe sumarse a ese esfuerzo modernizador a que nuestros países deben disfrutar de parte importante. Yo creo que, en ese contexto, este desafío de redefinición de las relaciones interamericanas, a partir del auténtico latinoamericanismo, compromete a nuestras diplomacias, especialmente en lo que tiene que ver con una redefinición del papel de la OEA y una definición del papel del Banco Interamericano en ese esquema de relaciones.

Por último yo diría, el desafío a nuestras diplomacias a partir de las realidades nacionales. Pocas veces como hasta ahora nosotros hemos sentido, yo digo como uruguayo, que las relaciones internacionales se convirtieran en un elemento de apuntalamiento de nuestras democracias. Esa percepción de que el relacionamiento externo ayudaba a la consolidación democrática es un hecho que yo viví profundamente. No podemos ignorar, por ejemplo, que en la historia independiente de nuestros tres países, sacando una anécdota de triste memoria del pasado, nunca se habían juntado nuestros presidentes. Nunca se habían juntado nuestros presidentes durante cuatro décadas. Esto es un hecho de un enorme simbolismo. Pero no sólo orientado hacia la construcción de las relaciones económi-

cas. Son señales de una enorme importancia que están indicando que esta reconstrucción democrática se está, de alguna forma, apoyando mutuamente. Es decir, que la relación exterior, la diplomacia – esa es una impresión personal – es un instrumento que coadyuva al fortalecimiento de la consolidación democrática de nuestros países y que ha hecho así una contribución y seguirá siendo de una enorme importancia para la consolidación de esta etapa donde todos queremos trabajar y seguir viendo.

Ni que decir que esa diplomacia bilateral mirando hacia otros países tiene que ser también un instrumento de la modernización. Ustedes podían hablar aquí en Itamaraty de diplomacia de resultados. Y evidentemente, no se concibe hoy en día una diplomacia que no tenga como uno de sus grandes objetivos la ampliación de los mercados, la incorporación de los países a la gran red tecnológica del mundo y todo lo que significa hoy hacer del diplomático un instrumento eficaz de la modernización a partir de la ayuda a nuestros países en la inserción de carácter internacional de cada una de nuestras naciones. Así pues, yo diría que hoy por hoy reconociendo

esos profundos cambios que tienen lugar en la economía, en la política del mundo, reconociendo además los profundos desafíos que tiene hoy la América Latina "shokeada" en esa relación que siempre hemos valorado entre los centros y nosotros que somos parte de la periferia, enfrentados a la enorme tarea de la consolidación democrática y de la modernidad, yo creo que todo eso demarca el campo a partir del cual las diplomacias latinoamericanas deberán reflexionar, replantear y reformular sus objetivos.

Yo celebro mucho que en ese ejercicio estemos trabajando de verdad, yo celebro mucho que este país, que Itamaraty haya asumido en los últimos años una actitud tan activa en el plano latinoamericano. Ha sido el Presidente Sarney que le ha dado ese impulso en los últimos años a las relaciones en cuestión, con los presidentes de Argentina y Uruguay, yo creo que todo eso hace que estos grandes desafíos hoy como nunca en nuestra historia lo podamos asumir en un plano de consulta permanente que será en definitiva una forma de ayudarnos a todos a ir venciendo, paso a paso, cada uno de esos desafíos que todos Ustedes, estudiantes y diplomáticos del futuro, tendrán que ir resolviendo.

(*) O Doutor Iglesias falou sem texto escrito e não reviu a presente transcrição da gravação feita na ocasião.

o secretário-geral das relações exteriores almoça com delegados e observadores à iii reunião do conselho de cooperação amazônica

Discurso proferido pelo Senhor Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, por ocasião do almoço que ofereceu às Delegações e Observadores à III Reunião Ordinária do Conselho de Cooperação Amazônica, em 16 de março de 1988.

Senhores Ministros de Estado,

Senhores Chefes de Delegação,

Senhores Observadores,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A Reunião do Conselho de Cooperação Amazônica que hoje se inicia acontece em momento ao mesmo tempo significativo e propício; neste ano, mais precisamente no dia 3 de julho, comemoramos o 10º Aniversário da assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica, reflexo da vontade política e do esforço criativo de nossos países no caminho do desenvolvimento e da cooperação amazônica.

Até a assinatura do Tratado, o espaço amazônico era entendido como fator de separação, um deserto verde entre nossos países, a afastar irmãos de sua vocação verdadeira de cooperação e integração.

Foi essa vocação que nos impôs, há dez anos, a busca de formas criativas de solidariedade, de fórmulas que transformassem o espaço amazônico num lugar privilegiado de interação. Cabia-nos, assim, a missão de abrir, para a vida produtiva, as nossas respectivas regiões amazônicas, através de um desenvolvimento coordenado e harmônico daquelas regiões. Com a criação do Tratado estávamos procurando descobrir novas técnicas e processos de conhecimento dessa imensa área para a qual tínhamos, até aquele mo-

mento, olhos de indagação e curiosidade. Queríamos, com o nosso esforço criativo, empregado persistentemente, ampliar o intercâmbio, difundir a cultura, somar os conhecimentos e as técnicas, trocar as experiências, construir conjuntamente uma nova forma de cooperação, transformando a Amazônia em espaço privilegiado para a união de nossos povos.

Desde aquele histórico 3 de julho, temos caminhado no rumo de estabelecer e aprimorar os mecanismos do Tratado de Cooperação Amazônica, apesar da grave crise econômica e financeira com que vimos defrontados. Em seus diversos foros, definimos linhas de ação, prioridades e iniciativas a serem levadas a cabo. E sempre com expectativas crescentes, pois estas são cultivadas com especial ênfase num convívio marcado pela comunhão de idéias e de esperanças.

Mas não é apenas por esse marco que esta Reunião do Conselho de Cooperação Amazônica assume relevância. Desde a última reunião de La Paz, e por instrução expressa desta, buscamos, neste último ano e meio, passar de uma fase que se poderia caracterizar como prospectiva, para uma fase mais operativa, com a concretização de algumas iniciativas nas diversas áreas de interesse para a cooperação amazônica. Demos impulso ao que acordamos na área de saúde, de ciência e tecnologia, de botânica, de comunicações.

O Brasil empresta especial relevância ao Tratado, como foro privilegiado para a integração regional e para o fortalecimento dos laços de fraternidade e cooperação que unem nossos países. É assim que, ao assumir a Secretaria Pro Tempore, envidamos nossos melhores esforços no sentido de executar a tarefa que nos havia sido definida pelos países amazônicos. Caberá a esta reunião do Conselho avaliar os resultados desse nosso esforço. Quero assegurar-lhes, entretanto, que o Brasil continuará empenhado em garantir o sucesso de todas as iniciativas de cooperação amazônica.

É nesse sentido que peço aos Senhores Chefes de Delegação que transmitam a seus respectivos Chanceleres o vivo interesse com que o Brasil, e eu pessoalmente, espera a celebração da III Reunião de Ministros das Relações Exteriores. Estamos convencidos de que é chegado o momento de reunir o mais alto foro do Tratado para examinarmos os desenvolvimentos recentes da cooperação amazônica nas áreas básicas definidas pelo Tratado e estabelecermos as diretrizes para o futuro nestas áreas e em outras que decidamos de comum acordo.

A cooperação amazônica é prova de nossa capacidade de iniciativa, da capacidade de criar a diplomacia amazônica, e deve ser, antes de mais nada, um instrumento para reforçar a confiança em nós mesmos, amazônicos, em nossa capacidade para encontrar soluções para os nossos problemas. É com essa plena convicção que convido a todos a que se unam num brinde ao êxito desta III Reunião do Conselho de Cooperação Amazônica.

discurso do ministro de estado das relações exteriores na sessão de encerramento da iii reunião ordinária do conselho de cooperação amazônica

Discurso pronunciado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, na Sessão de encerramento da III Reunião Ordinária do Conselho de Cooperação Amazônica, dia 18 de março de 1988, em Brasília.

Constitui grande honra para mim presidir a sessão de encerramento da Terceira Reunião do Conselho de Cooperação Amazônica.

O Brasil se orgulha de acolher em sua capital as delegações de países vizinhos e irmãos, com os quais compartilhamos uma vasta área geográfica, rica em desafios e cada vez mais valorizada pelo seu potencial. A Amazônia é uma região onde se fortalece dia a dia o ideal da colaboração fraterna, para o que tem sido fundamental a contribuição do Tratado assinado há dez anos nesta mesma cidade de Brasília.

Agradeço ao Banco Central do Brasil a amável cessão de suas instalações para os trabalhos do presente encontro. O fato de celebrarmos aqui esta reunião me inspira a fazer uma analogia entre o Tratado de Cooperação Amazônica e nossas instituições financeiras, expostas nos últimos anos a intensas pressões externas, e paralelamente obrigadas a esforço contínuo e criativo com vistas à sua solidificação.

Esta tem sido, na verdade, a história do Tratado de Cooperação Amazônica. Gerado pelo interesse comum aos países amazônicos de procurar formas novas e operativas para a cooperação necessária ao desenvolvimento sócio-econômico e à preservação da qualidade sócio-ambiental da região amazônica, o Tratado tem convivido com as dificuldades econômicas e financeiras experimentadas pelo conjunto dos países signatários praticamente desde o início da década de 1980. Tem convivido com essas dificuldades e sentido os seus efeitos. Hoje, o fortalecimento do TCA, objetivo perseguido por todos os países membros e sobre o qual o Brasil insiste particularmente, ressalta sobremaneira da criatividade desenvolvida no âmbito do Tratado, e que passaria mesmo a constituir sua marca registrada. O Tratado reflete, na verdade, a realidade amazônica: diante da vastidão das tarefas, de um lado, e da escassez de recursos, de outro, a criatividade passa a ser o único possível elo aglutinador de esforços.

Em vigor há menos de uma década, soube o TCA proporcionar iniciativas fundamentais nas áreas de ciência e tecnologia, saúde, navegação, transporte, telecomunicações e educação. A consolidação dessas iniciativas, a partir

do cumprimento gradativo das metas e objetivos incorporados no Plano de Ação da Secretaria Pro Tempore, ou emanadas dos diversos seminários e encontros técnicos já ocorridos, é, sem dúvida, importante sintoma da vitalidade do TCA.

Talvez a melhor e mais válida apreciação do Tratado, dentro de uma perspectiva de longo alcance, é a do fortalecimento de suas próprias estruturas e mecanismos. É das iniciativas internas, bilaterais, sub-regionais e regionais que hoje o TCA retira sua força vital. Graças a uma perfeita noção do significado do fato amazônico para as sociedades dos diversos países-membros, cada um deles projeta sobre o Tratado, em função naturalmente da relatividade de cada momento político-econômico, o máximo de seus interesses. Tal fato é hoje visível aqui, ao término dos trabalhos da Terceira Reunião do Conselho.

Na Reunião que hoje encerramos o Conselho revelou-se como exemplo de vitalidade interna do TCA, tendo dado um passo importante no sentido da concretização de seus objetivos. Assim é que aprovamos a criação de duas Comissões Especiais para o tratamento sistemático e concertado de temas fundamentais na região: os da saúde e da ciência e tecnologia. Ciência e Tecnologia, pela amplitude de aspectos, pela natural tendência à aglutinação e intercâmbio de esforços de pesquisa e de conhecimento numa região da qual pouco conhecemos; saúde, pela amplitude das necessidades comuns de combate das enfermidades típicas, de controle epidemiológico, de melhoria da qualidade de vida, da radicação do homem amazônico à terra em condições dignas.

Aprovamos, igualmente, a criação de mecanismos *ad hoc* para o tratamento da questão de política ambiental na Amazônia. E aqui, são claros os conflitos existentes ou previsíveis entre o esforço contínuo e duramente desenvolvido pelos países da região – na luta contra preconceitos, escassez de recursos, prioridades apenas preliminarmente definidas – e fortes pressões externas em muitos casos

violentadoras do real interesse de nossos povos. A preservação ambiental é, felizmente, hoje, um dado incorporado nitidamente às funções do Estado. É, portanto, do Estado e da sociedade que o integra a responsabilidade da definição da política ambiental. O TCA, na verdade, acolhe essa proposta.

Aprovamos, ademais, projeto de particular importância, ao mesmo tempo ambicioso e realista sobre botânica na região amazônica. Trata-se de demonstração singular da disposição para a cooperação entre os países-membros, com o envolvimento, em todas as fases de preparação e execução do projeto, de representantes das organizações e entidades científicas interessadas. Foi também graças ao apoio recebido do PNUD, de ordem tanto financeira quanto administrativa, que o projeto pôde concretizar-se. Faço, nesta oportunidade, especial referência à participação atenta e construtiva dos organismos internacionais tais como a OEA, o PNUD, a OPAS, a UNESCO, o BID, a FAO, o IICA, cuja contribuição ao TCA é vital. O Brasil, com o sede da Secretaria Pro Tempore deste Conselho, pode testemunhar a sensibilidade e a pronta disposição que os organismos internacionais revelam nas relações com a Secretaria e nas solicitações de apoio. A ocorrência, no Brasil, em 1987, de vários seminários e reuniões nas áreas de botânica, telecomunicações e saúde é produto desse interesse e dessa disposição de tais organizações de cooperar com os países-membros.

É da mesma forma, com satisfação, que verifico a preocupação do Tratado de Cooperação Amazônica, revelada durante a presente Reunião do Conselho, com as importantes questões, primeiro, da educação e do relacionamento do TCA com as universidades e instituições de pesquisa na região; e, segundo, da informação e dos fluxos de informação. Tal preocupação demonstra, ainda aqui, a vitalidade do TCA e sua vontade de manter-se ligado aos problemas do momento.

Aprovamos, ainda, nesta Reunião, inúmeras decisões referentes ao tratamento sistematizado de projeto e planos de desenvolvimento.

Destaco, entre esses planos, aqueles relativos à cooperação fronteiriça, sobretudo no que se refere ao desenvolvimento integrado de comunidades e regiões vizinhas. Trata-se de iniciativas que, por sua natureza paradigmática, tendem a compor malha de interesses absolutamente inovadora na cooperação entre os países-membros.

É, dessa forma, com grande convicção que aplaudo a decisão deste Conselho de propor a celebração, para breve, da Terceira Reunião de Chanceleres do Tratado. Resta-nos um

longo caminho a percorrer, mas sinto que a aceleração inicial, a mais difícil, já foi dada. Passar em revista o TCA, traçar-lhe novas diretrizes, vestir-lhe nova roupagem de esperança, toda essa tarefa se nos apresenta como uma obrigação, diante do já construído, e uma necessidade, diante da realidade.

Congratulando-me com os ilustres delegados pelo êxito de nossos trabalhos, e agradecendo sua presença neste encontro, declaro encerrada a Terceira Reunião do Conselho de Cooperação Amazônica.

abreu sodré recebe o alto-comissário das nações unidas para refugiados

Discurso pronunciado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, em almoço oferecido ao Alto-Comissário das Nações Unidas para Refugiados, Sr. Pierre Hocké, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 22 de março de 1988.

Senhor Alto-Comissário,

A visita de Vossa Excelência ao Brasil constitui, para o Governo brasileiro e para mim pessoalmente, motivo de particular satisfação. Esta visita proporciona-me ocasião para manifestar-lhe o reconhecimento do Governo brasileiro pela sensibilidade e eficácia com que, no exercício de sua honrosa função, Vossa Excelência vem-se desincumbindo da difícil tarefa de conjugar os imperativos éticos da proteção e assistência a refugiados com os imperativos práticos de racionalidade administrativa das atividades do ACNUR.

Não estará, Sr. Alto-Comissário, entre os menores méritos da diplomacia multilateral o de ter percebido, já no período entre guerras, que a ausência de proteção do indivíduo pelo Estado - característica definidora da condição de refugiado - torna necessária, e mesmo imprescindível, o que se convencionou denominar "proteção internacional", e que constitui o elemento essencial da missão confiada a Vossa Excelência pela Assembleia-Geral das Nações Unidas. As atividades de proteção e assistência a refugiados, complementadas pela busca de soluções definitivas, representam obra de elevado conteúdo humanitário e que é expressão concreta das realizações positivas das Nações Unidas.

Convencido da importância de que prossigam e se aprofundem os esforços das Nações Unidas nesse domínio, o Governo brasileiro empresta o seu decidido apoio ao trabalho do

ACNUR. Como membro do Comitê Executivo encarregado de acompanhar a implementação dos programas do ACNUR, o Brasil tem procurado favorecer o fortalecimento da cooperação internacional, que, em última análise, é condição **sine qua non** do êxito dos esforços de proteção internacional.

Senhor Alto-Comissário,

Desejaria salientar, no quadro complexo dos atuais fluxos e aglomerações de refugiados e pessoas deslocadas, alguns aspectos a que o Brasil atribui atenção particular.

Os esforços envidados por Vossa Excelência e por seus ilustres antecessores no sentido de vincular a assistência a refugiados a atividades de ajuda ao desenvolvimento parecem-nos seguir o bom caminho. Merecem incentivo e elogio os programas levados a efeito pelo ACNUR em países em desenvolvimento em colaboração com o PNUD, o Banco Mundial e outras agências, com vistas a promover, de um lado, a dignidade e o respeito próprio dos refugiados e, de outro, o desenvolvimento econômico das regiões em que estes procuram abrigo.

Outro aspecto que vimos acompanhando com interesse, e também com apreensão, é o relativo ao problema dos ataques armados a campos de refugiados. Conscientes da gravidade do desafio configurado por tais ataques, consideramos extremamente positivo que o Comitê Executivo, após anos de discussão

sobre o assunto, tenha adotado consensualmente, em sua última sessão, conclusão – que por ser equilibrada não é menos incisiva – que seguramente favorecerá, no futuro, o melhor equacionamento do problema.

Por fim, desejaria reiterar o interesse com que seguimos as recentes iniciativas relacionadas ao problema de refugiados na América Central, que deverão culminar, proximamente, com a realização de uma Conferência Internacional, com a participação de representantes de diferentes partes do mundo, em particular dos países em condições de contribuir decisivamente para a solução do problema. O Governo do Brasil, consciente dos estreitos vínculos existentes entre a situação dos refugiados e o problema da paz na região, compartilha o entendimento, expresso tanto na Ata de Contadora como no Acordo de Esquipulas, de que a busca de soluções permanentes para a questão de refugiados é parte integrante do processo de paz, merecendo a justo título o respaldo de todos os membros da comunidade

de das nações. Foi nesse espírito que o Governo brasileiro decidiu, em 1987, contribuir financeiramente para o Programa Especial de Repatriações Voluntárias levado a efeito pelo ACNUR em cooperação com os Governos da região.

Senhor Alto-Comissário,

Não poderia encerrar sem dedicar algumas palavras de apreciação à atmosfera de franqueza e cordialidade que tem caracterizado a proveitosa colaboração entre autoridades brasileiras e a Subdelegação do ACNUR no Brasil. Essa colaboração tem permitido, em perfeita consonância com os objetivos definidos no Estatuto do Alto Comissariado, promover a melhora gradual das condições de vida dos que se encontram sob a proteção do ACNUR em território brasileiro. Estou certo de que a visita de Vossa Excelência contribuirá para aprofundar ainda mais essa cooperação e nos permitirá divisar novos caminhos e formas para a consecução de objetivos comuns.

chanceler paraguaio em Brasília

Discursos dos Ministros de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, do Brasil, e Carlos Augusto Saldívar, do Paraguai, por ocasião da assinatura do Acordo sobre Prevenção, Controle, Fiscalização e Repressão ao Uso Indevido e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e de Substâncias Psicotrópicas, em Brasília, em 29 de março de 1988.

discurso de abreu sodré

Senhor Ministro,

O Acordo que acabamos de firmar abre nova e importante etapa na luta de nossos países contra o flagelo universal do uso indevido e do tráfico ilícito de drogas. O Acordo estabelece um mecanismo formal de consultas que permitirá coordenar, de forma sistemática, a cooperação que nossas autoridades já vêm desenvolvendo nessa área.

O Acordo não trata apenas da repressão ao tráfico. Abrange ainda as questões fundamentais da prevenção do uso, da recuperação de dependentes e do controle dos precursores e produtos químicos essenciais utilizados na fabricação e transformação de entorpecentes e substâncias psicotrópicas.

Senhor Ministro,

Poucas questões ganharam, na atualidade, dimensão tão dramática quanto a das drogas. No caso da América Latina, o problema é extremamente preocupante, pela existência de grandes centros produtores e pelas enormes dificuldades que os países mais diretamente afetados enfrentam para reprimir e controlar a ação de poderosas redes de delinqüentes.

Apesar de não sofrer na mesma proporção que alguns países da região os efeitos noci-

vos desse comércio predatório de nossas sociedades, o Brasil, por sua grande população e extensa fronteira, preocupa-se profundamente com a questão e não tem medido esforços para fazer frente ao desafio.

Como o atestam as ações que vimos desenvolvendo, interna e externamente, o Governo José Sarney atribui a mais alta prioridade à implementação eficaz de uma política de combate às drogas. O Conselho Federal de Entorpecentes, órgão central do sistema nacional de prevenção, fiscalização e repressão, vem atuando de forma firme e adequada.

No plano regional, temos buscado desenvolver uma ação coordenada, através dos mecanismos multilaterais existentes – Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CIDAD) da OEA e Acordo Sul-Americano sobre Entorpecentes e Psicotrópicos (ASEP) – e também de acordos bilaterais, como o que acabamos de assinar. O Brasil atribui grande importância a esses mecanismos, que vêm apresentando resultados alentadores. Estou certo de que o Acordo Brasil-Paraguai constitui um elo importante nesse quadro.

No plano internacional, o Brasil, como outros países da região, participa ativamente da elaboração da Convenção contra o Tráfico de Drogas – cuja negociação, no âmbito das Nações Unidas, deverá ser concluída ainda em 1988.

Senhor Ministro,

O Acordo que assinamos é mais um passo no adensamento da variada cooperação entre o Brasil e o Paraguai. Estou certo de que essa cooperação continuará se ampliando de forma harmoniosa e cada vez mais sólida. Quero, pois, expressar minha satisfação e congratular-me com Vossa Excelência por estamos promovendo concretamente, mediante a assinatura deste ato, tanto o fortalecimiento da cooperação entre os nossos dois países quanto o do esforço internacional no combate ao uso indevido e ao tráfico ilícito de drogas.

discurso de carlos augusto saldivar

Es indudable que los Convenios suscritos en 1956, entre nuestros dos países, para encarar los estudios tendientes a lograr la factibilidad de la explotación del Acaray y la apertura del camino hacia el este, con la construcción del "Puente de la Amistad" sobre el río Paraná, han marcado el inicio de la etapa trascendente en las relaciones entre el Paraguay y el Brasil.

La habilitación del Puerto Franco de Parana-guá como término del camino que lleva hacia el Océano Atlántico, ha sido la acción más positiva para salvar la mediterraneidad de la República del Paraguay, ya que nuestras exportaciones afluyen sin trabas y con espíritu de cooperación de todos, de autoridades federales y estatales y con la de los habitantes del Estado de Paraná, para que podamos afirmar de que tenemos fácil y libre salida hasta el mar.

La política de cooperación se dió inicio en esa época y se vió enriquecida con innumerables actos de amistad y realidades concretas para unirnos a través de nuestras fronteras y para encarar un desarrollo común y una verdadera integración en nuestras zonas limítrofes.

La coincidencia diplomática fue fundamental para la concreción de este afán de servir a los dos pueblos, la que tuvo su máxima expresión en la obra monumental de ITAIPU, hoy produ-

ciendo energía para el desarrollo constante e ininterrumpido de nuestras comunidades y sirviendo de ejemplo de integración a los pueblos hermanos de nuestra América.

El Excelentísimo Señor Presidente de la República del Paraguay, General de Ejército Alfredo Stroessner, ha definido la política de cooperación y de trabajo al haber manifestado "seguiremos convirtiendo nuestros pensamientos en acción y nuestras palabras en hechos constructivos".

Es en ejecución de esta política que se han plasmado los continuos contactos y entrevistas entre el Presidente Stroessner y Jefes de Estado del Brasil, los cuales han marcado un modelo de diplomacia directa, activa y eficaz.

Las reuniones de trabajo entre el Presidente Stroessner y el Presidente Samey, en estos últimos tres años, que han tenido el marco grandioso en nuestras relaciones, cual es la obra de ITAIPU, han sido la expresión del trabajo mancomunado de nuestros dos pueblos y la convergencia de nuestros ideales de paz, desarrollo y bienestar como Naciones vecinas y hermanas.

Hemos firmado, Señor Ministro, un nuevo Acuerdo de cooperación que busca preservar no sólo nuestros intereses nacionales, y el futuro de nuestras juventudes, sino también nuestra frontera común para que ella siempre nos una y no sea, en ningún momento, un motivo extraño de separación.

Nuestro esfuerzo estará presente en todo momento para que esta cooperación sea efectiva y para que podamos continuar en esta línea de trabajo conjunto como vecinos, socios y amigos.

La diplomacia como arte de desarrollar la amistad entre los pueblos, en beneficio de ellos mismos, ha encontrado siempre, en esta etapa de nuestras relaciones, la mejor expresión en la concreción de esta confraternidad, que cada día une más a paraguayos y brasileños.

relações diplomáticas

entrega de credenciais de embaixadores estrangeiros

Michael John Newington, da **Grã-Bretanha**;

Heinz Werner Dittmann, da **República Federal da Alemanha**;

Medhat Ibrahim Tewfic, do **Egito**, em 26 de

janeiro de 1988;

Zeze Baroam Bertin, da **Côte d'Ivoire**;

Soewarno Danusutedjo, da **Indonésia**;

Stafford Oliver Neil, da **Jamaica**, em 24 de fevereiro de 1988.

brasil e colômbia assinam convênio complementar ao acordo de cooperação amazônica

Convênio Complementar ao Acordo de Cooperação Amazônica, sobre Cooperação no Desenvolvimento dos Recursos Minerais na Área de Fronteira, assinado em Bogotá, em 9 de fevereiro de 1988

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Colômbia

(doravante denominados "Partes Contratantes"),

Tendo em vista as disposições contidas nos Artigos I, IV e X, letras b e c, do Acordo de Cooperação Amazônica, concluído entre os dois Governos, em 12 de março de 1981;

Reconhecendo a importância da cooperação entre o Brasil e a Colômbia no desenvolvimento e exploração dos recursos minerais de sua região limítrofe, e

Desejosos de intensificar a cooperação nessa área,

Acordam o seguinte:

Artigo I

Para os efeitos do presente Convênio, entender-se-á por:

- a) Entidades Executoras: as entidades públicas ou controladas pelo Poder Público de cada país, designadas pelas Partes para a execução do presente Convênio;
- b) CPRM: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, do Brasil, ou a entidade jurídica que a substitua;
- c) DNPM: Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério das Minas e Energia, do Brasil, ou a entidade jurídica que o substitua;
- d) PETROBRÁS: Petróleo Brasileiro S.A., do Brasil, ou a entidade jurídica que a substitua;
- e) ECOPETROL: Empresa Colombiana de Petroleos, da Colômbia, ou a entidade jurídica que a substitua;
- f) INGEOMINAS: Instituto Nacional de Investigaciones Geológico-mineras, da Colômbia, ou a entidade jurídica que a substitua;

g) ECONOMINAS: Empresa Colombiana de Minas, da Colômbia, ou a entidade jurídica que a substitua;

Artigo II

As partes Contratantes, de acordo com os tratados e demais compromissos internacionais vigentes, convêm em estimular a cooperação econômica e empresarial, com um amplo intercâmbio de informação técnica sobre atividades mineiras e recursos geológicos da região de fronteira ou de comum interesse, entre as Entidades Executoras. As Partes poderão formar grupos de trabalho para adiantar conjuntamente esforços de obtenção e interpretação de informação técnica.

Artigo III

Tendo em conta o estabelecido no Artigo IV do Acordo de Cooperação Amazônica, serão acordadas as medidas que se estimem necessárias para a utilização de infra-estrutura rodoviária, fluvial e aeroportuária de uma das Partes pela outra e a eventual execução de obras de infra-estrutura comuns.

Com o intuito de incentivar a cooperação mineira entre os dois países, a CPRM, pelo Brasil, e a ECOPETROL, INGEOMINAS e ECOMINAS, pela Colômbia, ou as Entidades Estatais que as Partes designem, poderão celebrar Convênios de Cooperação Empresarial para projetos específicos nos setores de exploração, prospecção e desenvolvimento mineiro.

Artigo V

Para estimular a ampla troca de informações previstas no Artigo II do presente Convênio e estudar a possibilidade de realização conjunta de levantamento aerogeofísico na região limítrofe, a CPRM, o DNPM e a PETROBRÁS, pelo Brasil, e a ECOPETROL, INGEOMINAS, e ECOMINAS pela Colômbia, ou as Entidades Estatais que designem as Partes, firmarão Ajustes Complementares ao presente Convênio definindo suas responsabilidades e atribuições.

Artigo VI

1. As informações obtidas em trabalhos conjuntos desenvolvidos no âmbito do presente Convênio não serão divulgadas a terceiros sem prévio acordo escrito entre as Partes, mesmo depois do término de sua vigência, com exceção das informações geológicas, geofísicas, geoquímicas e outras, relativas aos correspondentes territórios, as quais poderão ser divulgadas e utilizadas pela Parte respectiva sem qualquer limitação.

2. Do mesmo modo, a informação entregue por uma das Partes não poderá ser divulgada pela outra a terceiros, sem o consentimento escrito de quem a fornecer.

Artigo VII

O presente Convênio Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura, terá uma duração de 3 (três) anos e será renovado automaticamente por períodos iguais e sucessivos, a menos que uma das Partes Contratantes comunique, por escrito, à outra sua decisão de não renová-lo, com uma antecedência de 3 (três) meses da data de sua expiração.

Feito em Bogotá, aos 9 dias do mês de fevereiro de 1988, em dois exemplares originais em português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente válidos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil
Aureliano Chaves de Mendonça

Pelo Governo da República da Colômbia
Guillermo Perry Rubio

convênio complementar ao tratado de amizade e cooperação

Convênio Complementar ao Tratado de Amizade e Cooperação, relativo à Cooperação em Assuntos de Petróleo, assinado em Bogotá, em 9 de fevereiro de 1988

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Colômbia,
(doravante denominados "Governos"),

Desejosos de fortalecer a cooperação para a exploração, exploração e o melhor aproveitamento de seus hidrocarbonetos;

Certos de que a exploração racional destes recursos constitui uma valiosa contribuição ao esforço de ambos os Governos para elevar o nível de vida de seus povos; e de acordo com o Artigo V do Tratado de Amizade e Cooperação assinado em 12 de março de 1981;

Acordam estabelecer o presente Convênio Complementar:

Artigo I

Os Governos continuarão impulsionando e desenvolvendo os vínculos existentes, à luz dos êxitos alcançados por ambos os países, no campo da cooperação na área de hidrocarbonetos.

Artigo II

Por meio de suas empresas estatais, Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS e "Empresa Colombiana de Petróleos - ECOPETROL", os Governos assinarão um Acordo de venda de combustível para atender às necessidades da região de Letícia, o qual permitirá o fornecimento oportuno e regular deste insumo energético, garantindo assim a prestação do serviço de energia elétrica e o desenvolvimento das atividades de transporte fluvial e terrestre da área.

Artigo III

Ambos os Governos, por intermédio de suas empresas estatais, Petrobrás Internacional S.A. - BRASPETRO, e "Empresa Colombiana de Petróleos - ECOPETROL" e o "Instituto Colombiano del Petróleo - ICP", a fim de promover a transferência de tecnologia para a exploração, a exploração e o aproveitamento de hidrocarbonetos, proporcionarão acordos de assistência técnica e capacitação de especialistas, bem como o desenvolvimento de programas conjuntos e intercâmbio de informações.

Artigo IV

Ambos os Governos, por meio de suas entidades estatais, Petrobrás Internacional S.A. - BRASPETRO e "Empresa Colombiana de Petróleos - ECOPETROL", continuarão realizando intercâmbio para análise e estudo de outras regiões da Colômbia, inclusive a Bacia do Pacífico, com o objetivo de desenvolver programas de exploração de hidrocarbonetos.

Artigo V

Os dois Governos, com objetivo de lograr o máximo aproveitamento tecnológico na construção de unidades industriais de refino de petróleo, e de promover um maior desenvolvimento das indústrias do setor, constituem, pelo presente Convênio, uma Comissão Binacional, integrada pela respectivas empresas estatais de petróleo, para estudar programas de cooperação e precisar os parâmetros e condições que permitam caracterizar uma cooperação bilateral para implantação de uma refinaria na Colômbia, bem como os respectivos convênios de transferência de tecnologia, créditos e acordos de importação de carvão colombiano e de outros produtos que as Partes acordem.

Artigo VI

Os trabalhos da Comissão mencionada no Artigo anterior levarão em conta o desenvolvimento da cooperação entre os dois países no setor carbonífero, como forma de aprofundar a cooperação mútua no setor energético como um todo.

Artigo VII

O presente Convênio Complementar vigorará a partir da data de sua assinatura.

Feito em Bogotá, aos 9 dias do mês de fevereiro de 1988, em dois exemplares originais, em português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente válidos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil
Aureliano Chaves de Mendonça

Pelo Governo da República da Colômbia
Guillermo Perry Rubio

ajuste complementar ao acordo de cooperação científica e tecnológica

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica no Campo das Atividades Espaciais, assinado em Bogotá, em 9 de fevereiro de 1988

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Colômbia
(doravante denominados "Partes"),

Considerando o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, firmado em Bogotá, em 12 de março de 1981, e

Reconhecendo os benefícios que se obterão para ambos os países com a cooperação científico-tecnológica no campo da ciência espacial e da tecnologia e sistemas espaciais, assim como das aplicações espaciais, principalmente na utilização das técnicas de sensoriamento remoto com fins pacíficos e de meteorologia,

Acordam o seguinte:

Artigo I

A Parte brasileira designa como entidade executora do presente Ajuste Complementar o Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), e a Parte colombiana designa, com o mesmo fim, o Instituto Geográfico Agustín Codazzi (IGAC).

Artigo II

As duas Partes, através das entidades executoras designadas no Artigo I, promoverão a cooperação em pesquisa científica e tecnológica, no campo da ciência espacial e da tecnologia e sistemas espaciais, notadamente na utilização das técnicas de meteorologia e de sensoriamento remoto com fins pacíficos, através do intercâmbio de informações em áreas de mútuo interesse.

Artigo III

1. Para o cumprimento dos objetivos do presente Ajuste Complementar, as entidades executoras definirão, de comum acordo, a realização de projetos conjuntos e de outras formas de cooperação científico-tecnológica, principalmente nas áreas de:

a) capacitação e treinamento em sensoriamento remoto, processamento digital de imagens e sistemas de informação geográfica;

b) desenvolvimento e pesquisa conjunta sobre temas de interesse mútuo;

c) transferência de "software" desenvolvido por ambas Partes para o atendimento de atividades de interesse comum, respeitadas as respectivas legislações nacionais;

d) prestação mútua de serviços de assessoria científica.

2. O INPE prestará serviços de assessoria para a instalação, na Colômbia, de uma antena portátil para recepção de dados LANDSAT e SPOT, bem como para a implementação de sistemas de processamento de imagens.

3. A definição das medidas de cooperação acordadas entre as entidades executoras será objeto de um Plano de Trabalho anual.

Artigo IV

1. As entidades executoras constituirão um Grupo de Trabalho, com igual número de representantes de cada Parte, o qual terá o encargo de definir, propor e coordenar as atividades do Plano de Trabalho Anual a ser desenvolvido no ano subsequente.

2. A proposta elaborada pelo Grupo de Trabalho será submetida, no primeiro trimestre de cada ano, à aprovação das entidades executoras designadas no Artigo V do presente Ajuste Complementar.

3. Sessenta dias após a assinatura do presente Ajuste Complementar, o Grupo de Trabalho definirá as atividades a serem desenvolvidas no primeiro ano de execução do Ajuste.

Artigo V

O Plano de Trabalho Anual deverá ser aprovado, do lado brasileiro, pela Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (COBAE) e, do lado colombiano, pela Junta Diretiva do Instituto Geográfico Agustín Codazzi (IGAC).

Artigo VI

Conforme a evolução dos Planos de Trabalho Anuais, e se os interesses comuns assim o exigirem, as entidades executoras, devidamente autorizadas pelas Partes, poderão firmar Termos de Ajuste aos Planos de Trabalho, aprovados especificamente para cada assunto tratado.

Artigo VII

A terminologia técnica empregada nos documentos será sempre aquela utilizada no âmbito internacional, devendo evitar-se especificações e nomes que suscitem controvérsias, sejam estas do português para o espanhol ou do espanhol para o português.

Artigo VIII

No âmbito do presente Ajuste Complementar, as entidades executoras facilitarão o intercâmbio de cientistas e pesquisadores que sejam previamente credenciados de comum acordo pelas Partes.

Artigo IX

As obrigações financeiras das entidades executoras serão fixadas no Plano de Trabalho Anual.

Artigo X

1. As Partes tomarão todas as precauções necessárias de modo a respeitar, segundo suas respectivas legislações, os direitos econômicos e de propriedade intelectual relativos a conhecimentos, informações e dados resultantes da execução do presente Ajuste Complementar e não disponíveis anteriormente.

2. As informações científicas produzidas em função da execução do presente Ajuste Complementar, observadas as precauções estabelecidas neste Artigo, poderão ser colocadas à disposição da comunidade científica internacional através das formas usuais de divulgação e após a aprovação pelas Partes.

Artigo XI

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura e terá duração de cinco anos, renovável a critério das Partes, podendo ser denunciado a qualquer momento por qualquer das Partes, sempre e quando por notificação à outra, por escrito e por via diplomática, com antecedência de noventa dias.

Artigo XII

O término de vigência do presente Ajuste Complementar não afetará a execução de programas em curso, a menos que as Partes disponham de outra forma.

Feito em Bogotá, aos 9 dias do mês de fevereiro de 1988, em dois exemplares em português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil
Roberto de Abreu Sodré

Pelo Governo da República da Colômbia
Julio Londono Paredes

ajuste complementar ao acordo básico de cooperação técnica

**Ajuste Complementar ao Acordo Básico de
Cooperação Técnica sobre Intercâmbio de
Experiências em Cooperativismo, assinado em
Bogotá, em 9 de fevereiro de 1988**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Colômbia
(doravante denominados "Partes"),

Considerando o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, assinado em 13 de dezembro de 1972;

Reconhecendo a importância de estimular a cooperação entre o Brasil e a Colômbia no desenvolvimento técnico do sistema cooperativista;

Levando em consideração que em ambos países foi estabelecido um grande número de cooperativas de produção, trabalho, consumo, crédito e produtos agrícolas dentre as quais se destacam as de cafeicultores;

Com vistas a obter os melhores resultados na otimização do processo de produção, comercialização, e por conseguinte melhores condições de vida para os agricultores brasileiros e colombianos.

Acordam o seguinte:

Artigo I

As Partes se comprometem a intercambiar informações e experiências na área de informação de recursos humanos, transferências de tecnologia, intercâmbio de jovens agricultores, técnicos das cooperativas e intercâmbio comercial intercooperativas.

Artigo II

A República Federativa do Brasil designa como entidade executora do presente Ajuste a Secretaria Nacional de Cooperativismo (SENACOOB), do Ministério da Agricultura, e a República da Colômbia designa, com a mesma finalidade, a "Federación Nacional de Cafeteros", da Colômbia.

Artigo III

As Partes acordam constituir um comitê que será integrado por representantes da Secretaria Nacional de Cooperativismo (SENACOOB) do Ministério da Agricultura do Brasil e por re-

presentantes da "Federación Nacional de Cafeteros", da Colômbia, com o objetivo de organizar e promover um programa de cooperação intercooperativas nas áreas mencionadas no Artigo I.

Artigo IV

Durante a vigência do presente Ajuste, as Partes se comprometem a coordenar até duas visitas anuais para até 2 (dois) Diretores ou técnicos das cooperativas selecionadas por cada país. As visitas cobrirão as zonas cafeiteiras ou outras de interesse, segundo o programa a ser elaborado para cada ocasião.

Artigo V

As Partes acordam que os gastos de transporte e manutenção serão cobertos da seguinte forma:

a) Os custos das viagens nacionais, hospedagem e manutenção dos visitantes, serão cobertos na Colômbia pela Federación Nacional de Cafeteros, e no Brasil, pela Secretaria Nacional de Cooperativismo. A hospedagem poderá ser nas instalações das instituições convenientes e outras disponíveis em diferentes regiões do país.

b) Os gastos com passagens internacionais serão cobertos pela Secretaria Nacional de Cooperativismo (SENACOOB), para os treinandos brasileiros, e pela Federación Nacional de Cafeteros, para os treinandos colombianos.

Artigo VI

Para permitir o amplo intercâmbio de informações e experiências de que trata o Artigo I do presente Ajuste, as Partes celebrarão os Protocolos Adicionais que julgarem pertinentes, definindo as suas responsabilidades e atribuições.

Artigo VII

Os resultados da cooperação obtidos no âmbito do presente Ajuste não serão divulgados a terceiros sem o consentimento por escrito das Partes, mesmo após o término de sua vigência.

Artigo VIII

Qualquer controvérsia que surja em decorrência da execução do presente Ajuste será resolvida por via diplomática.

Artigo IX

1. O presente Ajuste entrará em vigor na data de sua assinatura e sua execução terá início a partir de março de 1988. Terá uma duração de 24 (vinte e quatro) meses, renovável por períodos iguais e sucessivos, a menos que uma das Partes Contratantes comunique à outra, por escrito, com 60 (sessenta) dias de antecedência da data de expiração a sua decisão de não renová-lo.

2. Em caso de término ou denúncia deste Ajuste, os programas e projetos em execução não serão afetados, salvo disposição contrária acordada entre ambas as Partes.

Feito em Bogotá, aos 9 dias do mês de fevereiro de 1988, em dois exemplares, em português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil
Roberto de Abreu Sodré

Pelo Governo da República da Colômbia
Julio Londono Paredes

brasil-fnuap cooperação técnica

Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Fundo das Nações Unidas para Atividades de População

Preâmbulo

1. O Governo da República Federativa do Brasil e o Fundo das Nações Unidas para Atividades de População concordam em buscar um mecanismo flexível e eficiente, em termos de custos, para cooperação técnica no campo da população, o qual facilitará a máxima utilização da capacidade e de recursos brasileiros para fortalecer os componentes da cooperação técnica da assistência em assuntos populacionais fornecida pelo FNUAP a outros países em desenvolvimento. A busca de tal mecanismo originou-se da crescente percepção do valor intrínseco da cooperação Sul-Sul para a intensificação do desenvolvimento sustentado no mundo em desenvolvimento.

2. Nesse sentido, o Governo da República Federativa do Brasil e o Fundo das Nações Unidas para Atividades de População compartilham a firme crença de que as várias modalidades normalmente denominadas "Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento" (CTPD) são de crucial importância e que, pelo estudo sistemático das áreas de população e desenvolvimento em que o Brasil possa contribuir com facilidades de treinamento/pesquisa e pericia técnica, esse objetivo pode ser ainda mais intensificado uma vez que há crescente interesse da parte de muitos outros países da América Latina e África em estabelecer esforços conjuntos com o Brasil para buscar a solução para problemas não resolvidos de interesse mútuo.

3. Com essa preocupação em mente, o Governo da República Federativa do Brasil e o Fundo das Nações Unidas para Atividades de População concordam em assinar um Acordo de Cooperação Técnica para delinear a estrutura na qual esses esforços conjuntos serão realizados.

O Governo da República Federativa do Brasil, doravante denominado "o Governo" e o Fundo das Nações Unidas para Atividades de População, doravante denominado "FNUAP", com o objetivo de alcançar um entendimento mútuo no que concerne a colaboração do Governo com o FNUAP em Acordos de Cooperação Técnica, concordam com os seguintes princípios:

Artigo I

O Acordo de Cooperação Técnica delineará as áreas e os procedimentos que orientarão o fornecimento de pericia técnica e acesso ao treinamento pertinente e às instalações de pesquisas relacionadas ao campo de população e desenvolvimento para os quais autoridades e instituições brasileiras podem fornecer apoio.

Artigo II

Treinamento e Pesquisa

1. O Governo e o FNUAP deverão reunir-se anualmente em setembro/outubro para decidir sobre um programa de atividades de treinamento e pesquisa em população e desenvolvimento para o ano seguinte, do qual outros países possam ser convidados a participar. Esse programa será subsequente-

mente circulado pelo FNUAP aos países potencialmente interessados, convidando-os a apresentarem candidatos para tais atividades.

2. A seleção dos participantes será feita pelo Governo em consulta com o FNUAP e, se aplicável, a Agência Especializada das Nações Unidas pertinente. Os nomes dos candidatos deverão ser comunicados pelo FNUAP ao Governo com pelo menos 90 dias de antecedência, enquanto o Governo deve informar sobre a escolha dos candidatos pelo menos 45 dias antes do início da atividade.

3. O custo de tais atividades deverá ser repartido da seguinte forma:

a) o salário do(s) participante(s) deverá continuar sendo pago por seu país;

b) o Governo pagará os custos recorrentes dentro do território do país (salários, equipamento, espaço de escritório e materiais educacionais) relacionados à atividade específica de treinamento ou pesquisa;

c) o FNUAP pagará os custos de viagem e diárias para os participantes, de acordo com as normas estabelecidas das Nações Unidas assim como eventuais custos dentro do país de natureza não-recorrente (viagens de estudo dentro do país, tempo adicional de computador, etc.); os participantes receberão do Escritório do FNUAP em seu país de origem um adiantamento das diárias, de acordo com os padrões estabelecidos das Nações Unidas. Quando do retorno a seu país, receberão o saldo de suas diárias contra a apresentação dos documentos relevantes ao Escritório local do FNUAP.

Artigo III

Pericia Técnica

1. O Governo concorda em fornecer pericia técnica (consultores) nas diversas áreas de população e desenvolvimento para trabalhar em projetos patrocinados pelo FNUAP.

2. Quando do recebimento de um pedido de um país, o FNUAP o avaliará e eventualmente recomendará sua aprovação. Subseqüentemente, o FNUAP fornecerá ao Governo os termos de referência específicos para o trabalho a ser feito, com a antecedência mínima de 90 dias do início da missão.

3. Por seu lado, o Governo apresentará ao FNUAP uma lista de funcionários públicos brasileiros qualificados e disponíveis, seu curriculum vitae, especialização e experiência, pelo menos 45 dias antes do início da missão.

4. A lista de consultores qualificados será apresentada ao país que solicitou a assistência para sua decisão sobre qual consultor será indicado para o projeto.

5. O custo dessas consultorias será dividido da maneira seguinte:

– o Governo concorda em pagar o salário normal do funcionário público;

– o FNUAP concorda em pagar os custos de viagem e diárias, de acordo com os padrões estabelecidos pelas Nações Unidas. Um adiantamento desses custos será pago no Brasil ao consultor antes de o mesmo assumir sua missão. O saldo das diárias será pago quando da volta do consultor, contra a apresentação da documentação pertinente ao Escritório do FNUAP em Brasília.

6. Os funcionários públicos brasileiros que desempenharem tais missões receberão documentos de credenciamento do Escritório do FNUAP em Brasília.

7. Quando considerado necessário pelo FNUAP, o(s) consultor(es) viajará(ão) à sede do FNUAP, em Nova York, antes de sua missão, para receber esclarecimentos sobre o programa e procedimentos administrativos do FNUAP e outras informações pertinentes.

8. O(s) consultor(es) manterá(ão) comunicação contínua com o Representante do FNUAP no país da missão. No caso de que o consultor venha a ser supervisionado tecnicamente por uma das Agências Especializadas das Nações Unidas colaborando com o FNUAP, ele/ela deverá, adicionalmente, manter as relações correspondentes com essa Agência, conforme necessário.

9. Completada a missão, o(s) consultor(es) deverá(ão) apresentar ao FNUAP um relatório final de suas atividades, conclusões e recomendações. Se solicitado pelo FNUAP, o(s) consultor(es) viajará(ão) à sede do FNUAP ou da Agência Especializada, se aplicável, para prestar esclarecimentos.

Artigo IV

O presente Acordo entrará em vigor na data da assinatura, e permanecerá válido até que uma das Partes notifique a outra, com três meses de antecedência, que deva terminá-lo. A terminação do Acordo não afetará os projetos em andamento, a não ser que as Partes acordem o contrário.

Feito, em nome das Partes interessadas, pelos abaixo-assinados em Brasília, neste dia 7 de janeiro de 1988, em dois originais, cada um nos idiomas português e inglês, ambos textos sendo igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil
Roberto de Abreu Sodré

Pelo Fundo das Nações Unidas para Atividades de População

Peter Koenz

brasil e paraguai assinam acordo antidrogas

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre Prevenção, Controle, Fiscalização e Repressão ao Uso Indevido e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e de Substâncias Psicotrópicas, assinado em Brasília, em 24 de março de 1988

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Paraguai,
(doravante denominados "Partes Contratantes"),

Conscientes de que o cultivo, a produção, a extração, a fabricação, a transformação e o comércio ilegais de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas, bem como a organização, a facilitação e o financiamento de atividades ilícitas relacionadas com estas substâncias e suas matérias-primas tendem a

solapar suas economias e põem em perigo a saúde física da população, em detrimento do seu desenvolvimento sócio-econômico;

Observando os compromissos que contraíram como Partes da Convenção Única sobre Entorpecentes, de 30 de março de 1961, emendada pelo Protocolo de 25 de março de 1972, da Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas, de 21 de fevereiro de 1971, e do Acordo Sul-Americano sobre Entorpecentes e Psicotrópicas, de 27 de abril de 1973;

Convencidos da necessidade de adotarem medidas complementares para combater todos os tipos delitivos e atividades conexas relacionadas com o uso indevido e com o tráfico ilícito de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas;

Considerando a conveniência de estabelecer uma fiscalização rigorosa da produção, da distribuição e da comercialização de matérias-primas, entre as quais se incluem os precursores e os produtos químicos essenciais, utilizados na elaboração e na transformação ilícitas de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas;

Interessados em estabelecer meios que permitam a comunicação direta entre os organismos competentes de ambos os Estados Contratantes e a troca de informações permanentes, rápidas e seguras sobre o tráfico e atividades correlatas, e

Levando em consideração os dispositivos constitucionais, legais e administrativos e o respeito aos direitos inerentes à soberania nacional de seus respectivos Estados;

Acordam o seguinte:

Artigo I

As Partes Contratantes comprometem-se a empreender esforços conjuntos, a harmonizar políticas e a realizar programas específicos para o controle, a fiscalização e a repressão do tráfico ilícito de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas e das matérias-primas utilizadas em sua elaboração e transformação, a fim de contribuir para a erradicação de sua produção ilícita. Os esforços conjuntos estender-se-ão igualmente ao campo da prevenção ao uso indevido, ao tratamento e à recuperação de farmacodependentes.

Artigo II

Para fins do presente Acordo, entender-se-á por entorpecentes e substâncias psicotrópicas aquelas definidas na Convenção Única sobre Entorpecentes, de 1961, emendada pelo Protocolo de 1972, e na Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas de 1971, e enumeradas nas listas anexas a esses instrumentos, atualizadas periodicamente de acordo com os procedimentos neles previstos, bem como qualquer outra substância que seja assim considerada de acordo com a legislação interna de cada Parte Contratante.

Artigo III

As Partes Contratantes adotarão medidas administrativas para controlar a difusão, a publicação, a publicidade, a propaganda e distribuição de materiais que contenham estímulos ou mensagens subliminares auditivas, impressas ou audiovisuais que possam favorecer o uso indevido e o tráfico ilícito de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas.

Artigo IV

As Partes Contratantes intensificarão e coordenarão os esforços dos organismos nacionais competentes para a prevenção do uso indevido, a repressão do tráfico, o tratamento e recuperação de farmacodependentes e a fiscalização dos entorpecentes e das substâncias psicotrópicas, bem como reforçarão tais organismos com recursos humanos, técnicos e financeiros, necessários à execução do presente Acordo.

Artigo V

As Partes Contratantes adotarão medidas administrativas contra a organização e o financiamento e para maior controle das atividades relacionadas com o tráfico ilícito de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas. Comprometem-se igualmente a exercer uma fiscalização rigorosa e um controle estrito sobre a produção, a importação, a exportação, a posse, a distribuição e a venda de matérias-primas, inclusive dos precursores e dos produtos químicos essenciais utilizados na fabricação e na transformação dessas substâncias, levando em consideração as quantidades necessárias para satisfazer o consumo interno para fins médicos, científicos, industriais e comerciais.

Artigo VI

As Partes Contratantes estabelecerão modalidades de comunicação direta sobre a detecção de barcos, de aeronaves ou de outros meios de transporte suspeitos de estarem transportando ilicitamente entorpecentes e substâncias psicotrópicas ou suas matérias-primas, inclusive os precursores e os produtos químicos essenciais. Em consequência, as autoridades competentes das Partes Contratantes adotarão as medidas que considerem necessárias, de acordo com suas legislações internas.

Artigo VII

As Partes Contratantes comprometem-se a apreender e a confiscar, de acordo com suas legislações respectivas, os veículos de transporte aéreo, terrestre ou marítimo empregados no tráfico, na distribuição, no armazenamento ou no transporte de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas, inclusive dos precursores e dos produtos químicos essenciais utilizados na fabricação e transformação dessas substâncias.

Artigo VIII

As Partes Contratantes adotarão as medidas administrativas necessárias e prestarão assistência mútua para:

a) realizar pesquisas e investigações para prevenir e controlar a aquisição, a posse e a transferência dos bens gerados no tráfico ilícito dos entorpecentes e das substâncias psicotrópicas e de suas matérias-primas inclusive dos precursores e dos produtos químicos essenciais utilizados na fabricação e transformação dessas substâncias; e

b) localizar e apreender os referidos bens, de acordo com a legislação interna de cada Parte Contratante.

Artigo IX

As Partes Contratantes proporcionarão aos organismos encarregados de reprimir o tráfico ilícito, especialmente aos localizados em zonas fronteiriças e nas alfândegas aéreas e marítimas, treinamento especial, permanente e atualizado so-

bre investigação, pesquisa e apreensão de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas e de suas matérias-primas, inclusive dos precursores e dos produtos químicos essenciais.

Artigo X

As Partes Contratantes trocarão informações entre si, rápidas e seguras sobre:

a) a situação e tendências internas do uso indevido e do tráfico de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas;

b) as normas internas que regulam a organização dos serviços de prevenção, tratamento e recuperação de farmacodependentes;

c) os dados relativos à identificação dos traficantes individuais ou associados e aos métodos de ação por eles utilizados;

d) a concessão de autorização para a importação e exportação de matérias-primas, inclusive dos precursores e dos produtos químicos essenciais utilizados na elaboração e na transformação de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas; o volume dessas operações; as fontes de suprimento interno e externo; as tendências e projeções do uso ilícito de tais produtos de forma a facilitar a identificação de eventuais encomendas para fins ilícitos;

e) a fiscalização e vigilância da distribuição e do receituário médico de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas; e

f) as descobertas científicas no campo da farmacodependência.

Artigo XI

Com vistas à consecução dos objetivos do presente Acordo, as Partes Contratantes decidem criar uma Comissão Mista, integrada por representantes dos órgãos competentes, bem como dos Ministérios das Relações Exteriores de ambos os Estados.

Parágrafo Primeiro – A Comissão Mista terá as seguintes atribuições:

a) recomendar aos respectivos Governos as ações pertinentes, as quais se desenvolverão através de uma estreita cooperação entre os serviços competentes de cada Parte Contratante;

b) avaliar o cumprimento de tais ações e elaborar planos para a prevenção e a repressão coordenada do tráfico ilícito de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas; e

c) formular às Partes Contratantes as recomendações que considere pertinentes para a melhor execução do presente Acordo.

Parágrafo Segundo – A Comissão Mista será coordenada pelos Ministérios das Relações Exteriores das Partes Contratantes e se reunirá alternadamente no Brasil e no Paraguai ao menos uma vez por ano, sem prejuízo de que, pela via diplomática, convoquem-se reuniões extraordinárias.

Parágrafo Terceiro – A Comissão Mista poderá criar subcomissões para desenvolvimento de ações específicas contempladas no presente Acordo, bem como grupos de trabalho para analisar e estudar temas específicos. As subcomissões e os grupos de trabalho poderão formular recomendações ou propor medidas que julguem necessárias à consideração da Comissão Mista.

Parágrafo Quarto – O resultado dos trabalhos da Comissão Mista será apresentado às Partes Contratantes por intermédio de seus respectivos Ministérios das Relações Exteriores.

Artigo XII

As Partes Contratantes adotarão as medidas que forem necessárias à rápida tramitação, entre as respectivas autoridades judiciárias, de cartas rogatórias relacionadas com os processos que possam decorrer da execução do presente Acordo, sem com isso afetar o direito das Partes Contratantes de exigirem que os documentos legais lhes sejam enviados pela via diplomática.

Artigo XIII

1. Cada Parte Contratante notificará à outra do cumprimento das respectivas formalidades constitucionais necessárias para a aprovação do presente Acordo, o qual entrará em vigor na data do recebimento da segunda dessas notificações.

2. O presente Acordo terá uma vigência de dois anos, prorrogável automaticamente por períodos iguais, a menos que uma das Partes Contratantes o denuncie por via diplomática. A denúncia surtirá efeito transcorridos noventa dias da data do recebimento da respectiva notificação.

Artigo XIV

O presente Acordo somente poderá ser modificado por mútuo consentimento entre as Partes Contratantes. As modificações entrarão em vigor na forma indicada pelo parágrafo primeiro do Artigo XIII.

Feito em Brasília, aos 29 dias do mês de março de 1988, em quatro exemplares originais, nas línguas portuguesa e espanhola, sendo todos textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil

Roberto de Abreu Sodré

Pelo Governo da República do Paraguai

Carlos Augusto Saldívar

atos bilaterais que entraram em vigor durante o primeiro trimestre de 1988

ALEMANHA

01 – Ajuste Complementar de Cooperação em Pesquisa e Desenvolvimento no Campo de Pesquisa e Tecnologia Ambiental. Celebrado em Brasília, a 14 de outubro de 1987. Entrou em vigor por troca de Notas em 11 de março de 1988.

COLÔMBIA

01 – Declaração Conjunta. Celebrado em Bogotá, a 09 de fevereiro de 1988.

02 – Memorandum de Entendimento para a Cooperação em Matéria de Promoção Comercial. Celebrado em Bogotá, a 09 de fevereiro de 1988. Entrou em vigor em 09 de fevereiro de 1988. D.O. nº 035 de 23 de fevereiro de 1988.

03 – Memorando de Entendimento em Matéria de Intercâmbio e Cooperação na Área do Carvão. Celebrado em Bogotá, a 09 de fevereiro de 1988. Entrou em vigor em 09 de fevereiro de 1988. D.O. nº 035 de 23 de fevereiro de 1988.

04 – Convênio Complementar ao Acordo de Cooperação Amazônica sobre Cooperação no Desenvolvimento dos Recursos Minerais na Área de Fronteira. Celebrado em Bogotá, a 09 de fevereiro de 1988. Entrou em vigor em 09 de fevereiro de 1988. D.O. nº 035 de 23 de fevereiro de 1988.

05 – Convênio Complementar ao Tratado de Amizade e Cooperação Relativo a Cooperação entre os Dois Países em Assuntos de Petróleo. Celebrado em Bogotá, a 09 de fevereiro de 1988. Entrou em vigor em 09 de fevereiro de 1988. D.O. nº 035 de 23 de fevereiro de 1988.

06 – Memorandum de Entendimento sobre Cooperação no Setor Ferroviário. Celebrado em Bogotá, a 09 de fevereiro de 1988. Entrou em vigor em 09 de fevereiro de 1988. D.O. nº 035 de 23 de fevereiro de 1988.

07 – Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica no Campo das Atividades Espaciais. Celebrado em Bogotá, a 09 de fevereiro de 1988. Entrou em vigor em 09 de fevereiro de 1988. D.O. nº 035 de 23 de fevereiro de 1988.

08 – Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica sobre Intercâmbio de Experiências em Cooperativismo. Celebrado em Bogotá, a 09 de fevereiro de 1988. Entrou em vigor em 09 de fevereiro de 1988. D.O. nº 044 de 07 de março de 1988.

CHINA

01 – Acordo de Cooperação Cultural e Educacional. Celebrado em Brasília, a 1º de dezembro de 1985. Entrou em vigor por Instrumento de Ratificação em 08 de março de 1988. Aprovação Legislativa, nº 02, de 02 de setembro de 1987. D.O. nº 168 de 03 de setembro de 1987.

O.N.U./FNUAP

01 – Acordo de Cooperação Técnica para Atividades de População. Celebrado em Brasília, a 07 de janeiro de 1988. Entrou em vigor em 07 de janeiro de 1988. D.O. nº 15 de 22 de janeiro de 1988.

O.N.U./CEPAL

02 – Acordo sobre a Celebração do Vigesimo Segundo Período de Sessões da CEPAL. Celebrado em Brasília, a 21 de janeiro de 1988. Entrou em vigor em 21 de janeiro de 1988. D.O. nº 027 de 09 de fevereiro de 1988.

atos bilaterais assinados durante o primeiro trimestre de 1988, mas que ainda não se acham em vigor

COLÔMBIA

- 01 – Acordo sobre Sanidade Animal para o Intercâmbio de Animais e Produtos de Origem Animal. Celebrado em Bogotá, em 09 de fevereiro de 1988.
- 02 – Convênio sobre Construção, Ampliação e Financiamento de Obras Aeroportuárias a serem executadas nas cidades de Letícia, Mitú e Puerto Inírida. Celebrado em Bogotá, em 09 de fevereiro de 1988.

ESPANHA

- 01 – Tratado de Exatradção. Celebrado em Brasília, a 02 de fevereiro de 1988.

PARAGUAI

- 01 – Acordo sobre Prevenção, Controle, Fiscalização e Repressão ao uso indevido e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e de Substâncias Psicotrópicas. Celebrado em Brasília, a 29 de março de 1988.

ORGANISMOS

ORG. DOS ESTADOS AMERICANOS

- 01 – Acordo sobre o Funcionamento do Escritório da Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, suas Obrigações, Privilégios e Imunidades. Celebrado em Brasília, a 23 de fevereiro de 1988.

registro de assentamentos de atos multilaterais, dos quais o Brasil é parte, ocorridos no primeiro trimestre de 1988

Brunei Darussalan – ACEITOU

- Convenção para a repressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Aviação Civil,

Belize e Santa Lúcia – ACEITARAM

- Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção e Estocagem de Armas Bacteriológicas e à Base de Toxinas e sua Destruição, 1972.

Congo – ACEITOU

- Convenção Internacional sobre Linhas de Cargas, 1966.

Bélgica – RATIFICOU

- Convenção sobre um Código de Conduta para Conferências Marítimas, 1974.

Samoa – ACEITOU

- Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, 1961.

Congo e Madagascar – RATIFICARAM

- Convênio Constitutivo do Fundo Comum para Produtos de Base, 1980.

Samoa – ACEITOU

- Acordo Internacional do Cacau, 1986.

Costa Rica – RATIFICOU

- Convenção Relativa ao Conhecimento e Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras, 1979.

Samoa – ACEITOU

- Convenção de Viena Sobre Relações Consulares, 1963.

Espanha e Luxemburgo – RATIFICARAM

- Convenção Contra a Tortura e Outras Formas de Punição ou Tratamento Cruel, Desumano ou Degradante, 1984.

Camarões, Vietnã, Luxemburgo e Países Baixos – ACEITARAM

- Emendas aos Artigos 24 e 25 da Constituição da Organização Mundial de Saúde (Adotada na 39ª Assembléia Mundial de Saúde de 12/05/86).

Indonésia – RATIFICOU

- Acordo Internacional da Borracha Natural, 1967.

Portugal – ACEITOU

- Convenção Internacional sobre Harmonização do Controle de Mercadorias nas Fronteiras, 1982.

Burkina Faso – ACEITOU

- Convenção Internacional para Proteção de Intérpretes e Produtos de Fonogramas e Organismos de Radiodifusão, 1961.

Espanha – ADERIU

- Protocolo do Convênio de 1979 sobre Poluição Atmosférica a Grande Distância, 1984.

Cuba e México – RATIFICARAM

- Protocolo de Institucionalização do Parlamento Latino-Americano, 1987.

República Federativa da Alemanha – ADERIU

- Protocolo de Neutralidade Permanente do Canal do Panamá.

Guiné-Equatorial – ACEITOU

- Protocolo Adicional à Convenção da Comissão Internacional para Conservação do Atum no Atlântico (CICAA), 1984.

Nigéria – ADERIU

- Convenção de Haia de 18/10/1907, 2ª Conferência Internacional de Paz.

Togo, Chile, Hungria, Etiópia e Suíça – RATIFICARAM
Omã – ADERIU

- Convenção para Unificação de Cartas, Normas Relativas ao Transporte Aéreo Internacional de Varsóvia, 12/10/1929; Protocolo de Haia de 28/09/1955; Protocolos nºs 1, 2, 3 e 4 de Montreal de 25/09/1975.

Egito – ADERIU

- Estatutos do Centro Internacional de Registro de Publicação em Série (IRSIDS).

Argélia – ACEITOU

- Acordo Internacional do Trigo, 1986.

Grã-Bretanha e Irlanda do Norte – ADERIRAM

- Convenção Internacional para Unificação de Certas Regras Concernentes a Imunidades de Navios de Estatais de Bruxelas, 10/04/1926 e Protocolo de 24/05/1934.

São Tomé e Príncipe – RATIFICARAM

- Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar, 1982.

Cote D'Ivoire – RATIFICOU

- Convenção das Nações Unidas sobre Condições de Registro de Navios 1986.

Tailândia – ACEITOU

- Convenção Concernente Proteção Patrimônio Mundial, 1972.

Birmânia – ADERIU

- Estatutos do Centro Internacional de Estudos para Conservação e Restauração dos Bens Culturais (IRCROM).

Vietnã e Uganda – ACEITARAM

- Convenção Concernente à Proteção do Patrimônio Mundial.

Vanatu – ADERIU

- Acordo de Trânsito de Serviço Aéreo Internacional da Conferência de Chicago, 1944.

Cote D'Ivoire – ACEITOU

- Convenção sobre Prevenção de Poluição Marinha por Resíduos de Alimentos e outras Matérias, 1972.

Brunei – ACEITOU

- Convenção Única de Entorpecentes de 1961, Emenda do Protocolo de 1972 e Emenda à Convenção Única, 1975.

Hungria – ACEITOU

- Protocolo de 1972 à Convenção Única de Entorpecentes.

Gana – ACEITOU

- Convenção Internacional contra Tomada de Reféns, 1979.

EUTELSALT – ADERIU

- Convenção sobre Responsabilidade Internacional dos Danos Causados por Objetos Espaciais.

Peru – RATIFICOU

- Tratados de Institucionalização do Parlamento Latino-Americano.

Bangladesh – RATIFICOU

- Convenção Referente às Medidas a Serem Tomadas para Proibir e Impedir a Importação, a Exportação e a Transferência de Propriedade Ilícita de Bens Culturais, 1970.

Congo – RATIFICOU

- Convenção Referente à Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, 1972.

Arábia Saudita – RATIFICOU

- Convenção sobre o Reconhecimento dos Estudos, dos Diplomas e dos Graus de Ensino Superior nos Estados Árabes, 1978.

Itália – DENUNCIOU

- Convenção Bureau Intergovernamental para a Informática.

Haiti – ADERIU

- Acordo Internacional para o Estabelecimento, em Paris, de uma Repartição Internacional de Epizootias, 1924.

Malvidas – ACEITOU

- Convenção para a Repressão de Atos Ilícitos Contra a Segurança da Aviação Civil, 1971.

Suíça – RATIFICOU

- Protocolo Modificativo da Convenção Internacional para a Unificação de Certas Regras em Matéria de Conhecimento de 25/08/1924, tal como Emendada pelo Protocolo de Modificação de 23/02/68.

Suíça – RATIFICOU

- Protocolo Modificativo da Convenção Internacional sobre a Limitação da Responsabilidade dos Proprietários de Navios, 10/10/1957.

México – ADERIU

- Convênio de Criação de um Conselho de Cooperação Aduaneira, 1950.

Áustria – RATIFICOU

- Convenção sobre Notificação Imediata de Acidente Nuclear, 1986.

brasil e o banco mundial assinam acordo

Foi assinado, no dia 29 de janeiro passado, no Itamaraty, um Acordo com o Banco Mundial pelo qual o Brasil torna-se o primeiro país em desenvolvimento a ter, com aquele Banco, um Fundo para Consultorias.

O Acordo foi assinado pelo Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, e pelo Sr. Kunihiko Inakage, Vice-Presidente do Banco Mundial, que veio a Brasília especificamente para este fim.

Anteriormente ao Brasil, somente 19 países, todos desenvolvidos, dispunham de tais Fundos com o Banco Mundial. A criação, pelo referido Acordo, do Fundo para Consultorias Brasileiras ("Brazilian Consultant Trust Fund") não só abre, para o setor de consultoria brasileiro, as portas do seleto grupo de consultores aceitos pelo Banco Mundial, como, ademais, é uma demonstração nítida, a nível internacional, da disposição do Governo brasileiro de cooperar, através do Banco Mundial, com os países que ainda se encontram em estágio de desenvolvimento anterior ao brasileiro.

Os "Consultant Trust Funds" são mecanismos pelos quais o Banco Mundial rotineiramente recebe, de países onde a atividade de consultoria exhibe padrões de qualidade internacional, uma contribuição financeira destinada a cobrir parcialmente os custos de contratação, pelo Banco, dos consultores que se fazem necessários à elaboração dos projetos financiados por aquela instituição financeira internacional.

A criação de tais "Fundos para Consultorias" é precedida de análises necessariamente seletivas quanto ao padrão de desempenho de cada país no setor de consultorias.

Pelo Acordo assinado sexta-feira última, o Banco Mundial começará a recorrer, crescentemente, a consultores brasileiros na elaboração de seus projetos.

Uma contribuição brasileira de 250 mil dólares (sendo 50 mil em dólares norteamericanos e o restante em cruzados) será canalizada para cobrir uma parte do custo, para o Banco, dos serviços de consultores brasileiros que vier a utilizar, correndo o restante das despesas por conta do próprio Banco Mundial.

Esta contribuição brasileira será feita conjuntamente pelo Itamaraty, através da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), e pela FINEP. A ABC será o interlocutor do Banco Mundial no Brasil para os assuntos referentes ao Fundo para Consultorias.

Segundo os procedimentos usuais dos "Consultant Trust Funds", a contribuição brasileira só poderá ser utilizada quando o consultor contratado for brasileiro, ficando a critério do Banco Mundial a contratação de consultores específicos, segundo critérios técnicos.

abc assina convênio com a itto

Foi assinado, no dia 23 de fevereiro de 1988, um convênio entre a nova Agência Brasileira de Cooperação - ABC -, inaugurada em dezembro último no Itamaraty, e a Organização Internacional de Madeiras Tropicais (ITTO), organismo internacional especializado sediado em Yokohama, Japão, com vistas a efetuar estudos sobre o desenvolvimento integrado, o aproveitamento industrial e a conservação dos recursos florestais em determinadas áreas da Região Amazônica, em particular o Acre.

Os estudos, que deverão ser efetuados em duas etapas - levantamento preliminar e posterior estudo integrado - serão realizados, sob coordenação da ABC, por especialistas brasileiros e estrangeiros, contratados para esse fim, mediante recursos postos à disposição da Agência pela ITTO.

Na fase preliminar, o estudo deverá ser entregue à ITTO em início de abril próximo, a fim de ser submetido à aprovação do Conselho da organização durante a próxima reunião plenária, a realizar-se no Rio de Janeiro a partir de 22 de junho próximo. A ITTO tem hoje 41 países-membros, dos quais 18 produtores, inclusive o Brasil, e 23 consumidores.

Aprovado o projeto de viabilidade, serão efetuados posteriormente estudos completos do potencial amazônico.

O convênio entre a ABC e a ITTO objetiva também uma integração de outros países da região amazônica, em particular Bolívia, Equador e Peru, colocando-se à disposição desses países os resultados do levantamento.

O documento foi firmado em Brasília pelo Diretor-Executivo da ABC e Chefe do Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica do Itamaraty, Ministro Luiz Jorge Rangel de Castro, e pelo Diretor-Executivo da ITTO, Dr. B.C.Y. Freezailah.

guerra irã-iraque contribuição do brasil para o restabelecimento da paz

O Governo brasileiro deplora profundamente o reinício dos ataques às cidades e a conseqüente perda de vidas entre as populações civis nesta nova escalada da guerra Irã-Iraque.

O Governo brasileiro considera imperiosa e urgente uma solução negociada que permita o estabelecimento de uma paz justa e duradoura entre os dois países.

No desempenho de suas responsabilidades de membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas e inspirado pelo bom relacionamento que mantém com ambas as partes em conflito, o Brasil vem realizando contatos com o Irã e com o Iraque, e com membros do Conselho de Segurança, com o objetivo de contribuir ativamente para o restabelecimento da paz.

O Governo brasileiro assinala o caráter mandatório da resolução 598 (1987) e a necessidade de seu pleno cumprimento, conforme determina a Carta das Nações Unidas. Reitera seu firme apoio aos esforços desenvolvidos pelo Secretário-Geral Perez de Cuellar com vistas à implementação da resolução do Conselho de Segurança e, uma vez mais, expressa a esperança de que os países envolvidos demonstrem a vontade política imprescindível para que aqueles esforços produzam resultados positivos.

paz na nicarágua posição do governo brasileiro

O Governo brasileiro tomou conhecimento com satisfação do importante acordo assinado em Sapoá, em 23 de março, que abre perspectivas concretas de reconciliação nacional na Nicarágua.

O Brasil vê-se fortalecido na convicção de que as soluções para os problemas da América Central devem ser buscadas pela via da negociação e do entendimento. Considera também altamente positivo para o sistema interamericano o papel que foi chamada a desempenhar no acordo de Sapoá a organização regional, na pessoa do seu Secretário-Geral, Embaixador João Clemente Baena Soares.

O Governo brasileiro expressa votos fervorosos de que a implementação do acordo de Sapoá traga as condições de paz e tranquilidade a que tanto aspira o povo nicaraguense.

mahatma gandhi aniversário de falecimento

Carta do Presidente José Sarney ao Senhor Rajiv Gandhi, Primeiro-Ministro da República da Índia, por ocasião do 40 aniversário de falecimento do estadista Mahatma Gandhi

Senhor Primeiro-Ministro,

Escrevo-lhe para partilhar com Vossa Excelência a memória de Mahatma Gandhi, o Fundador da Índia moderna, cujo falecimento ocorreu há 40 anos.

Desejo transmitir a Vossa Excelência os meus próprios sentimentos quanto ao Mahatma, um dos maiores líderes espirituais que o mundo já conheceu: seu respeito por todos os seres vivos e sua doutrina de não-violência para alcançar o progresso político e social me servem de modelo constante desde que iniciei minha vida pública.

Aceite, Senhor Primeiro-Ministro, meus votos sempre presentes de progresso para a grande Nação indiana, que Vossa Excelência, 40 anos após a independência do país, governa com tanta dignidade.

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta consideração, com que me subscrevo,

de Vossa Excelência,

Presidente da República Federativa do Brasil

José Sarney

inundações do rio de janeiro e do acre solidariedade internacional

telegrama enviado ao presidente José Sarney pelo presidente Richard von Weizsäcker, da República Federal da Alemanha

"Profundamente consternado tomei conhecimento das graves inundações ocorridas no Brasil, sobretudo no Estado do Rio de Janeiro, que causaram a morte de tantos compatriotas seus e desalojaram milhares de pessoas. Em nome do povo alemão, desejo expressar a Vossa Excelência e ao povo brasileiro amigo o nosso profundo pesar. Rogo a Vossa Excelência que transmita os meus sentimentos também às famílias atingidas".

mensagem enviada ao presidente José Sarney pelo presidente Fidel Castro, da República de Cuba

"Diante da tragédia por que passa o povo irmão brasileiro no Estado do Rio de Janeiro em decorrência das inundações, expresso nosso profundo sentimento de solidariedade e nossa disposição de contribuir com qualquer colaboração que o Brasil julgue oportuna. Com o testemunho de nossa mais alta consideração".

telegrama enviado ao presidente José Sarney pelo presidente Li Xian-nian, da República Popular da China

"Inteirando-me com surpresa das enchentes ocorridas no Estado do Rio de Janeiro e na região do Acre, que causaram graves danos humanos e materiais, tenho a honra de manifestar, em nome do governo e do povo da China, simpatia e solidariedade profunda e, por seu intermédio, ao povo das regiões afetadas pela calamidade do vosso país".

Adicionalmente, o Governo da República Popular da China fez uma doação no valor de US\$ 10 mil ao Governo brasileiro para atendimento das vítimas das inundações.

mensagem enviada ao ministro Roberto de Abreu Sodré pelo sr. Jean-Bernard Raimond, ministro dos negócios estrangeiros da França

"Senhor Ministro,

As conseqüências catastróficas das chuvas torrenciais que se abateram sobre o Estado do Rio, provocando numerosas vítimas, causaram grande impacto na França. Gostaria que Vossa Excelência aceitasse, nesta triste ocasião, o testemunho da minha profunda solidariedade para com o povo brasileiro.

Esteja certo, Senhor Ministro, do meu empenho no sentido de que a solidariedade da França com relação ao seu País e às vítimas possa materializar-se da maneira mais rápida e eficaz possível".

mensagem enviada ao ministro Roberto de Abreu Sodré pelo sr. Alan Pickaver, representante da "Greenpeace International"

"Caro Ministro Sodré,

Na condição de representante da "Greenpeace International", gostaria de congratular-me com o Governo brasileiro

por sua decisão de dar fim à pesca da baleia e de processar todo aquele que seja encontrado molestado ou destruindo a vida de cetáceos. Essa é uma notícia bem recebida à luz de todos os esforços que vêm sendo empreendidos para cessar a pesca da baleia e da lamentável decisão de algumas nações de dar continuidade a essa prática, a despeito da esma-

gadora oposição no âmbito da "International Whaling Commission" a esse procedimento.

Gostaria de expressar minha esperança de que o Brasil permaneça na "International Whaling Commission" e vote com as demais nações pró-conservação a favor do fortalecimento da nossa campanha universal contra a pesca da baleia."

novo secretário executivo da cepal visita o brasil

O novo Secretário Executivo da Comissão Econômica para América Latina e Caribe das Nações Unidas – CEPAL, que tomou posse no último dia 4 de janeiro, Sr. Gert Rosenthal, fez sua primeira visita oficial ao Brasil, nos dias 20 e 21 de janeiro passado.

Nesta visita, o Sr. Rosenthal teve como objetivo contatar as principais autoridades brasileiras e discutir assuntos relacionados com a área de atuação da CEPAL. O Secretário Executivo da CEPAL foi recebido pelo Senhor Presidente da República, Sr. José Sarney, pelo Ministro das Relações Exteriores, Sr. Roberto de Abreu Sodré; pelo Ministro da Fazenda, Sr. Mailson da Nóbrega e pelo Secretário-Geral do Ministério do Interior, Sr. Jayme Santiago.

O tema básico destes encontros foi a realização do XXII período de Sessões da CEPAL, nos dias 20 a 27 de abril na ci-

dade do Rio de Janeiro. Com o Ministro Abreu Sodré, o Senhor Rosenthal assinou o acordo referente à organização deste Evento no Brasil. A cerimônia de assinatura foi realizada no dia 21 de janeiro, no Palácio do Itamaraty, em Brasília.

governo belga socorre as vítimas do rio de janeiro e do acre

O Governo belga colocou à disposição do Brasil uma soma de 5 milhões de francos belgas, equivalente a 145,000 dólares. Esta importância destina-se ao fornecimento de alimentos, medicamentos e seringas descartáveis às vítimas das inundações ocorridas no Rio de Janeiro e no Acre.

A gestão desta operação de auxílio foi confiada ao Consulado Geral da Bélgica no Rio, em coordenação com o Secretário de Relações Exteriores do Estado do Rio de Janeiro. Entretanto, uma parte da ajuda foi reservada às necessidades urgentes do Estado do Acre.

ministro das minas e hidrocarbonetos da bolívia visita o brasil

discurso pronunciado pelo ministro de estado das relações exteriores, roberto costa de abreu sodré, por ocasião da visita do ministro das minas e hidrocarbonetos da bolívia, fernando illanes de la riva, em 7 de janeiro de 1988 3

brasil e fnuap assinam acordo

discurso pronunciado pelo ministro de estado das relações exteriores, roberto costa de abreu sodré, por ocasião da assinatura de acordo de cooperação técnica e horizontal com o fundo das nações unidas para atividades de população (fnuap), no palácio do itamaraty, em brasília, em 7 de janeiro de 1988 5

em brasília o ministro das relações exteriores de cuba

discurso pronunciado pelo ministro de estado das relações exteriores, roberto costa de abreu sodré, por ocasião de jantar em homenagem ao ministro das relações exteriores de cuba, isidoro malmierca, no palácio do itamaraty, em brasília, em 19 de janeiro de 1988 7

visita do presidente sarney à colômbia

discurso proferido pelo presidente josé sarney, por ocasião do banquete oferecido pelo presidente da colômbia, virgílio barco, em bogotá, dia 8 de fevereiro de 1988 11

discurso do presidente josé sarney durante almoço oferecido pelo chanceler londoño 12

palavras do presidente josé sarney na prefeitura de bogotá 13

discurso do presidente josé sarney na cerimônia de assinatura de atos bilaterais 14

discurso do presidente virgílio barco, em 9 de fevereiro de 1988, na cerimônia de assinatura de atos bilaterais 17

declaração conjunta brasil-colômbia, assinada em bogotá, dia 9 de fevereiro de 1988, pelos presidentes josé sarney e virgílio barco 20

memorando de entendimento sobre cooperação em matéria de promoção comercial 27

memorando de entendimento sobre intercâmbio e cooperação na área do carvão 28

memorando de entendimento sobre cooperação no setor ferroviário 29

visita do ministro abreu sodré a paris

discurso pronunciado pelo ministro de estado das relações exteriores, roberto costa de abreu sodré, por ocasião do almoço oferecido pelo ministro dos negócios estrangeiros da França, embaixador jean bernard raimond, em paris, em 13 de fevereiro de 1988 31

projeto brasil-frança — exposição “modernidade”

discurso pronunciado pelo ministro de estado das relações exteriores, roberto costa de abreu sodré, por ocasião do encerramento da exposição “modernidade”, em paris, em 15 de fevereiro de 1988 33

abreu sodré em genebra

discurso pronunciado pelo ministro de estado das relações exteriores, roberto costa de abreu sodré, na conferência do desarmamento, em genebra, em 18 de fevereiro de 1988 35

instituto rio branco reinicia atividades

discurso de saudação ao doutor enrique iglesias, presidente do bid, pronunciado pelo ministro de estado das relações exteriores, roberto costa de abreu sodré, por ocasião da aula inaugural do curso de preparação à carreira de diplomata, em 15 de março de 1988 41

discurso pronunciado pelo doutor enrique iglesias, presidente do banco interamericano de desenvolvimento, por ocasião da aula inaugural do curso de preparação à carreira de diplomata, em 15 de março de 1988 42

o secretário-geral das relações exteriores almoça com os delegados e observadores à iii reunião ordinária do conselho de cooperação amazônica

discurso proferido pelo senhor secretário-geral das relações exteriores, embaixador paulo tarso flecha de lima, por ocasião do almoço que ofereceu às delegações e observadores à iii reunião ordinária do conselho de cooperação amazônica, em 16 de março de 1988 51

discurso pronunciado pelo ministro de estado das relações exteriores, roberto costa de abreu sodré, na sessão de encerramento da iii reunião ordinária do conselho de cooperação amazônica, dia 18 de março de 1988, em Brasília 52

abreu sodré recebe o alto-comissário das nações unidas para refugiados

discurso pronunciado pelo ministro de estado das relações exteriores, roberto costa de abreu sodré, em almoço oferecido ao alto-comissário das nações unidas para refugiados, sr. pierre hocké, no palácio do Itamaraty, em Brasília, em 22 de março de 1988 55

chanceler paraguaio em Brasília

discursos dos ministros de estado das relações exteriores, roberto costa de abreu sodré, do Brasil, e Carlos Augusto Saldivar, do Paraguai, por ocasião da assinatura do acordo sobre prevenção, controle, fiscalização e repressão ao uso indevido e ao tráfico ilícito de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas, em Brasília, em 29 de março de 1988 57

relações diplomáticas

entrega de credenciais de embaixadores estrangeiros 59

tratados, acordos, convênios

Brasil e Colômbia assinam convênio complementar ao acordo de cooperação amazônica 61

convênio complementar ao tratado de amizade e cooperação 62

ajuste complementar ao acordo de cooperação científica e tecnológica 62

ajuste complementar ao acordo básico de cooperação técnica 64

Brasil-Fnuap – cooperação técnica 65

Brasil e Paraguai assinam acordo antidrogas 66

atos bilaterais que entraram em vigor durante o 1º trimestre de 1988 68

atos bilaterais assinados durante o 1º trimestre de 1988, mas que ainda não se acham em vigor 69

registro de assentamentos de atos multilaterais, dos quais o Brasil é parte, ocorridos no 1º trimestre de 1988 69

comunicados e notas

brasil e o banco mundial assinam acordo	71
abc assina convênio com a itto	71
guerra irã-iraque – contribuição do brasil para o restabelecimento da paz	71
paz na nicarágua – posição do governo brasileiro	71

mensagens

mahatma gandhi – aniversário de falecimento	73
inundações do rio de janeiro e do acre – solidariedade internacional	73
telegrama enviado ao presidente josé sarney pelo presidente richard von weizssäcker, da república federal da alemanha	73
mensagem enviada ao presidente josé sarney pelo presidente fidel castro, da república de cuba	73
telegrama enviado ao presidente josé sarney pelo presidente li xian-nian, da república popular da china	73
mensagem enviada ao ministro roberto de abreu sodré pelo sr. jean bernard raimond, ministro dos negócios estrangeiros da França	73
mensagem enviada ao ministro roberto de abreu sodré pelo sr. alan pickaver, representante da "greenpeace international"	73

notícias

novo secretário executivo da cepal visita o brasil	75
governo belga socorre as vítimas do rio de janeiro e do acre	75